

Síntese



Filosofia

História

Direito

Filosofia

História

Direito

Sociologia

Sociologia

Filosofia · Direito · Antropologia · História · Sociologia

Direito

Sociologia

Filosofia

História

História

Filosofia

Direito

IX

Nº 18

2021

Ficha Técnica

Editor Científico

Prof. Doutor Milton Marcial Meque Correia

Equipa Editorial

Dr. Benedito Tomé Espondene

Dr. João Chimene Júnior

Comissão Editorial e de *peer review*

Prof. Doutor Wilson Alves de Paiva, UFG, em Goiânia-Go e PUC-Goiás (Pontifícia Universidade Católica), em Goiânia-Go, Brasil

Prof. Doutor Artur Manuel Sarmento Manso, Universidade do Minho, Portugal

Prof^ª. Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira, Universidade de Porto, Portugal

Prof^ª. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, Universidade do Porto, Portugal

Mestre Jochua Baloi, Universidade São Tomás de Moçambique

Prof. Doutor Aurélio Miambo, Universidade Pedagógica, Moçambique

Prof. Doutor Allan da Silva Coelho, Universidade de Metodista de Piracicaba- S. Paulo/ Brasil

Prof. Doutor Carlos Eduardo Pinho, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Brasil

Professor Doutor Brazão Mazula, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Prof. Doutor José Paulino Castiano, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Prof. Doutor Pedrito Carlos Chiposse Cambrão, UNILÚRIO, Moçambique

Coordenação da Revista

Prof. Doutor Milton Marcial Meque Correia, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Conselho Científico

Prof. Doutor Wilson Alves de Paiva, UFG, Goiânia-Go e PUC-Goiás (Pontifícia Universidade Católica), em Goiânia-Go, Brasil.

Prof^ª. Doutora Maria Antonieta Martins Antonacci, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, Brasil

Prof^ª. Doutora Vera Chaia, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, Brasil

Mestre Francisco Caloia Alfredo, Universidade Evangélica Sinodal de Angola e UESA/Cidade do Lubango

Prof^ª. Doutora Andrea Moassab, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, Brasil

Prof. Doutor Artur Manuel Sarmento Manso, Universidade do Minho, Portugal

Prof^ª. Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira, Universidade de Porto, Portugal

Prof. Doutor Bento Rupia Júnior, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Prof. Doutor Guilherme Basílio, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique Prof. Doutor Bernardino Cordeiro Feliciano, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Prof^ª. Doutora Maria João Couto, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor Luís Manuel Aires Ventura Bernardo, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Prof^ª. Doutora Amélia Maria Polónia da Silva, Universidade do Porto, Portugal

Prof^a. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Doutor Martinho Pedro, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Mestre Aurélio Ginja, Universidade A Politécnica, Moçambique
Mestre Francisco Caloia Alfredo, Universidade Evangélica Sinodal de Angola e UESA/Cidade do Lubango
Prof. Doutor José Raimundo, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Mestre Jochua Baloi, Universidade São Tomás de Moçambique
Prof. Doutor Rufino Adriano, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Mestre Amade Barasa, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Prof. Doutor Paulo Miambo, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Prof. Doutor Allan da Silva Coelho, Universidade de Metodista de Piracicaba- S. Paulo/ Brasil
Prof. Doutor Carlos Eduardo Pinho, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Brasil
Prof. Doutor Sílvio Gallo, Universidade Estadual de Campinas/ Brasil

Revisão e Preparação de Textos

Prof. Doutor Milton Marcial Meque Correia
Dr. Benedito Tomé Espondene
Dr. João Chimene Júnior

Tradução e Revisão

Mestre Amade Barasa, Universidade Pedagógica, Moçambique
Mestre Aurélio Ginja, Universidade A Politécnica, Moçambique

Design e Capas

Dr. Armando Maxaieie

Editoração e Diagramação

CIUP- Universidade Pedagógica de Maputo

Financiadora: Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Título: SÍNTESE (Publicação Semestral) Edição: 2020

Propriedade: FCSF/UP

Registo nacional: DISP. REG/GABINFO-DEC/2015

Registo internacional: ISSN 2518-4032

Endereço Postal: Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da UP – Moçambique, Av. De Moçambique – Km 1, *Campus* de Lhanguene, Caixa Postal 3276, 3º Andar, Bloco B, Telefax nº. 21901402, Telefone +258 823067111, Maputo

Emails: sintesefcsf@up.ac.mz/revistasintesefcsf@gmail.com

Acesso: www.revista.up.ac.mz

ÍNDICE

Editorial 5

Dossier Especial Terrorismo em Cabo Delgado

We and Them em Cabo Delgado 8

Dulce Maria Passades Pereira

DA TERRA QUEIMADA À CIDADE REFÚGIO: elementos de análise da difícil inserção e invisibilização funcional dos deslocados em Pemba 26

Aurélio Miambo

Formação de territorialidades em contextos excêntricos como factor catalisador da conflituosidade em Cabo Delgado 41

Martinho Pedro

CAPITALISMO E TERRORISMO EM CABO DELGADO: violência como linguagem 60

Milton M. M. Correia

Compreender o conflito em Cabo Delgado na perspectiva histórico-diplomática 77

Constâncio Nguja

Artigos correntes

Histórias de Vida e de Sofrimento na Colónia de Moçambique (1954-1974)..... 99

Olga Iglésias

Conceito de Vencimento no Espírito da Lei: Um Olhar Para a Função Pública em Moçambique 120

Delfim Francisco Vitorino Gatoma

Os desafios das Políticas Públicas Educacionais em Moçambique na inovação do currículo do ensino secundário geral: Uma reflexão sobre a Integração de Conteúdos de Interesse Local .. 139

Arcanjo Tinara Nharucué

Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002 154

Crimildo Felisberto Muhache

Editorial

A revista Síntese é uma publicação online, de periodicidade semestral, propriedade da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, da Universidade Pedagógica de Maputo. Neste número 18, a revista publica o “Dossier Especial Terrorismo em Cabo Delgado”, com artigos de autores moçambicanos que abordam o fenómeno do terrorismo nesta província do nordeste de Moçambique, em suas diversas dimensões, desde a violência social, corporal e psicológica, destruição de infraestruturas económicas, desestabilizações localizadas que resultam em transformação de vilas e povoações em áreas militarizadas, retornando ao país o drama humanitário de deslocados de guerra.

O carácter fenomenológico dessa violência terrorista, sendo um grave problema humanitário, é também político, quanto académico. Seu fundamentalismo, porquanto a brutal violência vai alçada numa narrativa religiosa, jihadista, aparenta ser negacionista da política, na sua qualidade moderna de recurso e habilidade humana de diálogo, reconciliação e paz.

Assim problematizado o fenómeno terrorista de Cabo Delgado, quando à religião é destruída a sua condição moral ecuménica dos povos, para se tornar instrumento sanguinário e bélico de um autoritarismo moral, e aos poucos que nesse sentido a manipulam aparentam negar a política e o direito, nacional ou internacional, é de se levantar a questão se seu facto histórico não é económico, quer seja etnicista ou capitalista.

Sem embargo da história e cultura islâmica da região e das eventuais tensões públicas, quanto mais a religião e a política se desenrolam em permanente dialética, o fenómeno terrorista de Cabo Delgado se estrutura e se desencadeia em relação ao boom capitalista de Cabo Delgado, quer seja das ricas gemas de sul, quer seja do gás e petróleo do norte. Pelo que se pode também pensar se a religião não seja aqui instrumento bárbaro de um intento capitalista. Pode-se ainda perguntar, com as devidas dúvidas, se nessa dimensão de manipulação da religião, a etnicidade terá reunido pressupostos intelectuais, materiais e geoestratégicos para sua realização nos moldes terroristas globais que se desenvolve em Cabo Delgado?

Estas e outras questões estão presentes no seio da academia moçambicana, que tal como a política, busca juntar os eventos, a historicidade, a razão e moral que possam explicar o fenómeno de Cabo Delgado. O dossier especial sobre a temática reflete o exercício de pensamento de seus

autores visando conhecer e dispor ao espaço público moçambicano e a outros estudiosos as linhas semânticas por que se tecem suas compreensões desse problema que, pela sua gravidade e novidade histórica, parece iniciar um novo ciclo de violência militar em Moçambique, com potenciais impactos da política não for capaz de cuidar, de forma soberana, dos efeitos humanitários.

É nesse âmbito do problema que se pode ler o artigo da Dulce Maria P. Pereira, “*We and Them* em Cabo Delgado”, preocupada com as relações de alteridade presentes em Moçambique, mas sobretudo com as possibilidades reais de sua ascensão crítica em Cabo Delgado, porquanto a insurgência ser fértil ao conflito presente entre *Eros* e *Thanatus*, a metáfora mitológica do amor e morte, respectivamente. Também na mesma preocupação de pode ler o artigo “Da terra queimada à cidade refúgio: elementos de análise da difícil inserção e invisibilização funcional dos deslocados em Pemba”, de Aurélio Miambo, que bem analisa não apenas o drama humanitário dos deslocados internos que se vive em Pemba, mas o dilema da política em cuidar das pessoas e da segurança nacional. Por sua vez, Martinho Pedro busca os pressupostos do terrorismo na história e cultura da região de Cabo Delgado no seu artigo “Formação de territorialidades em contextos excêntricos como factor catalisador da conflituosidade em Cabo Delgado”, buscando compreender as bases históricas das influências excêntricas do actual conflito. O artigo “Capitalismo e terrorismo em Cabo Delgado: violência como linguagem”, de Milton M. M. Correia, que aborda a relação entre o terrorismo e capitalismo e situa a violência em Cabo Delgado como a linguagem dessa relação. O dossier fecha com o artigo “Compreender o conflito em Cabo Delgado na perspectiva histórico-diplomática”, de Constâncio Nguja, que aborda na perspectiva diplomática a violência em curso em Cabo Delgado.

Neste número da revista Síntese, são publicados importantes artigos, ainda que não versem sobre a temática do terrorismo em Cabo Delgado. Justamente sobre a história, a memória e entre estas, a hermenêutica e a heurística, de Cabo Delgado, Olga Iglésias escreve o “Histórias de Vida e de Sofrimento na Colónia de Moçambique (1954-1974)”, trazendo ao público parte dos resultados de sua pesquisa sobre o associativismo islâmico, clandestinidade e resistência em tempos da PIDE em Moçambique. Delfim F. V. Gatoma, no seu artigo “Conceito de Vencimento no Espírito da Lei: Um Olhar Para a Função Pública em Moçambique”, traz-nos sua análise sobre o conceito de salário na função pública moçambicana, questionando e mostrando os aspectos políticos subjacentes quando observa não haver equivalência directa entre horas de trabalho e o

salário auferido. Segue o artigo “Os desafios das Políticas Públicas Educacionais em Moçambique na inovação do currículo do ensino secundário geral: Uma reflexão sobre a Integração de Conteúdos de Interesse Local”, de Arcanjo T. Nharucué, que aborda a necessidade de integração do conteúdo local como inovação nas escolas e comunidades, apontando a sua aplicação como uma forma alternativa de envolver a comunidade e os alunos na resolução dos problemas inerentes e gestão de pequenos projectos locais. Sua perspectiva é que, desse modo, a esfera educacional pública validaria os conhecimentos locais da cultura e contribuiria para o desenvolvimento. A leitura fecha com o artigo “Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002”, de Crimildo F. Muhache, que no domínio da educação aborda a modificação histórica da influência da política desde a independência do país, quando a educação refletia a ideologia revolucionária, aos tempos actuais em que a educação, segundo o mesmo, reflete as demandas externas de instituições de apoio financeiro como FMI e o Banco Mundial.

Por ora, cabe-nos desejar uma boa leitura!

Editor Científico

Milton M. M. Correia

FCSF, UP-Maputo

We and Them em Cabo Delgado

Dulce Maria Passades Pereira¹

RESUMO

O *we and them* como categoria de análise é clássico, na medida em que toda a humanidade é consolidada na sua relação com o outro, pelo que, desde sempre, tal relação foi portadora de uma pulsão ou tensão, de amor ou de ódio pelo outro. A autonomia do outro é de forma recorrente 'acorrentada' ao eu, ao nós, ao ego, às paredes do eu-outro, que veste a capa do eu, do ego. Em Moçambique, concretamente na província de Cabo Delgado, existe o eu (denominador) e o outro (numerador), onde o eu quer um outro igual a sua imagem(eu). O bem e o mal, a vida e a morte, o amor e o ódio, a paz e a guerra, precisam do elemento *outro*, pois, somos *animais sociais*. O *eu-we* funciona como o *big brother* do *outro-them*. Essas pantominas fazem parte da realidade histórica, social, política e ideológica moçambicana. O *Eros*, na mitologia grega está associado ao amor, paixão, vida, adrenalina, turbilhão, na psicanálise seria o princípio do prazer, enquanto que o *Thanatus*, seria o princípio da destruição, da solidão, da tristeza, a morte, o cinzento. Podemos dizer que na *mitologia moçambicana*, o princípio de prazer seria o outro-nosso (eu-outro), o amigo, o convertido, o subserviente, ou seja, o bem-estar no seio da nossa civilização súbdita. Enquanto que, o princípio da destruição seria o *Xiconhoca*, o outro-não-nosso, aquele que representa o mal-estar no seio da civilização censor. Em Cabo Delgado, nas entrelinhas da insurreição, temos o *Eros* e o *Thanatus*, onde ambos precisam de um elemento outro como troféu, quer para o bem, quer para o mal. O *outro* na encruzilhada do eu, o *outro* vítima do amor e ódio, no teatro das operações, será objeto de reflexo deste artigo. O troféu é o outro, o outro 'impessoal', o outro *desindividualizado*, o outro libido, o outro como algoritmo. O outro funciona como o espelho, que permite chegar a psicopatologia no seio da sociedade.

Palavras-chave: *we*, *them* e grupos.

Abstract

As a category of analysis, they and we are classic, insofar as the whole of humanity is consolidated in its relationship with the other, so that, since always, this relationship has carried a drive or tension, of love or hatred for the other. The autonomy of the other is recurrently 'chained' to the self, to us, to the ego, to the walls of the other-self, who wears the cover of the self, the ego. In Mozambique, specifically in the province of Cabo Delgado, there is the self (denominator) and the other (numerator), where the self wants another one equal to its image (self). Good and evil, life

¹ Assistente Universitária – Universidade Licungo-Moçambique. Estudante de Doutoramento em Psicologia Social, pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação - Universidade de Coimbra.

and death, love and hate, peace and war, need the other element because we are social animals. The I-we functions as the big brother of the other-them. These pantomimes are part of the Mozambican historical, social, political and ideological reality. Eros, in Greek mythology, is associated with love, passion, life, adrenaline, whirlwind. In psychoanalysis, it would be the principle of pleasure, while Thanatus would be the principle of destruction, loneliness, sadness, death, grey. We can say that in Mozambican mythology, the pleasure principle would be the other-ours (me-other), the friend, the convert, the subservient, that is, the well-being within our sudden civilization. At the same time, the principle of destruction would be the Xiconhoca, the other-not-ours, the one that represents the malaise within the censor civilization. In Cabo Delgado, between the lines of the insurrection, we have Eros and Thanatus, where both need another element as a trophy, both for good and for evil. The other at the crossroads of the self, the other victim of love and hate, will be the subject of this article in the theatre of operations. The trophy is the other, the other 'impersonal', the other unindividualized, the other libido, the other as an algorithm—the other works like the mirror, which allows psychopathology to reach society.

Keywords: we, them and groups.

Introdução: *We and Them*, cultura de grupos

Infelizmente, as categorias como grupo, cinismo, razão cínica, bondade frágil ou fragilidade da bondade, a conflitualidade *we-them* (*nossismo*), individualismo vertical e coletivismo horizontal, a banalidade da vida humana, opulência, recursos, fazem parte de todo um *frame*, *performance* do teatro da guerra.

A sensação, o entendimento, a percepção, a consciência de injustiça, todo um mundo cognitivo à volta das categorias e subcategorias mencionadas faz com que as pessoas se agrupem, encontrem grupos, criem grupos, para refletirem e debaterem sobre o que fazer perante a suposta situação de injustiça, preconceito, discriminação e quiçá estereótipos. Injustiça material e imaterial, ou a mera expectativa da tal injustiça, funciona como uma semente para que surjam grupos de *resistência*.

No contexto moçambicano, de forma cronológica, a sensação de *we and them* surge como consequência direta do colonialismo. Cedo, as pessoas que nasceram e foram socializadas num contexto de Moçambique colonial tiveram que pensar, agir e ser na categoria de *them*, ou seja, foi toda uma socialização na condição de outro, quer como *assimilado*, quer como *mestiço*, a categoria de outro, sempre aparecia. O *us-we*, ou seja, o nós, era o colono, estes eram educados e socializados dentro da cultura dominante, e os *them*, dentro da cultura dominada.

O colonialismo e o imperialismo, com herança na escravatura, funcionaram não só na dimensão material e física, mas sobretudo na mental, fazendo acreditar que a condição de ‘outro’, de ‘diferente’ não faziam parte do ‘eu’ e para tal estes processos foram fundamentais na (des)humanização de tudo aquilo que não era ocidental em prol de uma hegemonia ocidental. O processo de desumanização foi fundamental na desindividualização de negro através da metáfora das máscaras de Fanon (2008). “*Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco*”.

O que se passa com o binómio *we and them* é a criação de uma representação social, criação de uma ancoragem no subconsciente das massas, onde os que pertencem ao *we*, vivem e reforçam as narrativas em volta do *we* e os que pertencem ao *them*, vivem e não têm outra opção de não viver na condição do *them*. Esta representação social foi o pilar de vários eventos históricos, como o *colonialismo amigável* (trocas comerciais com os árabes), em nome da época dos descobrimentos, em nome da escravatura, em nome da conferência de Berlim, em nome do imperialismo, em nome colonialismo, em nome do neocolonialismo e em nome dos nacionalismos e da Luta Armada de Libertação Nacional².

A criação dos bons e dos maus, a criação do *we and them*, encontrou alicerces no racismo, darwinismo social, no eugenismo, na intolerância pela diferença, na intolerância religiosa e cultura, na intolerância epistemológica, na cultura do silêncio, nos credos do *we* perante o *them*, na legitimação da violência e sobretudo na impossibilidade da empatia e alteridade no diálogo com o *outro*.

A cultura como artefacto linguístico e conceptual ganha notabilidade no século XV³, na época dos ‘descobrimientos’ marítimos e na procurada matéria-prima para o enriquecimento, tendo sido, neste

² Dentro da Europa surgem os fortes e os fracos, onde os fortes eram os cultos e os da burguesia, os donos dos bancos, os donos dos escravos, e os fracos eram os pobres e funcionários das fábricas e das indústrias. Fora da Europa, eram os europeus os fortes na lógica do imperialismo representados por Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Países Baixos, Itália, Bélgica, França, entre outros, com projectos como ‘conferência de Berlim’, ‘Mapa Cor-de-Rosa’. Estas potências de forma consciente ou inconsciente acreditavam ser biologicamente, socialmente, culturalmente, historicamente, ideologicamente e intelectualmente forte e resistentes em relação ao resto do mundo, ou seja, em relação aos outros, o binarismo ‘nós’ e os ‘outros’. Sem deixar de lado o surgimento do fascismo e do nazismo no século XX, associado a esta crença nacionalista com uma identidade pura.

³ Importa não ignorar os contactos prévios do continente africano com a Península Arábica.

processo, Portugal o país 'pioneiro', que de forma geral simboliza por um lado a formalização do comércio transatlântico, por outro lado o encontro com outras 'culturas', que pode funcionar como pilar para analisar o binarismo 'eu' e 'eles', ou 'nós' e 'outros'.

A questão da 'diferença' e o relacionamento com o 'diferente' surge neste contexto, e com ele a tentativa e sobreposição de uma cultura sobre a outra, ou seja, a ideia lógica de culturas dominantes perante as culturas dominadas. O reflexo atual de um mundo global, mas com um norte dominante e um sul dominado, pode ter sido herdado num reflexo das relações intergrupais do século XV.

A cultura ganha outros significados a partir do século XIX, onde ela surge associada ao bom gosto, a intelectualidade, aos bons modos e, sobretudo, à ideia de 'homem culto' como sendo aquele homem da elite europeia. Ser homem culto não era para qualquer um, era preciso pertencer a classe alta e fazer parte da alta sociedade da época, isto era um privilégio.

Em 1859, com a publicação '*On the Origin of Species*' de Charles Darwin, as ciências sociais criaram novas teorias, como a teoria social do darwinismo, ou melhor, o darwinismo social, que defendia a existência de condições biológicas e sociais que determinavam que umas pessoas eram superiores as outras.

O filósofo Herbert Spencer propõe a teoria da evolução cultural, onde as culturas mais fortes e as raças mais fortes sobreviveriam face às mais fracas. É importante mencionar que Darwin teve muitos seguidores, dentro e fora da ala culta, e, mais importante, com base na sua teoria, temas como supremacia racial, dominação dos outros e binarismos entre os fortes e os fracos ganharam outra dimensão mais estrutural e com bases numa das maiores descobertas científicas de todos os tempos, ou seja, '*On the Origin of Species*'.

No século XX, o antropólogo americano Franz Boas revolucionou a teoria cultura afirmando a '*uniqueness of all cultures*' e '*cultural relativism*', onde as lentes culturais eram importantes para a percepção das culturais locais, e, sobretudo, é importante frisar o contributo dele como um dos principais activistas académico, contra as teorias 'populistas' evolutivas raciais da época, pois para ele, a biologia racial não devia ter sido tão relevante para determinar o binarismo dos 'fortes' e 'fracos', pois, o desenvolvimento era de igual modo influenciado pelas condições sociais e

ambientais, que as culturais deviam ser pensadas e analisadas dentro das suas normas sociais e costumeiras⁴: *“the culture of any society must be understood as the result of the society’s unique history, and not as a stage in the evolution of societies ”* (Chiu e Hong, 2006, p. 4).

Na década 60, mudou-se a lógica de ver a cultura como universal, passando para uma lógica mais centrada em etnografias como metodologia, em parte influenciadas pelos trabalhos do Boas, e também de igual modo com os contributos do antropólogo Clifford Geertz, defensor da pluralidade, numa fase de falência das metanarrativas, onde as realidades singulares, os conhecimentos locais, os saberes locais, passariam a ser novos locais singulares de ‘construção e tradução dos conhecimentos’, ou seja, *“analysis of the way a human group assigns specific meaning to objects, behaviors, and emotions”* (Chiu e Hong, 2006).

Para terminar a lógica teórica, segundo Chiu e Hong, frisar que a abordagem teórica da cultura é com base na psicologia social, como:

we treat culture as set of social psychology process, and our goal is to understand the mental and social life of an individual in a cultural context ... ‘as people apply culture to achieve their goals, their cognition, feelings, and action respond to the exigencies of culture,... ‘people are captive recipients of cultural knowledge to make sense of reality’, how they produce culture, and how they use culture knowledge as a resource to manage the changing demand of their cognitive and social environment’ (p. 23).

Analisando este quadro teórico que funcionou como base para percepção da cultura no debate europeu e americano durante os séculos XIX e XX, é visível que a geografia não só da intelectualidade, como, a geografia do poder foi um factor importante nesta hegemonia das metanarrativas do ocidente contra outras realidades, em particular a realidade africana, que ‘funcionou’ como fonte de matéria-prima humana e material durante quinhentos anos.

O lugar do continente africano como uma ausência nas meta-narrativas da época é um facto visível para quem pensa e vê o mundo num prisma de pluralidades e diversidades. Aqui sugeríamos o modelo das ausências das culturas africanas como produtoras e tradutoras de conhecimento no

⁴ Moore, D. (2009).

debate sobre a cultura. Pois, nesta época no contexto africano existiam formas de resistências face a imposição das culturas dominantes imperialistas.

O movimento pan-africano que simboliza a união dos africanos contra o imperialismo, séculos XIX e XX marcam formas de resistências e lutas, os movimentos de libertação nas colónias, para o caso específico de Portugal e suas colónias, dentre as quais Moçambique, se verificaram as lutas coloniais.

O projecto da escravatura, da colonização, do mercantilismo, do imperialismo, não foi pacífico e de consensos, estas formas de manifestações do contra as teorias meta-narrativas deviam fazer parte das narrativas no campo do debate cultural. Frisar que o que mais estranhava as comunidades africanas da diáspora e locais na escravatura, entre outras coisas, era a imposição cultural sem relativismo⁵.

Uma das figuras importantes do mundo pan-africano e defensor de uma África Unida, como forma de lutar contra a supremacia branca e o eurocentrismo, foi Kwame Nkrumah, através da expansão da cultura pan-africana que era uma ideologia e um projecto de libertação a partir da cultura, como oposição a escravatura, as teorias populistas racistas e, sobretudo, conduzidas pelo sonho de ser livre no país de origem (Paim, 2014).

Segundo Nkrumah (1977), o objetivo principal dos revolucionários do mundo negro deve ser a libertação e a unificação totais da África sob a direção de um governo pan-africano socialista. É um objetivo que satisfará as aspirações dos povos africanos em todo o mundo.

Os modelos teóricos sobre as culturas propostas pelo paradigma dominante eram incompletos, pelo facto de ocultarem nas suas pesquisas a percepção do outro, a relação com os dominados e forçados a aprender uma cultura que não era sua, em nome da ‘civilização’, pois a cultura do paradigma dominante era baseada na narrativa civilizacional.

Este pequeno resumo funciona como um pequeno olhar sobre a lógica clássica do *we versus them*. Moçambique atual é fruto dessa herança e luta do nós contra eles. Ontem éramos eles, hoje somos

⁵ Legum, C. (1965). Pan-Africanism: a short political guide, New York, etc.: Frederick A. Praeger, p. 41.

nós. A condição de nós não funciona sem um eles, real ou imaginário. As ‘máscaras’ pelo reconhecimento e pela aceitação na lógica de uma sociedade com herança de um iluminismo ‘branqueado’, ou seja, as máscaras de ontem, que precisamos usar para ser aceites numa sociedade colonizada, onde o conceito de ser humano, do sujeito, foi mais um momento de legitimação do outro como excludente, pois, o racional e a razão eram para o homem do continente velho e os demais homens eram emotivos.

Estas máscaras fizeram, deixaram e causaram dor, sofrimento, depressão e afectaram a auto-estima, do homem colonizado. Mas, hoje, as nossas máscaras mudaram, hoje temos as máscaras do *we* e não do *them*. Mas os que acreditam estarem a usar as máscaras do *them* farão com que a história belicista regressa à Moçambique, visto que os mesmos têm uma representação social do *them*, ou seja, sentem na pele a exclusão, a injustiça e a intolerância (crenças que facilmente fluem na mente dos *them*).

Ao pensarmos em guerra, conflito, insurreição/insurgência ou mesmo terrorismo, não temos como evitar a lógica do ego, do eu e do outro, do *we and them*, onde o outro precisa ser destruído para inflamar o nosso ego (eu a minha imagem) em nome de razão cínica, em nome da bondade frágil. A guerra pode ser vista em trincheiras de grupos, onde os grupos têm cores diferentes, pensam diferentes, tem ideologias diferentes e em nome dessa diferença grupal, surge a violência, a morte e a destruição.

Numa guerra quem devia ter razão devia ser a vida, o *bio-mulher*, o *bio-homem*, ou melhor, a *bio-razão*. Mas, lamentavelmente, o que direciona aos conflitos é mesmo a capacidade de ver e de perceber o lado bio-psico-social-cultural nos outros. O outro deixa de ser bio, o eu passa a ser o dono do bio.

O bio, bondade, razão, tolerância e a alteridade deviam ser o princípio das relações humanas, deviam fazer parte do princípio dos grupos. Esse princípio não devia ser preterido ao cinismo.

Porquê os grupos! Nós pensamos e agirmos como grupos, funcionamos muito na lógica *us-we and them*, como se fosse um instinto naturalizado, somos uma identidade social, a nossa identidade tem um eu e um eles, nossos estereótipos, nossos preconceitos e conflitos, são dentro do *ethos* da identidade.

A lógica *us (in group)* and *them (out group)*, mesmo sem a categoria de recursos (recursos como pré-motivação para os conflitos, sensação de exclusão), pode nos levar a conflitos (Tajfel & Turner, 1986). Os grupos são espaços privilegiados nas ciências sociais, e, em especial na psicologia social, onde existe algo raro e impactante, a comunicação, as regras, os valores, o poder (autoridade), os princípios, a subserviência, obediência, normas culturais e disciplina de grupo, estatutos e os papéis por desempenhar. Sobretudo, porque existe uma necessidade oculta de pertença ao grupo, existe uma sede pela pertença ao grupo. Não qualquer grupo, um grupo que seja o espelho ou reflexo do eu, o eu-outro.

Moçambique como país é um grupo, dentro deste grupo encontramos biliões de subgrupos. Em cada um desses subgrupos, temos lá uma cultura que se pretende uma na diversidade. As nossas bondades e as nossas maldades são feitas em grupo ou em conjunto, no eu que encontra o aval ou o *like* noutra eu (eu a sua imagem) ou na mera expectativa da reação (positiva) do outro eu. (Rodrigues, 2003). Os que se sentirem excluídos ou auto-excluídos do grupo vão criar seus grupos, grupos de aceitação. Os belicistas, os terroristas, os insurgentes, criam seus grupos em nome da justiça, em nome da (in)tolerância religiosa, em nome da (as)simetria, em nome da exclusão, ou seja, existe uma psicologia e uma mentalidade que faz com que este grupo recrute e crie bases para poder difundir os seus credos e ideologias.

Nos grupos existe a interdependência, existe toda uma dinâmica que vai além da presença física dos seus membros. Sendo um todo que pode ser alterado com a *infuncionalidade* de uma das partes (Lewin, 1948). Dentro do grupo ou dos grupos existe a competitividade, existe a ideia de recursos, troféus e prémios. A ideia dos recursos leva a conflitos inter-grupais. Por exemplo, Moçambique é um grupo, no qual existem contentes e descontentes, começa a surgir a ideia de comparação, injustiça, desigualdade, opulência, uns têm e outros não. Exemplo de agendas como feminismo, género, partidos da posição, são aqueles que sentem que precisam de forma ideológica e política lutar pelos seus ideais. Os em desvantagens vão criar subgrupos onde eles irão reivindicar pela sua parte dos recursos, aqui estaríamos perante conflitos causados pelos recursos. Surgem assim, sentimentos de preconceitos, viés, discriminação, conflitos, violência e hostilidade. A entitividade/*groupiness* levaria ao ódio, ou melhor, à naturalização do ódio. Uma sensação infinita de competição, em nome dos recursos. (Campbell, 1958).

Com base na ideia de *groupiness* não fica muito difícil perceber o porque da associação dos conflitos em Cabo Delgado, de forma recorrente, com a agenda de desenvolvimento. Um terror em nome dos recursos, das assimetrias, foi construído numa narrativa, segundo o qual a causa principal do conflito seria a luta pelos recursos. Frisar que a verdadeira agenda desse terror ainda se encontra numa zona muito cinzenta.

O que não está numa zona cinzenta é a influência minoritária. Onde uma minoria consegue influenciar uma maioria. Foi assim na luta pela libertação, na guerra civil, foi assim com a Junta Militar (*ongoing*), foi assim com os Machababos (*ongoing*) (Feijó, 2021), em Cabo Delgado.

Segundo Moscovici (1969), a persistência, comportamentos firmes, ou seja, minorias com atitudes, comportamentos e consistências podem influenciar e imprimir mudanças nos grupos majoritários.

As influências das minorias podem mudar através da teoria da conversão (Moscovici, 1980). Tanto as minorias, como as majorias, podem mudar; para tal é necessário primeiro perceber e aceitar que ambos grupos são portadores de influências e influenciados. Algo que é visível, mesmo que seja em silêncio, é a comparação destes dois grupos o que pode dificultar a resolução do conflito. Daí a necessidade de encontrar estrategistas de comunicação específicas para cada grupo.

Psicologia de Guerra

O *we and them* como categoria de análise e reflexão não é um tema novo, é clássico e humano na sua mundialização, globalização e universalização. O outro devia irromper em nós processos cognitivos que nos pudessem conduzir rumo à alteridade, empatia, o espelho, a humanização, a benevolência, afetos, tolerância, compreensão e paz. Mas, a realidade, quer de outrora, quer a atual, só nos dá motivos para continuar a indagar sobre este binómio em forma de categoria, torna-se necessária, urgente, atemporal e para *ontem*.

No contexto da guerra ou de insurreição, a busca por uma reconciliação, na realidade moçambicana pode ser percebida como polarizada, extremosa, de trincheiras, intolerante e egoísta, perante algo antigo ou novo na condição de outro. A hostilidade ou impessoalidade perante o outro faz parte da nossa arqueologia mental e comportamental; no passado, aquele passado mais documentado e

teorizado, ou seja, passado colonial, éramos nós os outros que lutávamos para ser os eus, isto é, centralidade (guerra de libertação). Da guerra de libertação que culminou com a proclamação da independência em 1975 até a atualidade passamos por várias réplicas tectónicas belicistas.

A nossa memória, a nossa percepção, a nossa imaginação, os nossos sonhos, a nossa socialização, a nossa comunicação, ainda têm como denominador as guerras e conflitos, a insurreição no norte de Moçambique, o Desarmamento, Desmobilização e Integração (DDR), e as reivindicações da Junta Militar. A nossa moçambicanidade leva-nos a pensar em narrativas belicistas, quer pelos algoritmos, quer pelos *media* e infelizmente com as trágicas decapitações no norte de Moçambique. Que impacto teria esta mentalidade belicista nas nossas acções quotidianas? Ataraxia, altruísmo, alteridade, empatia, pânico, medo, individualismo, impessoalidade ou a desindividualização?

No tempo da Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974) nasceram crianças, foram criadas e socializadas no contexto de guerra. No tempo da Guerra dos 16 anos ou Guerra Civil (1977-1992), nasceram e foram criadas crianças neste ambiente, com narrativas e mitos sobre aquele evento. *Santhundjira* ou Instabilidade Político Militar, (2013-2014), na zona centro do país, também testemunhou nascimentos, o mesmo se diga com a situação da Insurreição (2017- até actualidade), no norte do país.

Esta última, num contexto de massificação dos *media*, redes sociais, e com os seus métodos ortodoxos e radicais, como decapitações, rostos cobertos (na sua maioria), com métodos similares aos do terrorismo, fazem parte da memória colectiva atual. Todos estes eventos criam um ou vários filmes, traumas, sustos e medos no espaço público. Criando um cenário para o surgimento da psicopatologia (dor e sofrimento psíquico e mental) na sociedade, como se de uma nuvem cinzenta se tratasse.

***Eros* (vida) e *Thanatus* (morte) em Cabo Delgado**

Cabo Delgado é o censor e ponto cardeal do rosto de Moçambique. Cabo Delgado transformou-se no sinónimo moçambicano. Narrativas sobre o norte do país criaram uma ponte entre o norte global e sul global, norte-sul como ideologia que divide os países segundo a sua organização e

desenvolvimento político, económico, cultural, académico e cultural. Para quem está familiarizado com o trabalho do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seria as epistemologias do Sul. Nesta lógica, Moçambique faz parte dos países do sul, dos países que dependem dos países do norte. Mas pode fazer um pouco de confusão, para quem esteja em Moçambique perceber esta narrativa Norte-Sul, visto que a rosa-dos-ventos possui um significado local. Onde, o sul moçambicano funciona como o norte e o norte de Moçambique funciona como o sul. Mas essa confusão é normal, visto que dentro dos países do sul, existe um sul e um norte, e para o caso do Moçambique, o norte é o sul.

A intensificação do conflito militar no Norte de Cabo Delgado despertou a atenção de jornalistas, investigadores, analistas de segurança e diplomatas. O facto de os rebeldes armados não darem entrevistas a jornalistas e investigadores resulta num grande desconhecimento sobre as suas dinâmicas internas nas zonas ocupadas, pelo que o mundo dos insurgentes constitui um território repleto de mistérios (Feijó, 2021).

O que aconteceu no norte de Moçambique funcionou como um GPS para o mundo, ou seja, norte global e sul global. Nesta lógica, norte global e sul global, existe o *we and them*, onde o *we* são os norte global e o *them* são do sul global. Com os eventos de Cabo Delgado, os *we* passaram a olhar para os *them*, isso na conjuntura global ou internacional. Ou seja, o norte global fluiu do *we* para um *we-them*, em nome da ajuda e da cooperação.

Na conjuntura nacional, também existe uma lógica tácita e ancorada de *we and them*, existe uma representação social do quotidiano, existem teorias e conhecimentos do quotidiano, segundo os quais existe um *we and them*, em Moçambique. Onde o *we* seria o ponto cardeal 'sul' do país e o *them* seria o ponto cardeal 'norte' do país.

Quer seja na narrativa global, Norte-Sul, quer seja na narrativa glocal, Sul-Norte, os eventos de Cabo Delgado funcionaram como uma minoria influente. Pois, os *media*, os sentimentos, a alteridade, empatia, emoções, imaginação, ou melhor toda munição cognitiva passou para a triste realidade de Cabo Delgado.

Porquê Cabo Delgado no seu binómio *we and them*?

Com base em trabalhos recentes de investigação protagonizados por Macalane & Jafar (2021), vamos ilustrar algumas constatações e conclusões, para depois triangular com o binómio *we and them*.

A investigação de Macalane & Jafar (2021) começa com uma dedicatória a todas as mulheres e homens⁶, vítimas dos ataques terroristas em Cabo Delgado. Aqui temos nas entrelinhas o *we and them*, onde as mulheres, os homens, as crianças fazem parte do grupo do *we* e obviamente os terroristas (usando a terminologia da investigação) fazem parte do *them*. Com este pequeno excerto da dedicatória, podemos verificar que como seres mulheres, com ou sem viés, pensamos na lógica *we and them*, agimos na lógica *we and them*, e criamos expectativas na lógica *we and them*. Frisar que essa lógica de pontos cardeais, ou seja, *we and them*, por vezes é inconsciente, ela nos perpassa. Usando a linguagem das representações sociais, diria, usamos a ancoragem (algo que já assimilamos e está devidamente acomodado, no nosso plano cognitivo).

Desde 2017, até aos dias actuais, Mocimboa da Praia tem sido o alvo principal dos ataques terroristas, perpetrados por grupos armados, localmente designados por “Al Shabaab”. As consequências deste fenómeno são incomensuráveis, partindo desde a destruição de infra-estruturas públicas e privadas, bem como de casas, saque a estabelecimentos comerciais, mortes e abandono de aldeias inteiras. O presente trabalho de pesquisa, intitulado “Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017- 2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocimboa da Praia”, teve como objectivo principal compreender as causas, a evolução do fenómeno e os mecanismos de resiliência, a partir das narrativas da população de Mocimboa da Praia⁷.

⁶ Troquei a lógica, a citação directa seria *A todos os homens e todas as mulheres afectados(as) pelos ataques terroristas, em Cabo Delgado*. O meu viés pro-mulher não podia deixar escapar essa oportunidade.

⁷ Ao longo dos últimos anos, um grupo de indivíduos radicais foi-se organizando em forma de seitas no Nordeste de Cabo Delgado, assumindo o grupo dimensões violentas a partir de Outubro de 2017, com o ataque às instalações da polícia de Mocimboa da Praia. O conflito alastrou-se, nos anos seguintes, por 8 distritos da província, traduzindo-se inclusivamente no ataque e ocupação de várias sedes distritais. O grupo ficou localmente conhecido por Al-Shabaabs I e tornou-se famoso pelo fundamentalismo do seu discurso (ainda que vago), pela extrema violência das suas acções, mas também pela sua capacidade de camuflagem (nas matas de Cabo Delgado e no seio das populações), e eficácia dos seus ataques. Contudo, o facto de os machababos não darem entrevistas a jornalistas e investigadores resulta num grande desconhecimento sobre as dinâmicas internas nas zonas ocupadas. O mundo dos insurgentes constitui um território repleto de mistérios. O conhecimento que vem a público acerca da forma de organização dos machababos resulta de testemunhos oculares de quem privou com este grupo, nomeadamente indivíduos desertores ou mulheres que estiveram em cativeiro. Com efeito, a realização de centenas de raptos de mulheres e a capacidade de muitas terem conseguido escapar ao cativeiro, resultou num manancial de informação disponível acerca das formas de organização deste grupo que não tem sido devidamente analisadas (Feijó, 2021).

Com base em entrevistas, observação no terreno e pesquisa documental, estes académicos, da Universidade Rovuma, coordenaram um grupo de investigação, com vista a compreender o fenómeno dos ataques, no distrito de *Mocímboa da Praia*.

Esta investigação apresenta seis conclusões. Sendo a primeira ligada a categoria da agenda dos terroristas, com tese segundo a qual estes não têm agenda clara. Esta categoria é subsidiada, de forma tímida, com a subcategoria das causas económicas. Esta subcategoria é a mais propalada nos sentidos comuns, como sendo a causa do terror em Cabo em Cabo. Quer a não agenda, quer a causa económica, funcionam na lógica de grupos, ou seja, o *we and them*.

No que se refere às causas dos ataques terroristas em Cabo Delgado, constatou-se que os homens armados não possuem uma agenda clara, mas, no meio de toda esta zona de penumbra, parece sobressair a intenção de implantação na região de uma doutrina religiosa muçulmana de cariz radical, por meio da subjugação ou eliminação das instituições estatais, bem como da religião muçulmana clássica. Associado a isso, encontram-se também alguns elementos conducentes a causas de natureza económica, sobretudo em discursos que remetem para revolta perante uma alegada situação de pobreza e discriminação (Macalane & Jafar, p. 137).

Na segunda conclusão, aparece a tese que versa sobre o desconhecimento da população sobre o que se passa no terreno, por um lado, e o facto de o grupo pretender criar o Estado Islâmico como forma de controlar os recursos. Voltamos a subcategoria económica como *provável* causa de conflitos. Podemos pensar na lógica dos grupos que são criados como consequência de falta de recursos e pelo facto de se sentirem excluídos:

Em relação às percepções das populações sobre ataques levados a cabo por terroristas neste ponto do país, conclui-se que estas em geral nada sabem, apesar de em certos depoimentos terem apontado a intenção dos terroristas estabelecerem o estado islâmico na região, como forma de controlar os recursos emergentes em Palma (Ibid.).

Na terceira conclusão, versam sobre as formas de actuação e penetração dos terroristas nos locais de ataques. É o tipo de narrativa que este grupo usa para conseguir penetrar nos grupos, dentro das vilas ou comunidades, através dos cárceres para os homens e as mulheres transformadas em cozinheiras.

Sobre as formas de actuação do grupo terrorista ao nível local, constatou-se que são diversas, variando desde a propagação de mensagens enganosas, segundo as quais

pretendem libertar a região da má governação da Frelimo, distribuição dos terroristas por pontos estratégicos, cercando a cidade, até à infiltração nas famílias, horas antes dos ataques, todos os membros da família são submetidos ao cárcere privado, usando as mulheres como cozinheiras (Ibid.).

Na quarta conclusão, o foco vai para as formas de financiamento dos terroristas. O que se tem de concreto é a subcategoria económica, onde os jovens são aliciados e transformados em pequenos comerciantes locais.

Quanto às fontes de financiamento e as formas de transações financeiras usadas pelos terroristas, não foi possível obter uma resposta concreta no seio dos informantes, tendo ficado apenas a impressão de que o grupo alvo de financiamento são jovens, os quais se transformam em agentes económicos, em pouco tempo, e que as transações financeiras são feitas na maior parte dos casos por via da plataforma mpesa (Ibid.).

A quinta conclusão, versa sobre o nível e aceitação dos terroristas, não senso consensual, mas existe uma narrativa de *we*, ou seja, 'são filhos da terra', ou são *filhos de Mocímboa*.

Relativamente ao nível de aceitação da presença dos terroristas em Mocímboa da Praia, apesar de existir uma divergência de opiniões, os dados colhidos do campo revelam ter havido certa simpatia da população em relação aos insurgentes, pelo menos no princípio e as semanas seguintes dos ataques, facto que se pode justificar, não só por muitos dos atacantes serem “filhos” da região, mas também pela estratégia por eles manifestada, que consistia na aparente protecção dos civis e ataque a alvos militares (Ibid.).

A última conclusão versa sobre o epicentro dos ataques, acompanhado por quatro subcategorias, a saber, aparente aceitação dos terroristas (*filhos de Mocímboa*), intenção de ocupação da zona, posição geoestratégica e *we*, ou seja, os jovens locais se identificaram com o grupo e consequentemente aderiram ao grupo.

Sobre o facto de Mocímboa da Praia constituir o epicentro dos ataques terroristas, constatou-se haver uma conjuntura de factores que contribuem para o efeito, sendo de destacar a aparente aceitação de que os terroristas gozam na região; a intenção dos terroristas de ocupar a zona, dada a sua localização geoestratégica; e o facto de muitos jovens de Mocímboa da Praia terem aderido ao grupo terrorista (Ibid, p. 138).

Destas conclusões, poderia criar uma partitura ou melhor, os seguintes sons, a saber, a intolerância religiosa, sentimento de exclusão, necessidade de estar em grupo de aceitação e os recursos como a cereja no top do terror.

O *we and them* está nesta investigação, uns informantes se identificam, outros não. Mas no final, aparece que a frase são *filhos daqui*. Por outro lado, e se calhar o mais interessante no prisma académico, seria a capacidade de olhar para todas as prováveis causas como possíveis causas, sem o desdém ou a ridicularização das mesmas. Explico melhor, o que esta investigação apresenta daria para excelentes panos para manga. A investigação traz dados que podem reforçar ou não o que o senso comum já tinha como dado consumado. É preciso perceber essa lógica de grupos, o porquê de fazer parte, o porquê das simpatias locais e o que está a faltar para a tal possível simpatia pró-terroristas.

Considerações Finais

Conclusões, recomendações ou sugestão para um tema como a instabilidade em Cabo Delgado seriam muita presunção. Visto tratar-se de um terreno inédito, cheio de zonas cinzentas, o mais prático será coibir-me dentro do lado de aprendizagem perante este fragor social.

Esta reflexão não pretende ser possante, mas sim, um pensamento dentro da solidariedade académica, perante à tragédia que se vive na província de Cabo Delgado. Tratasse de um braço que irá juntar-se aos demais braços académicos que visam pensar e analisar a tragédia em Cabo Delgado.

No campo belicista ou de conflitualidade existe a cultura de um ‘eu’ em representação dos ‘eus’ dentro do mesmo grupo. Os outros passam à categoria de troféu, passam à estatística, ou seja, o outro como uma subcategoria, o outro como um não ser. Na guerra, o ‘eu’ é o humano e o outro é o não-humano, a negação do humano.

No âmago de Cabo Delgado existe uma lógica *we and them, us and they*, nós e eles. Analisar e perceber a lógica *we and them* em Cabo Delgado, pode ser relevante nesta equação.

Bibliografia

Berry, J. et al. (1980). Handbook of Cross-cultural Psychology. 2º Edition, Allyn and Bacon. USA.
Berry, J. et al, 1992. Cross-Cultural Psychology: research and application. 2º Edition, Cambridge University Press. UK.

Carr, S. e Schumaker, J. (1996). *Psychology and the Developing World*. Library of Congress Cataloging-In-Publication Data. USA.

Castiano, J.P. (2018). *A “liberdade” do Neoliberalismo, leituras críticas*. Editora Educar. Maputo.

Campbell, Donald T. (1965). Ethnocentric and other altruistic motives. In: LEVINE, D. (org.). *Nebraska symposium on motivation*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Cole, M. (1996). *Cultural Psychology: a once and future discipline*. Library of Congress Cataloging-In-Publication Data. USA.

Cole, M. (2003). *Psicología Cultural*. 2º Edição, Morata. Madrid.

Chrysoschoou, X. (2006). *Cultural Diversity: Its social psychology*. 4º Edition, Blackwell. UK.

Chiu, C. e Hong, Y. (2006). *Social Psychology of Culture*. Psychology Press. New York.

Diaz-Guerrero, R. (1967). Socio-cultural premises, attitudes and cross-cultural research. *International Journal of Psychology*, 2(2), 79-87.

Diaz-Guerrero, R. (2002). Precursors of Cross-Cultural Psychology and the Context of Culture. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1). <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1009>

Doise, W. (1986). *European monographs in social psychology. Levels of explanation in social psychology* (E. Mapstone, Trans.). New York, NY, US: Cambridge University Press.

Fanon, F. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. EDUFBA. Salvador.

Feijó, J. (2021). Caracterização e Organização Social dos Machababos a Partir dos Discursos de Mulheres Raptadas. *Observador Rural* Nº 109.

Hook, D. (2004). Frantz Fanon, Steve Biko, ‘psychopolitics’ and critical psychology [online]. London: LSE Research Online, 84-86, Available at: <http://eprints.lse.ac.uk/961>

Heine, S. (2016). *Cultural Psychology*. 3º Edition, University of British Columbia. USA.

Hilton, B. (2011). Frantz Fanon and Colonialism: A Psychology of Oppression. *Journal Of Scientific Psychology*. 45-52.

Hilton, B. (2011). Frantz Fanon and Colonialism: A Psychology of Oppression. *Journal Of Scientific Psychology*. 45-52.

Lima, R. (2017). Memórias indesejadas: os campos de reeducação na ficção de Ungulani Ba Ka Khosa. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê nº 18 – ISSN 1679-849X* <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/index>, p. 33.

KWAME Nkrumah (1977). *A Luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, p.107.

Macalane, G. & Jafar, F (Org) (2021). *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocimboa da Praia*. Universidade Rovuma, Pemba.

Meneses, M. P (2015) « Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 106 | colocado online no dia 28 Abril 2015, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/5869> ; DOI : 10.4000/rccs.5869.

Mondlane, E (2019). *Lutar por Moçambique*. Editora Universitária, Maputo.

Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las Minorias Activas*. Madrid: Morata.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Moore, Jerry D. (2009). "Franz Boas: Culture in Context". *Visions of Culture: an Introduction to Anthropological Theories and Theorists*. Walnut Creek, California: Altamira. 33–46.

Nesbitt, P. (2004) "On Xiconhocas and other Vermin Feasting Today in Africa: A Note on Travels in the World's Greatest Continent" Rozell 'Prexy' Nesbitt Writings and Speeches. 59.<https://digitalcommons.colum.edu/nesbittwritings/59>.

Nielsen, M. (2010). *Antithesis without Thesis Virtuality and its negation in Maputo, Mozambique*. Paper to be delivered at the EASA Conference, August 24-27, 2010 (online). Available http://pure.au.dk/portal/files/34321825/Morten_Nielsen_Antithesis_without_Thesis.pdf

Ngoenha, S. (2013). *Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?* Maputo: PubliFix.

Ngoenha, S. (2015). *Terceira Questão: que leitura se pode fazer das recentes Eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: PubliFix.

Paim, M. (2014). *Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai*. *Sankofa* (São Paulo), 7(13), 88-112. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2014.88952>

Semião, J. (1974). "Entrevista a Joana Semião" por Francisco Soares, 2 de maio de 1974. Lisboa: Arquivos RTP. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-joana-simeao>.

Rodrigues, A. (1972). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. *Estudos em Psicologia Social*: Vol. 2 (L. Amâncio, trad.). Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H., & Turner, J. (1979/2001). An integrative theory of intergroup conflict. In M. A. Hogg & D. Abrams.

LEWIN, K. (1978) Teoria de campo em ciência social. São Paulo, Pioneira, 1965.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986) [1979]. "The social identity theory of intergroup behaviour (pp. 7–24)". In Austin, William G.; Worchel, Stephen (eds.). Psychology of Intergroup Relations (2nd ed.). Chicago: Nelson-Hall. ISBN978-0-830-41075-0.

DA TERRA QUEIMADA À CIDADE REFÚGIO: elementos de análise da difícil inserção e invisibilização funcional dos deslocados em Pemba

Aurélio Miambo⁸

RESUMO

Desde a eclosão do fenómeno “deslocados internos” em Cabo Delgado, a gestão deste dossier tem sido ambígua e a actuação das autoridades moçambicanas flutua entre a primazia das precauções securitárias e a emergência das preocupações humanitárias. O assalto de 24 de março de 2021, a vila de Palma, veio agudizar a já problemática gestão dos deslocados. Este trabalho se interroga sobre a eficácia do modelo de gestão dos deslocados adoptado pelas autoridades moçambicanas num contexto em que é notória a difícil elaboração de uma posição coerente sobre a presença de deslocados na capital provincial de Cabo Delgado.

Palavras-chave: Migração forçada. Deslocados internos. Crise humanitária.

Introdução

Este artigo debruça-se sobre os deslocados internos em Cabo Delgado, uma zona que tem sido devastada por uma crise de segurança, caracterizada por ataques terroristas, que obrigam que uma parte importante da população abandone as suas residências em busca de refúgio, sobretudo, na cidade de Pemba, capital provincial. A partir da confrontação das análises de diversas fontes documentais e interação com alguns actores de movimentos de solidariedade, o trabalho procura contribuir nos debates em torno da problemática da migração forçada e dos deslocados internos naquela região do país.

A migração forçada e a aparição do fenómeno em estudo, no norte de Moçambique, não é uma realidade nova, remonta ao período da luta anti-colonial, onde foram registadas importantes vagas de deslocações forçadas de pessoas reagrupadas estrategicamente em aldeias comunais.⁹ Num

⁸ Doutor em Antropologia pela Université Paris Diderot, Sorbonne Paris Cité, professor e investigador na Universidade Pedagógica de Maputo

⁹ Jeanne Vivet, *Déplacés de guerre dans la ville: la citadinisation des deslocados à Maputo*, p.18

passado recente foram registadas importantes vagas de deslocados internos em consequência de eventos naturais e da guerra civil.¹⁰

Actualmente, em consequência dos ataques terroristas “há uma vida impossível de permanente exílio, perseguição, refúgio, fuga e provações para crianças, mulheres, anciãos, famílias inteiras. Há um universo de escravos laborais, sexuais e militares.”¹¹

Esta realidade, mais uma vez, transforma Cabo Delgado em produtor de deslocados internos, cidadãos temporários e exilados dentro do seu próprio país. A nossa reflexão incide em três aspectos fundamentais (i) terra queimada e populações no limiar da vida social: situação geral dos distritos produtores de deslocados em Cabo Delgado, (ii) da existência marginal no norte de Cabo Delgado à busca de alternativas de sobrevivência em Pemba, (iii) a difícil inserção na “cidade refúgio” e a invisibilização funcional dos deslocados em Pemba.

Terra queimada e populações no limiar da vida social: situação geral dos distritos produtores de deslocados em Cabo Delgado

A análise de factores que concorrem para a ocorrência do conflito em Cabo Delgado, o impacto das medidas adoptadas visando controlar a situação, assim como a produção de deslocados internos tem alimentado inúmeras discussões em diversos contextos. Fontes académicas, da imprensa (nacional e estrangeira), agências humanitárias, sobretudo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e diversas organizações da sociedade civil descrevem a difícil situação na qual parte significativa do norte de Cabo Delgado se encontra mergulhada.

As autoridades moçambicanas classificam a situação como complexa, contudo para se compreender a aludida complexidade é importante não perder de vista que “(...) existem dois períodos nesta ‘insurreição’, que verdadeiramente se traduz em actos de terrorismo contra civis e terra queimada: um de meados de 2017 a Junho de 2019, outro a partir desta data até agora.”¹²

¹⁰ Durante a guerra dos dezasseis anos estima-se a existência de «mais de 4 milhões de deslocados internos e mais de 1 milhão de mortos. Aurélio Miambo. *La problématique des réfugiés et les modalités d'accès au droit d'asile...* op. cit. p. 175

¹¹ Nuno Rogeiro. O cabo do Medo – Daesh em Moçambique (Junho 2019-2020), p.20

¹² Nuno Rogeiro, op. cit., p.29

Ao longo do presente trabalho, não iremos aprofundar estes eventos,¹³ porque não constituem a centralidade da nossa abordagem, mas a sua referência visa, simplesmente, trazer algumas evidências que consubstanciam o argumento segundo o qual a encruzilhada do terror e recrudescimento da crise de segurança propiciou a transformação de Cabo Delgado, mais uma vez, em produtor de deslocados internos, exilados dentro do seu próprio país.

Nas linhas que sesseguem fazemos um breve olhar sobre as causas dos ataques em curso, as consequências do ponto de vista humanitário e uma nota conceptual sobre deslocados/pessoas deslocadas internamente e a sua demarcação da noção de refugiados.

De acordo com Brito (2020), Forquilha e Pereira (2020), Morier-Genoud (2020), a actual crise de segurança começou a ganhar notoriedade em 2017. Com efeito, aqueles pesquisadores referem que foi a 5 de Outubro de 2017 que começou a contestação violenta ao Estado na província de Cabo Delgado, quando um grupo de homens armados atacou as instituições do Estado na vila sede de Mocímboa da Praia. Entre finais de Março e meados de Abril de 2020, a violência armada atingiu níveis nunca vistos antes, com o assalto e a ocupação temporária de quatro vilas nos distritos de Mocímboa da Praia, Quissanga, Muidumbe e Ibo.¹⁴

No período em análise foram desencadeados vários ataques. A este propósito o relatório da Amnistia Internacional (2021) aponta para a ocorrência de um “total de 798 ‘eventos de violência organizada’ em Cabo Delgado, entre outubro de 2017 e fevereiro de 2021”.¹⁵ Por sua vez, Brito (2020) indica que de 162 ataques identificados até finais de Setembro de 2019, em nove dos 17 distritos da província, a maioria (86 %) concentrou-se em três distritos do Norte da costa de Cabo Delgado, nomeadamente: Palma (45 ataques), Mocímboa da Praia (33 ataques) e Macomia (58 ataques).¹⁶

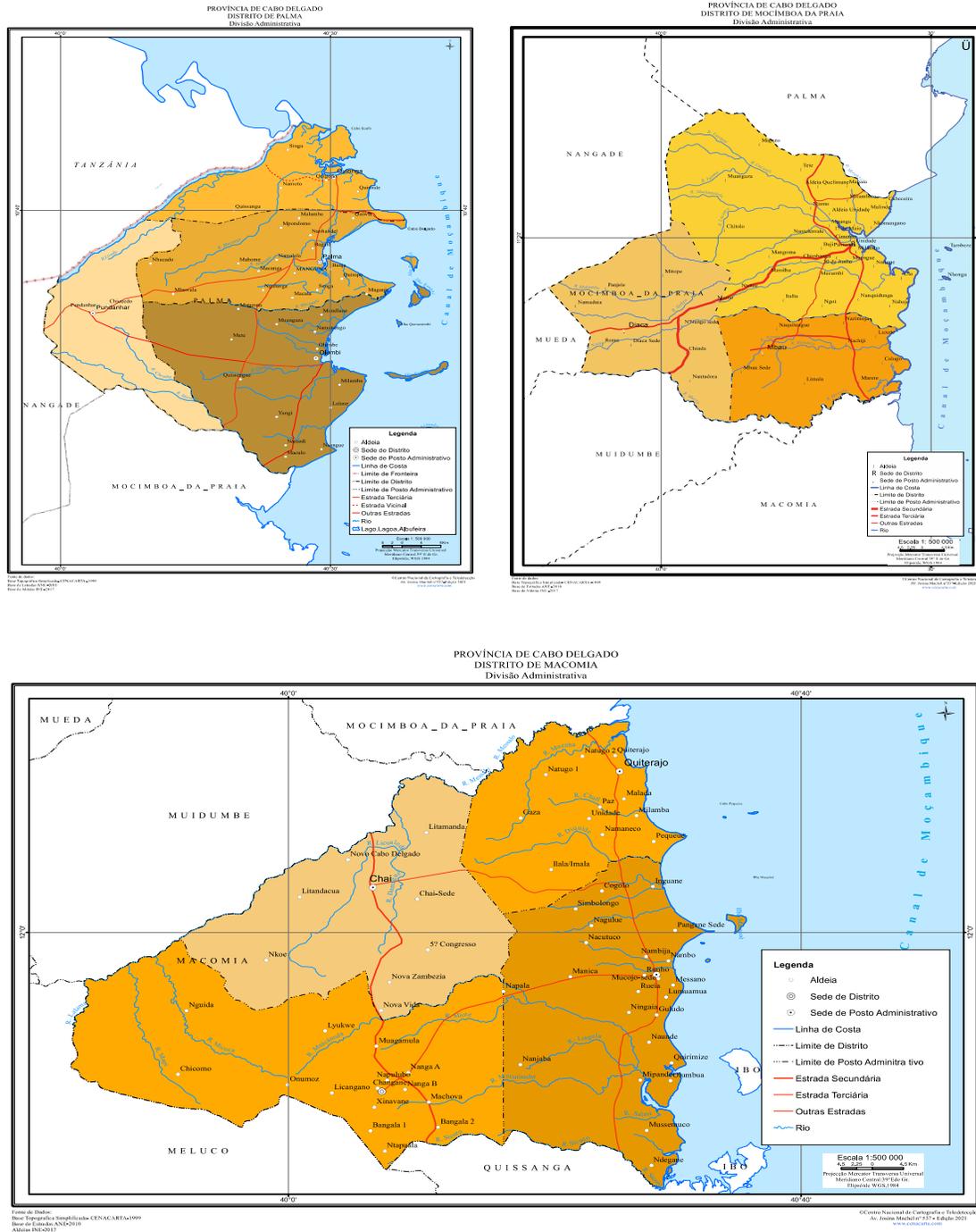
¹³ Para mais informações sobre os ataques ver o subcapítulo “Cronologia e detalhes dos principais ataques”, Nuno Rogeiro, op. cit., pp. 57-69

¹⁴ Salvador Forquilha, João Pereira. Face ao conflito no norte, o que pode Moçambique aprender com a sua própria guerra civil (1976-1992)? uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado. In: Forquilha, Salvador (ed.) *Desafios para Moçambique*, IESE, 2020, p.47-48

¹⁵ AMNESTIA INTERNACIONAL. “O que vi foi a morte: crimes de guerra no cabo esquecido de Moçambique”, op. cit., p. 18

¹⁶ Luís de Brito. “Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado”, op. cit., p. 60

Figura1: Mapa dos três Distritos mais atingidos pelos ataques armados em Cabo Delgado



As causas apontadas para a emergência da guerra evidenciam uma combinação de factores internos e externos. No que diz respeito aos factores internos, Feijó, Souto e Maquenzi (2020) destacam

questões étnico-religiosas (tensões antigas entre grupos etnolinguísticos mwanis e grupos macondes); questões etárias (uma alta percentagem de jovens em fase de *waithood*); questões socio-geográficas (exploração de recursos naturais atraiu para a província milhares de indivíduos estrangeiros, fonte de conflitualidade entre locais e vientes ou com o Estado); questões políticas (limitação de canais formais de participação política e social alimenta a convicção segundo a qual a violência constitui a única possibilidade de participação social) e questões de classe (desigualdades sociais).¹⁷

Quanto aos factores externos aqueles pesquisadores apontam, nomeadamente, os interesses energéticos internacionais (impedir a entrada no mercado mundial de uma nova fonte energética); indústria securitária (segurança no canal de Moçambique emerge como um interessante negócio securitário, explorado por grupos externos em aliança com *Big Men* locais, alimentando o conflito e tornando-o funcional); Estado Islâmico e internacionalização do conflito (presença de estrangeiros entre os grupos armados, sugerindo possíveis ligações com o Estado Islâmico); redes de tráfico internacional (disputas de controlo dos diferentes tráficos e relações com a insurgência armada).¹⁸

Por sua vez, Ngoenha *et al* (2020) consideram que apesar da multiplicidade de factores, as questões religiosas e fracas políticas sociais servem simplesmente de cobertura, ou, quando muito, facilitam a implantação daquele que acaba por ser o factor decisivo: os recursos naturais. A compreensão, complexa, do fenómeno da guerra no Norte de Moçambique, coloca no centro a ideia dos interesses económicos ligados à descoberta dos recursos naturais, conjugada com o uso e aproveitamento das fragilidades do País na sua estrutura religiosa e nas suas políticas sociais.¹⁹

Esta perspectiva de análise é consubstanciada pelo relatório, “Do eldorado do gás ao caos” produzido por três organizações que trabalham em prol de causas ambientais que referem que as importantes reservas de hidrocarbonetos, descobertas em Cabo Delgado, “[são] um eldorado que

¹⁷ João Feijó, António Souto, Jerry Maquenzi. Desenvolvimento Socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito, Observatório do Meio Rural: 101, Maputo, Fevereiro 2020, p.6

¹⁸ João Feijó, António Souto, Jerry Maquenzi, *op.cit.*, p.7

¹⁹ Severino Ngoenha, Giverage do Amaral, Alcido Nhumaio. “Cabo Delgado e o risco sistemático da guerra em Moçambique”. In: Forquilha, Salvador (ed.) *Desafios para Moçambique*, IESE, 2020, p.41

já se está a transformar num pesadelo para a população Moçambicana em geral e para os habitantes dessa região em particular, que enfrentam um conflito aceso.”²⁰

As consequências deste cenário de terra queimada são um efeito combinado de “morte de muitos cidadãos indefesos, destruição de infraestruturas públicas, habitações e a inevitável crise humanitária de populações deslocadas.”²¹

No contexto das Nações Unidas, deslocados internos no seu país são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou constrangidas a fugir ou deixar sua casa, seu lugar de residência habitual em consequência de um conflito armado, situações de violência generalizada, violações de direitos do homem ou de catástrofes naturais provocadas pelo homem ou para evitar os seus efeitos, e que não podem atravessar as fronteiras internacionalmente reconhecidas de um Estado.²²

Assim, os deslocados internos, apesar de representarem pessoas forçadas a migrarem, não são necessariamente refugiados, pois continuam dentro das fronteiras nacionais do Estado moçambicano. Apesar desta importante diferenciação, os deslocados à semelhança dos refugiados são, igualmente, populações que se submeteram à mobilidade forçada decorrente da perturbação da ordem no seu país e necessitam de proteção e de assistência humanitária.²³ No caso concreto, os deslocados do norte de Cabo Delgado, que procuram fugir da violência instalada, encontram na cidade de Pemba um lugar estratégico com potencialidades para reinício das suas vidas.

Da existência marginal no norte de Cabo Delgado à busca de alternativas de sobrevivência em Pemba

Diversas fontes apontam para um elevado número de deslocados internos que migram forçosamente do norte de Cabo Delgado para a cidade de Pemba. Para chegar a cidade de Pemba, alguns destes recorrem a via marítima e a embarcações precárias. A este propósito o trabalho desenvolvido pelo Centro de Integridade Pública (CIP) revela que os deslocados chegam através

²⁰ Do eldorado do gás ao caos..., op. cit., p.3

²¹ Salvador Forquilha, João Pereira. Face ao conflito no norte, o que pode Moçambique aprender..., op. cit., p. 51

²² Jeanne Vivet, op. cit., p.13

²³ Aurélio Miambo. *La problématique des réfugiés et les modalités d'accès au droit d'asile....* op. cit., p. 168

de barcos à vela depois de longos dias no mar. A viagem chega a durar mais de quatro dias e com uma paragem numa ilha das Quirimbas.²⁴

No vocabulário das migrações forçadas, com particular realce para os refugiados, Michel Agier (2008) e Véronique Lassaily-Jacob chamam a atenção para a necessidade de um olhar criterioso dos dados quantitativos. A este respeito, Véronique Lassaily-Jacob defende que “as estatísticas devem ser examinadas com precaução porque são estimativas, reflexos de uma realidade efémera ligada ao carácter flutuante desta mobilidade. Por outro lado, elas estão sujeitas a variações em função das fontes (...).”²⁵ Por analogia, esta lógica de pensamento pode ser estendida à outra categoria de migrantes forçados – as pessoas deslocadas internamente.

Não obstante as limitações acima referidas, que muitas vezes caracterizam essas estatísticas, os dados que apresentamos abaixo tem a importância de indicar a imagem geral sobre a evolução quantitativa, ainda que aproximada, dos deslocados internos em Cabo Delgado. Embora a mobilidade forçada de populações tenha iniciado com o deflagrar dos ataques armados, é sobretudo em 2020 que a situação ganha uma outra dimensão. Com efeito, Feijó, Souto e Maquenzi (2020) indicam que a deslocação forçada afecta “cerca de meio milhão de indivíduos, que se concentram maioritariamente na periferia das zonas de conflito e áreas periurbanas, criando crescentes dificuldades em termos de assistência humanitária alimentação, assistência médica, construção de latrinas e de abrigos.”²⁶

Por sua vez, a Deutsche Welle (DW) revela que desde 16 de Outubro [2020] chegaram a Pemba cerca de 11.200 deslocados, segundo dados oficiais.²⁷ De acordo com o jornal “Notícias”, de Moçambique, até a última semana de Outubro, Pemba havia recebido 95 mil deslocados²⁸. Ainda de acordo com a DW, citando uma fonte da OIM, em Novembro de 2020, estima-se em mais de 33 mil pessoas deslocadas do norte para o sul de Cabo Delgado em apenas uma semana, correspondendo à um aumento para mais de 355 mil pessoas deslocadas na área²⁹. Em Dezembro de 2020, uma outra agência noticiosa, a “Plataforma media”, citando as autoridades oficiais refere

²⁴ CIP (2020). Número de deslocados internos em Moçambique cresceu... op. cit., p.10

²⁵ Véronique Lassaily-Jacob. Conditions d'accueil et insertion des réfugiés... op. cit., pp. 405-406

²⁶ João Feijó, António Souto, Jerry Maquenzi, op.cit., p.8

²⁷ “Deslocados em Cabo Delgado: a situação não é a que aparece nas redes sociais”, in: *DW*, 06.11.2020

²⁸ Terrorismo em Cabo Delgado: mais de 95 mil deslocados chegaram à cidade de Pemba, in: *Noticias* (Maputo), 2 de Novembro de 2020, p.8

²⁹ “Cabo Delgado regista 33 mil deslocados em uma semana, diz organização para migrações”, in: *DW*, 18.11.2020

que o número total de deslocados como consequência dos ataques armados em Cabo Delgado já ascende as 560.000 pessoas.³⁰ Citando uma fonte da UNICEF, a Amnistia Internacional indica que “aproximadamente 250 000 dos deslocados são crianças.”³¹

O assalto de 24 de março de 2021, a vila de Palma³², veio agudizar a já problemática gestão dos deslocados. Na sequência deste episódio, registam-se êxodos massivos de populações, evacuações por meios aéreos e marítimos em direcção a cidade de Pemba. O porto e o aeroporto locais, concentram numerosas pessoas que, com alguma expectativa, aguardam por uma eventual chegada dos familiares.³³ Esta realidade torna cada vez mais difícil estimar o número de pessoas forçadas a migrar.

Este influxo de deslocados evidencia a gravidade da crise humanitária, bem como a assumpção de que em situações de caos generalizado a migração forçada, ainda que temporariamente, emerge como uma estratégia para mudar as condições sociais de existência marginal impostas pela guerra que caracteriza os distritos de proveniência das populações afectadas pelos ataques. Assim, o que está em causa nos deslocados que arriscam as suas vidas viajando em embarcações precárias e superlotadas, tal como documentam diversas fontes, é o imaginário migratório construído em torno de Pemba como um universo de possibilidades para alcançar melhores condições de segurança e de reinício de uma vida dilacerada pela violência armada.

Estas percepções se, por um lado, evidenciam o peso e a importância simbólica daquela cidade, por outro lado, ajudam a ilustrar a persistência do imaginário migratório construído e justificam todas as estratégias migratórias levadas a cabo a partir das zonas de conflito, para se alcançar o local desconhecido para alguns, mas tido como aquele que oferece mais segurança, não obstante as incertezas das condições reais de inserção na “cidade refúgio.”

A difícil inserção na “cidade refúgio” e a invisibilização funcional dos deslocados em Pemba

Uma vez em Pemba, o local, de forma recorrente, referido como ponto de chegada é o bairro de Paquitequete. O trabalho desenvolvido por Rui Pereira (2012) fornece, entre outros, alguns

³⁰ “Deslocados em Cabo Delgado Governo atualiza número total de deslocados”, in: *Plataformamedia*, 09.12.2020

³¹ AMNESTIA INTERNACIONAL, op. cit., p. 35

³² “Terroristas voltam a deixar pânico e desespero em Palma”, in: *O País* (Maputo), 26/03/2021

³³ “Desespero toma conta dos familiares das vítimas do ataque a vila de Palma”, in: *O País* (Maputo), 30/03/2021

elementos essenciais que ajudam a compreender que bairro é este que virou o centro das atenções na problemática dos deslocados internos em Cabo Delgado. O referido trabalho indica o seguinte:

O bairro de Paquitequete [também conhecido como bairro dos Kwimalis – o mesmo grupo etnolinguístico predominante em alguns locais devastados pela violência armada] situa-se na extremidade nordeste da península e município de Pemba, muito próximo do porto e da zona antiga da cidade, é limitado a este pela baía de Pemba, a norte pelo oceano Índico, a oeste pelo bairro de Ingonane e a sul pelo bairro de cimento. Diz-se que o aglomerado já existia antes da chegada dos europeus, como uma aldeia de pescadores e com pequeno comércio e trocas de produtos do mar (peixe seco) e da terra (feijão, milho e arroz) vindo do outro lado da baía. O bairro é atravessado pela via da marginal que faz a ligação entre o porto de Pemba à praia do Wimbe ao aeroporto e ao centro da cidade (...) os hábitos e costumes do povo mwani, população maioritária, são o património cultural do bairro e a identidade [do bairro] (...) o tecido urbano apresenta notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes em habitações tradicionais, sem a devida infra estruturação (saneamento básico, arruamentos, recolha de resíduos sólidos e iluminação, e equipamentos colectivos) ... sendo uma implantação antiga e de forte identidade cultural, observa-se uma importante permanência e até consolidação das habitações, ainda que em materiais tradicionais não industriais.³⁴

A inserção em Paquitequete contou com o apoio familiar e a solidariedade de dentro e fora de Cabo Delgado. Neste processo, podem-se destacar entre as várias iniciativas a campanha “Cabo Delgado (também) é Moçambique”. A partir de uma entrevista remota realizada com uma das pessoas que contribuiu para o surgimento da iniciativa se percebe que se trata de um movimento dinamizado por jovens activistas e Organizações da Sociedade Civil, com particular destaque para o movimento activista *Moçambique* que teve início em finais de 2018, através de uma *hashtag* que as pessoas ajudaram a transformar numa campanha que hoje se assume um movimento a escala nacional. O objectivo primário da campanha é assim descrito:

(...) quebrar o silêncio, fazer com que a sociedade tomasse consciência da situação de Cabo Delgado e o Governo assumisse que existe um problema que [juntos] precisávamos de enfrentar e buscar soluções para poder resolver. Porque as coisas foram mudando, começamos a fazer exigências, pressionar o poder a falar com um pouco mais de abertura, a sociedade começou a participar, tivemos que fazer recolha de donativos como sendo uma das estratégias para as pessoas começarem a falar sobre Cabo Delgado sem medo [porque] basicamente todo mundo que falava sobre Cabo Delgado era terrorista, os insurgentes não eram terroristas mas as pessoas que falavam

³⁴ Rui Pereira. Instrumentos de planeamento para cidades médias moçambicanas - o caso de Pemba... op. cit., p. 76

sobre a insurgência eram rotulados, mas o discurso foi mudando, as coisas foram melhorando. Decidimos apostar na recolha de donativos porque não queríamos que a nossa campanha se voltasse apenas em falar identificar o problema, queríamos dar apoio as vítimas como uma forma de chamar atenção sobre a sua existência, fizemos recolha de donativos a nível nacional, foi a primeira vez que se fez algo do género liderado por jovens em todas as províncias, principalmente, sobre um assunto que ninguém queria falar então foi meio que quebrar o silêncio ao mais alto nível.³⁵

Desde então aos dias de hoje, o objectivo foi mudando e se procura ajustar a situação específica do momento em que são feitas as mobilizações. Geralmente, as campanhas são organizadas quando existe um assunto que se pretende resolver ou chamar a atenção.

Quando jornalistas foram detidos a campanha também dedicou -se para garantir que as pessoas fossem restituídas as suas liberdades como um direito fundamental e que nós como moçambicanos tínhamos o direito de estarmos informados sobre o que estava a acontecer do outro lado não queríamos receber informações apenas de um único canal, então nessa fase também fizemos a campanha pelos jornalistas que foram detidos nesse âmbito, depois foram libertos em 2019. Na penúltima fase o objectivo era de chamar atenção da comunidade internacional, dos países vizinhos, sobre o que estava a acontecer em Moçambique e tínhamos contacto com pessoas da Nigéria, Angola, Mali. A última fase é quando tivemos aqueles milhares de deslocados que chegaram a Pemba (...) actualmente o que fazemos é recolher donativos e adicionar um e outro assunto para o qual queremos chamar atenção.³⁶

Ainda a propósito da solidariedade interna, a DW, por exemplo, destaca centenas de casos de acolhimento de desconhecidos, tal como o fez Awage Afido que abriu as portas da sua casa a 20 deslocados que nunca viu antes. As razões apontadas para o efeito são sentimentos expressos em termos como “são família”, “onde come um comem dois.”³⁷

Por sua vez, a Amnistia Internacional indica que Pemba e as suas áreas circundantes, tais como a vila de Metuge, nas suas proximidades estão apinhadas de deslocados internos, arrendando edifícios ou partilhando a casa das suas famílias alargadas. Com bastante frequência, chegam a estar 30 a 40 pessoas concentradas numa habitação unifamiliar.³⁸

³⁵ Entrevista remota com Activista Social da campanha Cabo Delgado é Moçambique, Março de 2021

³⁶ Entrevista remota com Activista Social da campanha Cabo Delgado é Moçambique, Março de 2021

³⁷ “Cabo Delgado: quando o coração é maior que a casa, cabe sempre mais um deslocado”, in: *DW*, 13.11.2020

³⁸ AMNESTIA INTERNACIONAL, op. cit., p. 36

Por seu turno, o CIP (2020) salienta que muitos deslocados que chegam a Paquitequete procuram localizar a casa de um familiar ou de um conhecido que vive na cidade de Pemba. Depois de passar cerca de 48 horas, ao relento, à beira-mar, os deslocados conseguem localizar familiares, amigos ou conhecidos e são recebidos em suas casas. Alguns jovens voluntários, na maioria estudantes em Pemba, trabalham incansavelmente para ajudar aos deslocados recém-chegados com água, alimentos e a encontrar abrigo.³⁹ A estas acções de solidariedade juntam-se as intervenções da OIM e das autoridades moçambicanas através do Instituto Nacional de Gestão de Risco de Desastres (INGD).

A chegada massiva de deslocados internos propiciou uma instalação espontânea, “saturação” urbana e crise humanitária. A saturação urbana levou à “falta de espaço em Pemba”⁴⁰. Para fazer face a esta realidade o Governo decidiu pelo realojamento dos deslocados em diferentes aldeias⁴¹, algumas localizadas em Metuge cerca de 30km de Pemba, contudo este novo local de territorialização da alteridade pela força dos influxos de deslocados levou a (re)precarização da vida dos deslocados de per si já deteriorada.⁴²

A deslocação dos deslocados para novos espaços de acomodação se, por um lado, visava solucionar problemas concretos acima referidos, por outro lado, visava a reposição da ordem na capital. Esta estratégia não é nova, em situações similares e no contexto da guerra civil vários deslocados foram realojados fora da cidade de Maputo, tal decorre do facto de que “os deslocados não foram verdadeiramente acolhidos e foram considerados como cidadãos provisórios.”⁴³ No contexto actual, as autoridades locais em Cabo Delgado assumem abertamente que os deslocados são pessoas em trânsito que devem reconstruir suas vidas fora da cidade, nas inúmeras aldeias projectadas para o efeito.⁴⁴

Assim, a estratégia de deslocar os deslocados para fora da cidade de Pemba pode ser enquadrada dentro da perspectiva de sua invisibilização devido, por um lado, “a desconfiança que enfrentam

³⁹ CIP (2020), op. cit., pp.10-11

⁴⁰ Falta espaço em Pemba: deslocados passam para Ancuabe e Mecúfi, in: *Notícias* (Maputo), 28 de Outubro de 2020, p. 1

⁴¹ “Cabo Delgado: Governo moçambicano realoja deslocados internos”, in: *DW*, 11.12.2020

⁴² Metuge sem condições para assistir os deslocados in: *Notícias* (Maputo), 19 de Outubro de 2020, p. 8

⁴³ Jeanne Vivet, op. cit., p.17

⁴⁴ Violência terrorista em Cabo Delgado: Governo projecta construir cerca de 100 novas aldeias para os deslocados, in: *Noícias* (Maputo), 1 de Dezembro de 2020, p. 6

nos locais de acolhimento”⁴⁵ e, por outro lado, por um avolumar de receios face aos rumores postos a circular de que entre os deslocados poderiam existir alguns “insurgentes” dissimulados de vítimas de ataques armados. Estes receios possibilitaram a actuação musculada das forças de defesa e segurança numa clara hesitação entre acudir ou inquirir os que chegam.

Deste modo, podemos referir que a transferência dos deslocados para fora de Pemba é uma estratégia securitária que vê a presença dos deslocados, na capital provincial, como uma importante fonte de insegurança, o que evidencia o predomínio de uma ambiguidade entre acudir os necessitados e inquirir os desconfiados, entre priorização das precauções securitárias e as preocupações humanitárias na gestão do dossier dos deslocados internos em Cabo Delgado.

Apesar da legitimidade que tais preocupações de segurança possam ter, algumas abordagens académicas efectuadas em contextos onde preocupações similares se levantam salientam a necessidade de uma relativização de tais posicionamentos políticos, pois tal situação perpetua a confusão já existente entre a defesa da soberania e a urgência da protecção e acção humanitária.

Considerações Finais

A partir do cruzamento de diversas análises empíricas de vários pesquisadores, entrevistas remotas, abordagens da imprensa nacional e internacional, agências humanitárias e organizações da sociedade civil procuramos desenvolver uma reflexão que apresenta alguns elementos de análise que expõem como é que o ambiente de terra queimada e de populações no limiar da vida social, que caracteriza a situação geral dos distritos do norte de Cabo Delgado, contribuiu para a transformação daquela província em produtora de deslocados internos. Estes que, para fugir da situação de existência marginal em que se encontram, abandonam as suas terras e buscam alternativas de sobrevivência na capital provincial. Contudo, este sinuoso percurso migratório os remete para um quadro de difícil inserção na “cidade refúgio” e de invisibilidade funcional em Pemba.

O conjunto destes elementos permite compreender, por um lado, a dura realidade do que é ser deslocado hoje naquela região de país, na encruzilhada do terror e, por outro lado, permite perceber

⁴⁵ João Feijó, António Souto, Jerry Maquenzi, op. cit., p.18

que a chegada massiva de deslocados em Pemba foi um momento de tensão e críspação e a este respeito as desconfianças que se construíram em torno dos deslocados são disso um exemplo vivo.

No que diz respeito ao ser deslocado hoje, para numerosas pessoas significa romper a ligação com o território de origem, local de habitação, entrar num barco à vela, enfrentar o mar durante vários dias para desaguar numa segunda crise de ser cidadão temporário, em Pemba, e exilado no próprio país e dependente da assistência de terceiros.

Não restam dúvidas que a migração forçada dos deslocados internos provocou a crise humanitária de proporções assinaláveis, sobretudo em Paquitequete, um bairro caracterizado predominantemente pelo assentamento informal e todos os problemas associados a uma realidade como daquele bairro. Nesta ordem de ideias, as acções desenvolvidas pelas autoridades locais para inverter o cenário de caos foram o controlo e afastamento dos deslocados da cidade.

Assim, podemos referir que deslocar os deslocados para fora da cidade se, por um lado, é uma estratégia que visava limitar a expansão da crise, a deterioração social, saturação urbana, cidadania informal e marginal, enfim a invisibilização de uma realidade desconfortante, por outro lado, não é menos verdade que apesar da relevância daquele desiderato, a territorialização da alteridade fora do perímetro urbano constitui uma solução provisória, pois, os deslocados ainda que concentrados em aldeias continuam visíveis na urbe através de laços familiares, redes de solidariedade e grupos de interajuda.

Neste sentido, a presença dos deslocados em Pemba mais do que constituir uma crise humanitária, representa um rico espaço de reflexão em torno da linha ténue de demarcação da fronteira das categorias identitárias nós/eles, cidadãos ordinários/deslocados, uma reflexão sobre as dinâmicas urbanas, ordem urbana, direito de partir e de ficar na cidade, uma reflexão sobre políticas sociais de desenvolvimento, aspectos postos à prova pela força das migrações forçadas, sobretudo num contexto em que a resposta das autoridades locais à problemática dos deslocados se inscreve na ambiguidade entre as precauções securitárias e as preocupações humanitárias.

Bibliografia

AGIER, Michel. *Gérer les indésirables : des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Bibliothèque des savoirs, Éditions Flammarion, Paris, 2008.

AMNESTIA INTERNACIONAL. “O que vi foi a morte: crimes de guerra no cabo esquecido de Moçambique”, amesty.org, London, 2021.

BRITO, Luís de Brito. “Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado”. In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*, IESE, Maputo, 2020, pp. 57-64.

CIP. Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos, Maputo, 2020.

FEIJÓ, João, SOUTO, António, MAQUENZI, Jerry. *Desenvolvimento Socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito*, OMR: 101, Maputo, Fevereiro 2020.

FORQUILHA, Salvador, PEREIRA, João. “Face ao conflito no norte, o que pode Moçambique aprender com a sua própria guerra civil (1976-1992)? uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado”. In: Forquilha, Salvador (ed.) *Desafios para Moçambique*, IESE, Maputo, 2020, pp.47-55.

LASSAILLY – JACOB, Véronique. “Conditions d’accueil et insertion des réfugiés dans un pays d’Afrique australe: la Zambie”, in Guillon Michelle, Legoux Luc et Ma Mung Emmanuel, *L’asile politique entre deux chaises*, Paris, éd. L’Harmattan, 2003, pp. 245-265.

MEDIAPART. Do eldorado do gás ao caos: quando a França empurra Moçambique para a armadilha do gás. Amigos da Terra França, Amigos da Terra Internacional e Justiça Ambiental: Junho 2020.

MIAMBO, Aurélio. *A problemática dos refugiados e as modalidades de acesso ao direito de asilo em Moçambique: 1975 – 2017*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Université Paris Diderot, Sorbonne Paris Cité, 2017.

MORIER-GENOUD, Eric. “The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning”, *Journal of Eastern African Studies*, 2020.

MORIER-GENOUD, Eric. (2019). “Tracing the history of Mozambique’s mysterious and deadly insurgency”. The Conversation. Disponível em: <https://theconversation.com/tracing-the-history-of-mozambiques-mysterious-and-deadly-insurgency-111563> (consultado a 02 de Março de 2021)

NGOENHA, Severino, DO AMARAL, Giverage, NHUMAIIO, Alcido. “Cabo Delgado e o risco sistemático da guerra em Moçambique”. In: Forquilha, Salvador (ed.) *Desafios para Moçambique*, IESE, Maputo, 2020, pp.35-46.

PEREIRA, Rui Pascoal Sebastião. “Instrumentos de planeamento para cidades médias moçambicanas - o caso de Pemba”, Universidade Técnica de Lisboa, *Faculdade de Arquitetura*, Dissertação/Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura - Especialização em Planeamento Urbano e Territorial, Lisboa, 2012.

VIVET, Jeanne. *Déplacés de guerre dans la ville: la citadinisation des deslocados à Maputo*, Karthala, Paris, 2012.

Formação de territorialidades em contextos excêntricos como factor catalisador da conflituosidade em Cabo Delgado

Martinho Pedro⁴⁶

RESUMO

O presente artigo pretende explorar a ideia segundo a qual a região que, actualmente, compreende a Província de Cabo Delgado teve, durante os últimos dois milénios, diferentes territorialidades que carregaram antagonismos latentes que, tendo sido formatadas num contexto excêntrico, propiciaram a emergência de dinâmicas socioculturais voláteis. A capitalização de diferentes territorialidades, por agentes externos à província, por via da manipulação de adereços e processos culturais locais, tem encontrado eco para a incorporação de actores locais, exacerbando o conflito que, longe de ser uma insurgência, trata-se de um terrorismo com um pendor mais predador que político.

Palavras-chave: Territorialidades. Identidades. Excentricidade. Conflituosidades.

Abstract

This article intends to explore the idea that the region that currently comprises the Province of Cabo Delgado had, over the last two millennia, different territorialities that carried latent antagonisms that, having been shaped in an eccentric context, led to the emergence of dynamics volatile socio-cultural factors. The capitalization of different territorialities, by agents external to the province, through the manipulation of props and local cultural processes, has found an echo for the incorporation of local actors, exacerbating the conflict that, far from being an insurgency, is a terrorism with a predatory rather than political inclination.

Keyword: Territorialities. Identities. Eccentricity. Conflicts.

INTRODUÇÃO

A ligação de todo o ser vivo a um espaço é uma prerrogativa recorrente, sendo que no animal ao associar-se-lhe à capacidade motora e de competição pelos recursos providos pelo ambiente impele um mecanismo de delimitação do mesmo e que, entre os homens, adiciona-se ainda à sua gestão e preservação para a sua sobrevivência futura e a dos seus descendentes. Estas operações condicionam a ocupação definitiva de espaços, com a respectiva sistematização de fronteiras,

⁴⁶ Doutor em Ciências do Tempo e do Espaço. Especialidade: História Moderna e Contemporânea. Docente e investigador afecto ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Pedagógica de Maputo, nos níveis de graduação e pós-graduação. Correio eletrónico: marpmatos@gmail.com

definidas em função da extensão ou projeção de determinadas realidades sociais. Neste último ser, pelo facto de criar-se o espaço numa condição e função cultural, a delimitação permanente de espaços tem sido acompanhada por alguma afectividade e simbolismo, propiciando a respectiva territorialização.

Segundo Castro et al (2008), Duverger (1983) e Santos (2008 e 2010), os territórios formados comportam a dimensão física, na qual repousa a sustentabilidade ou materialidade do grupo, a dimensão económica, agregada à sociopolítica, com a função de controlo e pela qual se estabelecem relações de dominação ou de poder e a dimensão simbólica, de onde emerge o significado dado ao território pelos respectivos possesores.

Uma vez delimitados os espaços, as realidades interiores destes passam a ser percebidas como um todo, (homogéneo), distinto dos outros, através da construção objectiva ou subjectivada da identidade e, correlativamente, como base da diferença e da criação de outros. Tais territórios delimitados e coexistentes caracterizaram o Homem e as sociedades desde as origens (Defarges, 2003), os quais passaram a ser não só apreendidos, mas também vividos, reivindicados e explorados, pelos respectivos actores. Desta forma, pelo espaço ocorreu a “territorialização das identidades e a identitarização de territórios” (Chauprade, 1999, p. 257).

Cabo Delgado, como maior parte de territórios presentes numa zona onde circunstâncias históricas propiciaram-na a constituir-se em zona de convergência de grupos sociais diferenciados, como foi o caso do Oceano Índico Ocidental e toda a orla a ela adjacente, conheceu, durante milénios, diferenciados grupos sociais.

Nessa sequência de grupos, é de se esperar que tenham emergido diferentes territorialidades, em função dos diferentes actores sociais que nele se fixaram e passaram a desenvolver todos os pressupostos para a sua existencialidade, imprimindo, ao mesmo tempo, processos também diferenciados e diferenciadores. Entretanto, tal como se demonstra mais adiante, em virtude dessas territorialidades terem sido formatadas em contextos marginais e, simultaneamente, em contextos ambivalentes e antagónicos, elas carregaram consigo condições para o desenvolvimento de conflitos.

Nesse contexto, diferentes historicidades criadas são sinónimo da presença de diferentes tipos de conflitos, sejam eles abertos ou latentes, sempre que tais historicidades são capitalizadas pelos respectivos actores sociais nele presentes ou mobilizadas por agentes externos à região, sempre que estes encontrem espaços de conexão para projectarem as suas aspirações em espaços alheios.

Território como fonte de emergência do poder e de conflito

A inserção do homem em espaços pré-existentes e a necessidade de se apropriar destes, aquele passou, em diferenciados momentos, a construir territórios ou espaços sociais, considerados como entidades que expressam relações sociais projectadas no ou sobre o espaço. Santos (2008) define espaço social ou território como uma construção deliberada; enquanto Soja (1993), aponta-o como produto social que emerge de uma prática social deliberada, dado que as relações espaciais são dialeticamente interactivas. Para tal, diz-se que o território é condição de possibilidade dos fenómenos. Citando Castels, Santos (2008) atesta que a sociedade não é e nem pode ser situada fora do próprio espaço e que o espaço é uma estrutura subordinada à expressão da estrutura social.

Segundo Lacoste (1988), cada região (dimensão) é um dado de evidência e não o resultado de uma escolha. Neste quadro, o território define uma complexidade interna e, por sua vez, esta remete à definição de um limite, isto é, até onde vai a tal complexidade, mas ao mesmo tempo define uma alteridade, uma diferença entre o que está dentro (*insider*, expressando os membros de uma comunidade, de um grupo) e o que está fora (*outsider*).

É na relação entre o interior (*insider*) e o exterior (*outsider*), onde aparece um campo de competição de forças, principalmente quando se sabe que, por mais que haja uma estabilidade interna, as zonas tampões ou fronteiriças são motivo de controvérsias, dada a maleabilidade da própria fronteira, mas também dado que os territórios podem ser cobiçados por causa das suas características. Nesse quadro, o território constitui-se em fonte de projecção do desenvolvimento estrutural e, por isso, base para conflitualidade entre grupos sociais que o conhecem.

Do que acaba de ser escrito sobre o território, pode aferir-se que o mesmo encerra campos de forças, teias ou redes de relações sociais. De facto, os sociólogos concebem-no como sendo uma zona geográfica onde se desenvolvem interações em questão. Assim, o território é uma representação colectiva e um fenómeno cultural.

Nessa discussão, Soja (1993) afirma que o território é uma estrutura criada, comparável às outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo. Assim, o espaço social ou território é produto e produtor, determinado e determinante.

Na concepção durkheimiana, ele seria uma coisa, por existir fora do indivíduo e se impor tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Nesse quadro, uma vez formado, o território acaba sendo uma realidade objectiva.

Tudo indica que a presença de campos de força diferenciados no mesmo espaço, ou um campo de forças com uma aceleração desigual, faz com que o território, a partir de processos psicossociais, seja uma base de projecção de poder. Assim, as características de cada um dos espaços/territórios, ao se constituírem fonte de cobiça, de projecção de interesses e de disputas, manifestam-se processos atinentes ao poder. Dito de outra maneira, a relação conflituosa entre dois territórios impele aos grupos sociais respectivos a formularem modalidades de jogos estratégicos e de protecção. Soja (1993), vendo-o num contexto situacional, fala das discussões da antítese entre a cidade e o campo; da divisão territorial do trabalho; da acumulação capitalista desigual, como espaços literalmente repletos de ideologias e de fontes de poder. Assim, longe da mobilidade e da recomposição social serem engendradas unicamente em função de relações verticais, podem resultar também de relações espaciais, territoriais ou horizontais. Dito de outra maneira, dois territórios contíguos competem a ponto de mobilizarem conflitos, podendo condicionar recomposições sociais ou em força motivadora de transformação social.

Outra ideia não menos importante relaciona-se com a maneira como os territórios se comportam, quer no seu interior, como na sua relação com os outros. Dessa forma, a análise do poder territorial não depende das qualidades imanentes do respectivo espaço, isto é, não é, por exemplo, definida em função da sua riqueza, mas fundamentalmente, tal como defende Lasserre e Gonon, (2008), das decisões dos actores sobre ele. Só os espaços determinados, delimitados e concretamente reivindicados tornam-se territórios e se constituem em palco do teatro do poder, tal como aponta Soja (1993), ao colocar o território como tema extensivo do próprio poder. Ao mesmo título, Castro, (2008) indica que o território se define a partir do espaço e do poder. A presença de um *continuum*, cujas relações internas precisam de ser controladas, proporciona a emergência do poder.

Cabo Delgado: de historicidades e territorialidades diferenciadas e excêntricas à formação de bases para a conflituosidade

Uma das realidades ocorridas em Cabo Delgado e que propiciou a emergência de condições para o desenvolvimento de conflitos relaciona-se com o facto de ser um território com espacialidades socioculturais emergentes em diferenciados momentos e a partir de agentes diferenciados e, por isso, com a impossibilidade de se formar um *continuum* sociocultural menos propenso a conflitos assentes à essência. De facto, embora a matriz populacional tenha sido a mesma, notadamente de origem Bantu, processos posteriores condicionaram a emergência de diferenciados complexos culturais. Cabo Delgado comporta, em termos socioculturais, três complexos, a saber: os Amakhuwa, no centro-sul da província, com algumas variantes dialeticais, os Ki-Mwani, na orla costeira nordeste e os Maconde, no extremo norte de Moçambique.

Tais realidades socioculturais, corporizando territorialidades diferenciadas, dificilmente coabitaram ao longo dos tempos. A história ensina que o primeiro grupo, não raras vezes, constituiu-se em recurso para o engrandecimento grupal, por via da conversão de cativos macuas em Macondes⁴⁷. Esse processo é conhecido tanto por uns como por outros por ser de ocorrência tardia (Pedro, 2018) e pode ser acompanhado por ressentimentos hibernados. Hipoteticamente, estes ressentimentos podem preservar antagonismos latentes recíprocos entre os dois grupos concernidos, isto é, entre as duas territorialidades definidas pelas áreas geográficas. Ressentimentos idênticos poderão ter ficado no quadro da relação entre a costa e o interior, que pode ter emergido de duas situações: por um lado, a que esteve ligada à formação de *continuum* islâmico que, tendo se constituído em realidade (auto)privilegiada, colocou em causa a sobrevivência do interior, tal como se evidencia no parágrafo subsequente e, por outro lado, da inversão do protagonismo, quando os Macondes ganharam protagonismo durante a luta de libertação de Moçambique, aspecto que é explicado ulteriormente neste artigo.

⁴⁷ Sobre esta realidade, Dias (1964) aponta que “Os Macondes olham para os Macuas (*Makwa*) com sobrançeria, como povo que nunca temeram e que serviu de pasto às suas razias e incursões, para apanhar escravos. Tanto o desejo de ter muitas mulheres, que é uma preocupação dominante dos Macondes, como a necessidade de fazer escravos, para satisfazer as penas impostas em casos de crime de morte, em que era necessário dar um indivíduo em troca do morto, obrigavam a incursões em território macua. Outros também se dedicavam a tais aventuras por mero gosto, pelo desejo de adquirir prestígio capturando inimigos”. (p. 79-80)

A incorporação da costa, no milenar comércio oceaníndico, foi acompanhada por reinterpretações dos adereços culturais ao longo da orla marítima e no continente adjacente, engendrando uma nova realidade sociocultural diferente das matrizes iniciais dos grupos sociais em contacto. Tal processo engendrou uma clivagem ou dissociação étnica, isto é, uma identidade diferenciadora da inicialmente encontrada, com consequências nefastas para os grupos mais internados. A esse propósito, Gerbeau atesta que,

a conversão em massa dos povos negros das costas orientais africanas [neste caso, dos da costa nortenha de Moçambique] obstou com certeza ao tráfico servil [e] ... apesar da recomendação do corão, a prática da escravatura expandiu-se, admitindo-se que apenas se podia arranjar escravos pela força entre os não muçulmanos. (Gerbeau, 1979, p. 245)

De facto, dado que a nova realidade sociocultural, isto é, a nova territorialidade, formatou-se ao longo da costa, no sentido norte-sul, condicionou, correlativamente, que o interior fosse a tal zona onde pudessem ser encontrados membros passíveis de ser integrados no nefasto tráfico de homens escravizados, pelo simples facto de terem sido construídos ou considerados infiéis, culturalmente inferiores, os *kafirs*.

Para as primeiras duas situações, tanto para uma como para a outra, qualquer mobilização de um membro de um destes grupos para algum propósito no grupo contrário encontraria, de certa forma, alguma avidez ou eco. Tal processo encontraria eco na medida em que os grupos sempre foram historicamente antagónicos. De facto, à excepção de um lapso espaço temporal, ocorrido entre 1977 e 1986, durante o momento da projecção do Homem Novo, entretanto rapidamente volatilizado com a morte do principal precursor, Samora Machel, nunca houve um ideário que concorresse para a formatação de uma mesma identidade ou algo que fosse direccionado para um futuro comum, pelo menos com o mesmo vigor exteriorizado naquele período. Esse pressuposto desagua, na não existência de

(...) um sentido/sentimento nacionalista entre muitos membros que têm Moçambique como seu país, por terem a sua visão centrada na localidade, se (...) [a mesma] não se situar ainda em um escalão inferior, isto é, nos diferentes egos. As pertenças e referências individuais ou grupais a um vasto território, seja ele provincial ou nacional ocorrem menos por convicção e mais por referência formal, legalista ou contextualizada ou, se se quiser ser mais ousado e menos formal, mais interesseira, justamente no quadro da viabilização de agendas pessoais. (...) Com a prevalência de interesses particulares/subjetivos/egocêntricos, impossibilita-se a capitalização de projetos que contemplem a coletividade ou tenham uma incidência nacional, enfermando, em consequência, a construção do Estado em Moçambique e

propiciando a porosidade/permisividade de processos [que são] nefastos ao normal funcionamento das instituições (Pedro, 2019, p. 47).

A este nível, membros de grupos homólogos, mas culturalmente diferentes, pouco se importariam do sofrimento do outro, projectando-se alguma facilidade para encontrar indivíduos para combater um suposto outro que, por não pertencer a um grupo de referência, o seu sofrimento pouco importaria, na medida em que, tal como aponta Mia Couto, citado por Pedro,

(...) [estamos] dispostos a denunciar injustiças quando são cometidas contra a nossa pessoa, o nosso grupo, a nossa etnia, a nossa religião (...) [mas] estamos menos dispostos quando a injustiça é praticada contra os outros [condicionando a persistência de] (...) de zonas silenciosas de injustiça, [e de] áreas onde o crime permanece invisível (Ibid, p. 47-48)

Por esta via, a incorporação de mancebos no grupo, supostamente, mas erradamente apelidado de insurgente, cuja justificação é dada mais adiante, tem sido facilitada, em parte, por causa da presença de diferentes grupos sociais que, não tendo tido um projecto comum, à excepção de pontos de contacto efémeros introduzidos no curto espaço de tempo, entre 1977 e 1986/1990, anteriormente indicado, excluem-se mutuamente. De facto, o processo histórico de Moçambique, apesar de, durante muito tempo, ter sido acompanhado por processos de isomorfismo cultural, nem sempre tal realidade foi sinónimo de projecção de um futuro comum. Por exemplo, aquando da imposição da cultura portuguesa, reduzindo, inversamente, para a mesma categoria, os diferentes grupos sociais existentes no espaço colonial, longe de produzir ou projectar uma cosmovisão comum e objectivamente válida para tais grupos⁴⁸, tal operação serviu apenas para atender o processo aculturativo dos grupos sociais nativos.

Da mesma forma, a uniformização cultural desenvolvida aquando da construção do Homem Novo em Moçambique, durante a primeira fase do período pós-colonial, apesar de ter sido introduzida no âmbito da projecção de um projecto inclusivo, teve o mesmo pendor aculturativo. Por via disso, Moçambique, incluindo, certamente, Cabo Delgado, assistiu uma espécie de homogeneização de matrizes sociais, algo que ocorreu até a abertura de Moçambique para o sistema neoliberal.

⁴⁸ Torna-se necessário explicar que, para o lado do colonizador, com o projecto de lusitanização, esperava-se que os diferentes grupos sociais locais tivessem a mesma perspectiva, mas que, sendo de natureza subserviente, jamais, objectivamente, teria propiciado benefícios aos nativos que ocupavam os diferentes territórios que compunham a Colónia de Moçambique.

Aquela fase, ao ser evidenciada por uma centralização política, concretizada, por um lado, pela supressão de todas as práticas culturais que eram consideradas contrárias à ideologia da Frelimo monolítica, por outro lado, pela colectivização do meio rural e formação de aldeias comunais, práticas pelas quais esperava-se um futuro risonho para os ex-colonizados, hibernou realidades sociais, embora parte delas tenham, de forma subtil, subsistido, com a sua execução em locais e momentos desconhecidos pelas autoridades formais locais.

O falhanço posterior das anteriores medidas, sem outra proposta dinamizada pelo mesmo centro regulador, deixou praticamente todos os grupos sociais desprotegidos. Assim, com a disfuncionalidade dos modelos impostos, no mesmo momento em que os diferentes grupos sociais foram obrigados a abandonar as suas práticas de sociabilidade interna, conduziu a uma anomia social ou uma desorientação colectiva, já que as comunidades ficaram sem modelos de referência para seguir.

Dado que surgiu uma aparente ausência de alternativas sistemáticas à democracia liberal, emergiram respostas locais (Fukuyama, 2000), designadas por “conversão identitária” (Dubar, 2006), ou alternância (Berger e Luckman, 2007). Para os autores, a conversão identitária surge quando numa situação de crise cada um procura “agarrar-se a qualquer coisa”, dado que nunca se é nada. E sempre que se sente desamparado, buscam-se as raízes primárias, a história antiga, isto é, aquilo que é mais profundo e mais antigo na história pessoal. Dubar finaliza o debate apontando que, no processo de ultrapassagem da crise,

entre o abandono da “antiga identidade”, isto é, a renúncia a uma forma identitária protectora, aquela que resulta da socialização primária, e a construção, longa e penosa, de uma nova identidade, a partir das suas experiências da socialização secundária, em ruptura com a precedente, existe uma represa, uma terra de ninguém do significado, um vazio, onde, literalmente, <<o eu já não é ninguém>>. (2006, p.148)

Como para contrapor a realidade que surge entre a socialização primária e secundária, Denovac, citando Edward Said, aponta que “logo adiante da fronteira entre nós e os outros está o perigoso território do não pertencer” (2020, p. 314). É nesta situação do “eu que já não é ninguém” que se expressou e se expressa a tal anomia social e que é respondida pela rebusca das anteriores identidades. Nesta rebusca das identidades, logo depois da abertura multipartidária em Moçambique, ocorreu uma corrida dos diferentes grupos sociais pela revitalização das respectivas raízes culturais num contexto “cogumelótico”, com as famosas ‘Associações dos Naturais e

Amigos de...’, cuja matriz comum foi o território, tenha sido de carácter distrital, como, por exemplo, a AMIZAVA (Associações dos Naturais e Amigos de Zavala), de carácter étnico-provincial, como a ASSANA (Associação dos Naturais de Nampula) ou regional, como a SOTEMAZA, que congregou o centro de Moçambique, nomeadamente, Sofala, Tete, Manica e Zambézia.

A revitalização destas territorialidades alimentou, mesmo que de forma latente, alguma conflitualidade que havia sido hibernada durante a funcionalidade de entidades políticas centralizadoras, quer durante o período colonial, com o Estado Novo, como no pós-colonial, até ao fim da I República.

Na procura de outro factor da definição de uma territorialidade em Cabo Delgado e que pode estar a influenciar no decurso do conflito analisou-se a natureza dos belicistas. De facto, um dos aspectos recorrentemente captados entre os belicistas em Cabo Delgado tem sido, até ao momento, a sua ligação com sectores culturais externos. Parte dos que deixaram a sua mensagem oral em plataformas digitais indicia provirem de fora do país, e dado que nenhum indivíduo de origem moçambicana reclamou alguma notoriedade, tudo leva a crer que o conflito seja alimentado a partir de fora de Moçambique⁴⁹, mas com a capitalização de um dos caracteres da territorialidade – a sua temporalidade. Por via da temporalidade de um território são exploradas relações históricas.

Segundo Santos, (2008), os territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais das mais diferentes: dias, meses, anos, décadas, séculos e milénios. Segundo o mesmo autor, as territorialidades podem ter um carácter permanente, cíclico e periódico, tendo em um ou em outro caso um carácter e dimensão histórica. Citando Isard, aquele autor apoia ainda a ideia segundo a qual o espaço é o resultado da superposição de sistemas sociais, apresentando gradações

⁴⁹ Por causa desta possível origem externa dos belicistas impele a que estes jamais possam ser apelidados por insurgentes, na medida em que o termo só pode ser empregue para um grupo, interno, que se rebele a uma ordem, também interna, institucionalizada. Por esta via, por mais que os órgãos de comunicação social e as anteriores pesquisas pretendam perpetuar o uso do termo “insurgentes”, este não se aplicaria ao caso de Cabo Delgado, até prova em contrário. Mesmo que seja alimentado por um pessoal interno, integrado em função de mecanismos sejam eles coercivos ou não, o facto do mesmo nunca se ter declarado como rebelde, coloca ainda mais difícil o emprego do termo insurgentes para o grupo que está a protagonizar toda a barbárie no extremo nordeste de Moçambique. Aliás, mesmo revisitando as categorizações de insurgentes dadas em Macalane e Jafar (2021, p. 97-98), onde identificam-se as insurgências revolucionárias, as reformistas, as separatistas, as de resistência, as comercialistas e as politicamente organizadas, difícil seria enquadrar alguma delas no interior do grupo militar predador que desenvolve as acções em Cabo Delgado.

ou matizes e, nessa perspectiva, constitui-se em fonte de análise histórica. Finalmente, o autor atesta que todo o território é memória dos modos de produção do passado e jamais é produto terminado, nem fixado, nem congelado para sempre.

Vendo o território neste contexto histórico, é possível perceber que, quanto à questão de Cabo Delgado, os *medias* têm colocado ênfase na zona costeira como *pivot* da conflitualidade, mas também a mesma tem sido apontada como local de emergência dos primeiros sinais do problema que afecta a província. Tem sido ainda enfatizado que o grupo que tem protagonizado os ataques tem referido alguma ligação ao grupo Islâmico *al-Shabab* e ao Estado Islâmico, para além de, em certas imagens, reivindicar a prática do islamismo ou denunciar a impureza dos que devem sofrer represálias por comerem carne de porco, um aspecto que os coloca nos carris daquela religião. Dessa forma, a escolha da zona costeira não foi algo fortuito, mas terá resultado do recurso à sua história, cujo objectivo foi encontrar alguma auréola protectora e uma sustentabilidade sociocultural para a sua sobrevivência, já que a mesma constituiu o extremo sul de um *continuum* swahili desenvolvido além do rio Rovuma.

Se, numa primeira fase, este *continuum* não tinha algum concorrente no quadro das religiões designadas como universais, a partir do século XVI e, fundamentalmente, depois da implantação dos Estados coloniais em África, no geral, e em Moçambique, em particular, o islamismo passou a coabitar com outra religião com um carácter idêntico ao seu e, neste contexto, alimentando um forte antagonismo, desta de carácter religioso. Aliás, tal antagonismo, expresso desde que o islamismo se desenvolveu como tal, no século VII da Era Cristã, ocorreu, na Costa Oriental Africana, desde os primórdios da primeira modernidade europeia. Nesta última fase, Portugal chegou mesmo a emitir que:

Aos naturais da terra [africanos] não fareis dano algum, assim em suas pessoas como em suas fazendas, porque tudo queremos lhes seja guardado, dizendo-lhes que aos mouros a quem mandamos cativar e tomar todo o seu, o mandamos assim fazer por serem nossos inimigos da nossa santa fé católica e com eles (sic!) teremos continuamente guerra (Botelho 1934, p. 40)

Por via disso, em virtude da religião islâmica ter desenvolvido uma territorialidade costeira, o cristianismo e, fundamentalmente o catolicismo, mercê do seu papel como religião do Estado colonial português, não só coabitou com o islamismo, junto a costa, como também ocupou, pelo menos no quadro intencional, todo o interior de Cabo Delgado, conduzindo a emergência de duas

territorialidades que, no actual conflito, têm sido recorrentemente mobilizadas e de forma antagónica. Note-se que tal antagonismo foi evidenciado desde o período colonial, a atender uma carta do então Sultão de Tungue, situado no extremo norte de Cabo Delgado, o qual só aceitava fazer o comércio e estava “(...) prompto (sic) para servir o Governo de Portugal (...), quando o mesmo se convencion[ass]e com o Imamo de Mascate” (AHU, Lisboa, DGU, Pasta 22, 1858).

Tal realidade era reveladora da vitalidade do *continuum* em alusão, da presença de um contrapoder em relação ao instituído, vis-à-vis a incapacidade do governo de Portugal em fazer valer os seus desígnios coloniais, no quadro da administração directa, exclusivista e corporativa, da lei assimilacionista e dos propósitos aculturativos implementados entre fins do século XIX até 1975.

Analisando ainda a territorialidade expressa pelos credos religiosos presentes em Cabo Delgado para explicar a perspectiva hipotética avançada no presente artigo, ressalta a maneira como o islamismo e o cristianismo foram implantados nesta região que, em termos práticos, foi numa condição periférica ou excêntrica ou em uma zona de transição.

Numa comunicação intitulada “Da excentricidade ao hibridismo religioso e coexistência social no Canal de Moçambique”, ainda por se publicar, Pedro (2018) aponta que o islamismo na África Oriental ao não emergir em função do *djihad* e a partir da Arábia Saudita⁵⁰, e os missionários ao balançarem a correlação de forças que lhes situavam numa posição menos privilegiada, desenvolveram estratégias de sobrevivência, levando a aculturação até dos árabes nos locais onde os ditames apontavam dever ocorrer o contrário.

Em outras circunstâncias, os mesmos missionários permitiram até trocas recíprocas de adereços culturais, dando origem à sociedade Swahili e outras formações sociais simbióticas, inviabilizando a emergência de práticas puritanas ou ortodoxas. Desse contexto, Matveiev (2010) aponta que, entre os islamizados, a aderência à categoria do muçulmano era um traço de marcação de diferenciação ou de aparências com os outros africanos não muçulmanos, sendo que o que importava era apenas ser considerado muçulmano, por mais que continuasse com algumas práticas locais.

⁵⁰ O islamismo foi estendido para toda a África Oriental, incluindo a região de Cabo Delgado, não em função do *djihad* ou guerra santa, tal como ocorrera da Península Arábica, principalmente, para o Ocidente, mas a partir de locais secundários anteriormente arabizados ou islamizados.

Da mesma maneira, a cristianização de Cabo Delgado foi efêmera e periférica, espelhando a natureza da débil administração. Tal cristianização espelhava, conjuntura e estruturalmente, um clero português numericamente insuficiente para cobrir a demanda da colónia de Moçambique em pessoal paroquial. A este propósito, no período áureo da colonização portuguesa, um notável pároco afirmava que:

O problema (...) da multiplicidade das Missões dá origem a outro problema, que é o dos Missionários. Por melhor boa vontade que haja, Portugal não tem Missionários suficientes para as suas colónias. Nunca os teve no passado e hoje muito menos ainda, já porque na Metrópole as necessidades se multiplicam absorvendo sempre maior número de sacerdotes (...). Impõe-se, portanto, a vinda de elementos estrangeiros, com tradições missionárias, com preparação científica especializada (...) (Resende, 1946, p. 69).⁵¹

O resultado dessa falta de missionários foi que, embora houvesse o projecto de nacionalizar todos os aspectos da vida imperial, tal como o era também para o clero, por causa das dificuldades de Portugal em prover às missões católicas por um pessoal interno, o país foi obrigado a contratar pessoal missionário estrangeiro. Nesse contexto, para a região de Cabo Delgado, Portugal aceitou a integração da congregação dos Monfortinhos, constituída por padres holandeses, a partir de 1922 (CUNHA, 1939).

Se por um lado isenta-se nesta análise o impacto da introdução de um catolicismo precário na região, dinamizado por um clero cujo país de origem, a Holanda, não tinha colónias, e, por outro lado, pelo facto dos seus praticantes serem parte de vítimas dos terroristas, para o caso da religião antagónica, denota-se que, como resultado de uma islamização fragilizada e com resultados pouco puritanos⁵², tal processo propiciou a incompreensão de certas práticas funcionais do islamismo.

Chega-se a esta conclusão quando em órgãos de comunicação social expressam-se figuras proeminentes do islão a condenarem os actos cometidos pelos belicistas, apontando que o

⁵¹ Nos anos 50 do mesmo século, praticamente, 10 anos antes do sistema ser colocado frontalmente em questão e 20 anos antes da independência de Moçambique, assinalava-se a contínua falta de missionários, nos seguintes moldes: “(...), se é manifesta a falta de sacerdotes para a Metrópole, não admira que essa falta se faça sentir com maior intensidade nas missões ultramarinas, onde é indispensável uma verdadeira vocação missionária” (Guerreiro, 1952, p. 1).

⁵² Entretanto, este aspecto pode ser avaliado positivamente, na medida em que, com esse carácter, abria-se uma prática conciliadora, desejável sempre que houver um encontro uma convergência entre duas ou mais culturas no mesmo espaço, tal como era o caso. Nessa condição, foi possível emergir um islamismo sincrético na zona, a partir da reinterpretação dos adereços culturais comunicantes.

islamismo jamais é pela violência, tal como o grupo terrorista está protagonizando. Nesse quadro, a opinião assente é a de que o que ocorre é o aproveitamento de pessoas com um frágil conhecimento de preceitos corânicos que, por via disso, são facilmente aliciadas por agentes externos para se integrarem na fileira belicista, tal como as evidências deixam transparecer. Tal pessoal local, uma vez integrado, é coagido a seguir, cegamente, certas regras do grupo beligerante, mesmo que estas sejam atentatórias aos preceitos fundamentais do coração e à moral geral.

A integração de elementos locais no grupo dos terroristas é atestada avaliando a categoria dos deslocados que de Cabo Delgado saem e são acolhidos nas províncias circunvizinhas. Um olhar, até o menos circunspecto, atesta que, geralmente, entre os deslocados abundam mulheres, crianças e homens com uma idade notoriamente adulta, o que indicia que, num país maioritariamente composto por jovens, a ausência destes, entre os deslocados, é forte indício da sua integração no grupo belicista. Aliás, um trabalho recentemente publicado indica que “a actuação dos insurgentes parece ter ganho apoio, mesmo que parcial, de segmentos da população, sobretudo jovens pobres e sem perspectivas de futuro” (Macalane e Jafar, 2021, p. 135).

A outra territorialidade com possível impacto sobre o comportamento dos indivíduos em Cabo Delgado capaz de alimentar o conflito terá resultado da historicidade do extremo norte de Moçambique, onde, por circunstâncias históricas e por coincidência com a ocupação territorial, possibilitou que os Macondes tivessem alguma notoriedade em relação aos outros grupos sociais presentes na mesma província. Nesse âmbito, essa territorialidade excêntrica, mais ou menos horizontal, no sentido Este-Oeste, é contraposta à situada mais para o sul, expressivamente Macua, e outra oriental, de ocupação Mwani, ao longo da costa setentrional da província.

O protagonismo Maconde ao ter propiciado, pelo menos hipoteticamente, um certo privilegiamento da respectiva zona em relação às outras⁵³, numa situação em que existem contradições inter-étnicas hibernadas entre aquele grupo e o dos Macuas, leva a que uma suposta marginalização da parte sul de Cabo Delgado seja uma das razões para que certas pessoas, também mal informadas, sejam alvo de aliciamento facilitado por parte dos belicistas. Aliás, o aparente

⁵³ A este propósito, Graça, descrevendo o que chama de “aritmética étnica” em África e especificamente em Moçambique, aponta que “com efeito, no caso de Moçambique, a aritmética étnica revela-nos uma situação de desequilíbrio no sentido em que o Poder se encontra de facto numa aliança entre *elites* de dois grupos – Shangana e Makonde – que mesmo assim constituem uma unidade minoritária relativamente ao dos Makwa” (2005, p. 185).

privilegiamento do grupo Shangana/Ronga-Makonde constituiu, segundo Graça (2005), a razão explicativa da reacção contra um apertado controlo social da FRELIMO de chefes tradicionais das províncias da Zambézia, Nampula e parte de Cabo Delgado.

Finalmente, Cabo Delgado, no seu todo, faz parte de um território excêntrico em relação a capital, algo que, desde a circunscrição e funcionalidade do Estado Moderno em Moçambique, reflectiu negativamente na sua ocupação e gestão. Desde o século XIX que a região foi negligenciada. O Governador João Tavares d’Almeida apontava, em 1862, que, apesar de todos os esforços para conservar a Colónia de Pemba não pôde impedir a sua completa extinção, condicionando a saída dos últimos cinco colonos nela presentes até 1861 (AHU, (Lisboa), DGU, Caixa 28 (1862).

A falta de interesse pelo extremo norte continuou recorrente durante os anos 30 do século XX. Integrado na Província do Niassa, a qual envolvia Niassa e Cabo Delgado, a região constituiu-se em local à parte da Colónia de Moçambique. De facto,

Praticamente, estabeleceu-se um quadro à parte na província do Niassa: o dos funcionários que ali haviam caído como num poço. E como era princípio assente, em Lourenço Marques, (...); que para longe é que deviam ser remetidos os indesejáveis, os incapazes, os imorais, a província [do Niassa] tornara-se o cano de esgoto, onde se ia despejando o refugo do quadro administrativo. (AHM, Maputo, Fundo do Governo Geral. Cx. 76, 1937, vol. II. p. 92).

Dessa forma, infere-se que a sua localização excêntrica, isto é, por estar longe do poder central, mesmo estando presente a representatividade deste, seja um dos condicionalismos que propicia a criação de dinâmicas contrárias à funcionalidade normal das instituições. Ademais, tal como avança Pedro num artigo intitulado “Moçambique: de colonização periférica à estruturação de dinâmicas voláteis e permissivas na contemporaneidade” e na parte que procura explicar o porquê da ocorrência da violência em Cabo Delgado, indica que

a situação [de Cabo Delgado] resulta do carácter de uma província que tendo realidades híbridas e caracteres osmóticos está sujeita a criar um interface com outras regiões do complexo oceaníndico ocidental, e não só. (...) Provavelmente os mentores dos conflitos escolheram um meio mais permissivo para atingirem os seus objetivos que, pela lógica, dificilmente podem ser incorporados no fórum político, já que, caso a instabilidade resultasse de uma privação política, os seus autores ter-se-iam manifestado nesse sentido. (...) Numa outra vertente, a situação de Cabo Delgado deve estar aliada a um facto que resulta do apego ao torrão num contexto volátil, em parte porque as pessoas sentiram-se abandonadas à sua sorte e, por isso, foram obrigadas a procurar alguma sobrevivência individual, com a capitalização de redes locais e regionais, algumas delas com impacto negativo sobre a integridade pública e a sobrevivência coletiva. Esse apego volátil ao torrão é acrescido pela

prevalência de uma territorialidade minimalista que, existindo um pouco por todo o país, resultou da imposição de sistemas estruturantes estranhos ao meio, num contexto hegemónico e excludente e que, por essa via, interromperam o desenvolvimento de processos identitários internos, cuja expressão territorial teria propiciado a formação de entidades socioculturais que situassem os indivíduos acima de referências familiares, linhageiras e clânicas. (2019, p. 45, 46).

O mesmo autor aponta ainda que a desestabilização de Cabo Delgado está relacionada a uma ausente catalogação do território, propiciando a integração de outros actores externos, mercê da presença de um hibridismo pelo qual surgem possibilidades de integração de pessoas externas capitalizando referências locais, para além da presença de indivíduos e grupos sociais endógenos que clamam por uma proteção institucional mas que jamais é satisfeita por causa de uma captura do Estado por agendas pessoais que impedem a concretização de interesses coletivos e nacionais (Pedro, 2019).

Considerações Finais

A conflituosidade em Cabo Delgado emerge como reflexo da formação de territorialidades que, tendo ocorrido em processos históricos diferenciados, deu origem a fragmentação territorial ou descontinuidades socioculturais que se reflectiram nos diferentes níveis socioculturais, desde o político, social, económico e religioso e com a presença de noosferas diferenciadas. Por sua vez, estas descontinuidades carregam consigo antagonismos latentes, na medida em que, parte delas, senão no seu todo, conectam-se a um passado ou têm alguma continuidade geográfica em parcelas exteriores à Moçambique.

Dado que elementos da mesma realidade sociocultural encerram categorizações que, uma vez reflectidas nos respectivos territórios, condicionam, correlativamente, a hierarquização destes, esta última realidade cria fundamento para a geração de processos de competição e, por via disso, a emergência de poder de uns territórios sobre os outros. O facto de os terroristas desenvolverem *raids* junto e a partir da costa emerge condições para a projecção de territórios subalternos. Paralelamente, esse processo é acompanhado pela criação da alteridade que, em si, é um pressuposto para o desenvolvimento de juízos de valor que podem redundar em conflitos.

Numa outra vertente, a conflituosidade emerge, necessariamente, pela diferenciação de recursos constantes nos territórios construídos, realidade que impele a que certos espaços sejam cobiçados por grupos alheios, emergindo, por isso, zonas de influências, de guerras de ocupação ou de instabilização premeditada. Estas operações são desenvolvidas justamente para se constituírem em espaço de manobra para, paralelamente, desenvolverem-se projectos ocultos. É assim que se até ao momento não houve alguma reclamação de carácter territorial, por parte dos belicistas, apesar destes terem uma base territorial para desenvolverem a desestabilização gratuita, infere-se que, de entre as diferentes realidades socioculturais, aqueles têm mobilizado pressupostos culturais, fundamentalmente de pendor religioso, mas cujas evidências indiciam que o objectivo tem um grande pendor económico.

Pela natureza das territorialidades existentes em Cabo Delgado, favorece-se a integração de grupos exógenos, não só pelo facto da fronteira westfaliana não ter, neste período de transnacionalização de processos sociais, alguma segurança, cuja permeabilidade advém do facto dos actores contemporâneos usarem todo o tipo de projeções sem dependerem da transposição do território físico, impelindo outros tipos de controlo dos diferentes espaços incorporados no território nacional, mas, fundamentalmente, pelo facto da província oferecer vários *interfaces* capazes de servirem como pontos de conexão e de activação de conflitos.

O caso de Cabo Delgado possibilita aventar que a realidade conflitual é favorecida ainda pela presença de recursos e territórios cuja posse ou controlo permite o controlo de elementos percebidos como decisivos para o poder. Nesse âmbito, o grupo terrorista ao encostar-se mais à zona costeira, perto de um mega-projecto e a zonas ricas de outros recursos mineiros, reforça esta ideia de desenvolvimento de uma territorialidade visando garantir a predação de recursos naturais.

A conflituosidade em Cabo Delgado ao obrigar saídas forçadas condiciona que as pessoas ao se moverem de uma realidade social e territorial para outra, geralmente nova, conduz a processos constrangedores, por causa da modificação das condições individuais, familiares e colectivas dos membros atingidos pela crise. De facto, dado que elas se integram em novos quadros sociais, presentes nos novos e outros territórios, emergem novas realidades, dado que a integração das pessoas em novo espaço não é apenas mecânica. Ela é acompanhada por operações, reformulações de padrões e de olhares cruzados.

Finalmente, o facto de a província carregar consigo realidades híbridas, onde ainda as pessoas ao se localizarem em territórios excêntricos sentem-se abandonadas à sua sorte, permite que, as mesmas, ao procurarem alguma sobrevivência individual, capitalizem redes locais e regionais, aproveitando as territorialidades que se estendem para além das fronteiras de Moçambique. Por via disso, são mobilizados processos históricos pelos quais são reactivados ressentimentos intergrupais, mas também alianças, através da revisitação de traços identitários que relegam a pertenças comuns ou aparentadas, sejam elas internas ou externas à Moçambique.

Bibliografia

- AHM, Maputo, Fundo do Governo Geral. Cx. 76. *Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Relatório duma inspecção às circunscrições do Distrito de Moçambique*, (1936-1937), por Pinto Corrêa, 1937, Vol. II.
- AHU, (Lisboa), DGU, Caixa 28 (1862), Governo Geral de Moçambique, Capilha 2, 6 de Fevereiro de 1862, série de 1862, nº 41.
- AHM, Governo Geral, Relatório, nº 406. D. Manuel de Medeiros GUERREIRO (Bispo de Nampula). *Diocese de Nampula - Relatório Dos Trabalhos realizados em 1951* Nampula, Março de 1952.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 27ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.
- BOTELHO, José J. Teixeira. *História Militar e política dos portugueses em Moçambique. Da descoberta a 1833*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1934.
- CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia. Conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2008.
- CHAUPRADE, Aymeric. *Introduction à l'analyse géopolitique*. Paris, Ellipses, 1999.
- CUNHA, Santana Sebastião da (Padre). *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro, desde os tempos de Ocupação*. 1939.
- DEFARGES, Philippe Moreau. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa, Grádiva, 2003.
- DENOVAC, Adriano. NARRATIVAS HISTÓRICAS E CILADAS COLONIAIS. In: Claudia Mortari e Luisa Tombini Wittmann (Org.). *NARRATIVAS INSURGENTES: DECOLONIZANDO CONHECIMENTOS E ENTRELACANDO MUNDOS*, AYA, NIOTA,

Laboratorio de Estudos Pos-coloniais e decoloniais, Florianópolis, SC Rocha Gráfica e Editora Ltda. 2020, 313-333.

DIAS, Jorge. *Os Macondes de Moçambique I Aspectos históricos e económicos*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Lisboa, Edições Afrontamento, 2006.

DUVERGER, Maurice. *Sociologia da Política*. Coimbra, Almedina, 1983.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e do último Homem*. Lisboa, 2000.

GRAÇA, Pedro Borges. *A construção da Nação em África*. Coimbra, Almedina, 2005.

GERBEAU, Hubert, O tráfico negreiro escravagista no Oceano Índico : Problemas postos ao historiador ; Pesquisas a efectuar, in : UNESCO, *O Tráfico de escravos negros – Séc. XV – XIX*. Lisboa, Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, 1979.

LACOSTE, Yves. *A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra*. Campinas/SP, Papirus, 1988.

LASSERRE, Frédéric e GONON, Emmanuel. *Manuel de géopolitique. Enjeux de pouvoir sur des territoires*. Paris, Armand Colin, 2008.

MACALANE, Geraldo Luís e JAFAR, Jafar Silvestre (Coordenação). *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Universidade Rovuma Extensão de Cabo Delgado Pemba, 2021.

MATVEIEV, Victor V. O desenvolvimento da civilização swahili. In: DJIBRIL TAMSIR NIANE (EDITOR). *HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • IV. África do século XII ao XVI*. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 210-538.

PEDRO, Martinho. *Da excentricidade à formação de um hibridismo religioso e de coexistência menos conflituoso no Canal de Moçambique*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional “Civilizações do Canal de Moçambique”, 2018 e colocado para a divulgação em 2020 (No prelo)

PEDRO, Martinho. *De la vie familiale et privée à l’imaginaire social à travers l’art des Makondes du Mozambique*. Conférence Internationale, Université de la Réunion, France. 2018. (No prelo).

PEDRO, Martinho. MOÇAMBIQUE: DE COLONIZAÇÃO PERIFÉRICA À ESTRUTURAÇÃO DE DINÂMICAS VOLÁTEIS E PERMISSIVAS NA

CONTEMPORANEIDADE In: *Cadernos de África Contemporânea*, Vol. 2 | Nº. 4 | Ano 2019. ISSN: 2595-5713

RESENDE, Sebastião Soares de. *Colonização Portuguesa. Sentido, Objecto, factores*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1946.

SANTOS, Milton e Silveira, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Record LTDA, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo, Edusp, 2008.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

CAPITALISMO E TERRORISMO EM CABO DELGADO: violência como linguagem

Milton M. M. Correia*

“[...] a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital.”⁵⁴

RESUMO

A questão da violência em Cabo Delgado (Moçambique) prevalece como uma incógnita política, económica, cultural e religiosa; a despeito da invocação religiosa contida na propaganda mediatizada, nesse artigo parte-se do princípio que seu discurso é a própria violência, ela própria, no caso, a linguagem da acumulação capitalista da dita insurgência. As circunstâncias históricas do fenómeno, notadamente económicas, podem ser elusivas, mas a ausência discursiva da razão da barbárie e o perfil global do mesmo levam ao argumento de que a violência em Cabo Delgado se expõe como uma mercadoria. Este argumento se estabelece no artigo como a chave de análise do fenómeno, no qual a ausência de um discurso dialógico, político, quando comparado com a invocação “fundamentalista”, não é mero acaso, mas o sintoma real do desajuste histórico entre a acumulação e a consciência popular. Assim, a brutalidade do fenómeno, da violência, inadvertida por banalizar a religiosidade invocada, é inerente e instrumental à ausência de seu reconhecimento político e religioso.

Palavras-chave: Cabo Delgado. Moçambique. Terrorismo. Capital. Linguagem.

INTRODUÇÃO: *Violência como capital*

A violência é ela mesma um discurso e meio em qualquer situação em que ela ocorre. É um discurso em si mesma quando não é acompanhada por uma exposição textual, oral ou ilustrativa. No caso da violência que nos assola na região nordeste de Cabo Delgado, sua instrumentalização

* Doutor em História Social. Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo. orcid.org/0000-0003-0706-5520, email miltoncorreia@yahoo.co.uk

⁵⁴ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 831.

sob a forma de terror a define como discurso e meio de fins clandestinos e não conhecidos na esfera pública. Assim, nessa região, a violência é uma linguagem dos seus perpetradores, cuja possibilidade de conhecê-la é prestar atenção aos seus alvos, as circunstâncias de seu surgimento, a forma de sua actuação, mas sobretudo as omissões do seu próprio discurso, que são a razão do seu secretismo.

Nos últimos anos, a população em Cabo Delgado vive sob violência armada múltipla e concêntrica. Já antes da eclosão da chamada “insurgência” em 2017 em Mocímboa da Praia, Quissanga e Macomia, na região nordeste da província, a violência económica em Montepuez e Balama, no interior sudoeste da província, havia a percepção de exploração do trabalho, de reassentamento e de não apropriação económica do mercado dos recursos minerais naquelas áreas. Nos dois casos, a violência armada estava presente, por um lado, por intermédio de uma segurança coordenada pela polícia estatal e pela força armada privada, a soldo do capital mineiro internacional, e, por outro lado, por intermédio dos ditos insurgentes. O contexto da violência em ambos casos é o mesmo, a exploração capitalista dos recursos minerais existentes sob o solo das povoações de populações camponesas. Nas duas regiões, a despeito de que a coordenação específica seja separada, a violência armada está presente canalizando os interesses capitalistas legais e clandestinamente ilegais. Essa violência, quer na forma hedionda, quer na forma velada de garantia das relações capitalistas, vai operando como o instrumento dissuasor de resistências em situações de ausência de consenso em negócios políticos e económicos.

Algumas ilações podem ser feitas em torno da violência armada vivida em Cabo Delgado. A primeira é que a violência na região oriental de Cabo Delgado não apresenta um discurso de luta política, à semelhança do que temos memória histórica de sua instrumentalização para fins coloniais, para a independência e libertação nacional e para a democracia multipartidária. Alusões de que se trata de uma luta religiosa⁵⁵ são importantes, quando as análises sejam referenciadas em marcas conflituais religiosas e na exposição de discursos religiosos precedentes. Permanece ainda

⁵⁵ Vide e.g. PIRIO, Gregory et al. The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique. In: <http://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/>; de 25 d Março de 2018, (acessado 18/07/2018); BONATE, Liazzat. The islamic side of the Cabo Delgado crisis. In <http://ZITAMAR.com>, de 20 de Junho 2018 (acessado 29/06/2018); HABIBE, Saide et al. Radicalização islâmica no norte de Moçambique: o caso da Mocímboa da Praia. In <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Moci%C%81mboa%20da%20Praia.pdf> (acessado 19/07/2018).

uma matéria desconhecida a interlocução havida dos proponentes ideológicos da nova acção islâmica na região ou no país, a eventual abordagem feita pelo Estado ou por contrapartes religiosas ou islâmicas moçambicanas e as eventuais rupturas dialógicas que terão transformado o discurso em ideologia radical ao ponto de sua explosão militar violenta como vemos desde 2017. Questionando se a violência armada, desde então vivida, seja o último recurso discursivo dos seus insurgentes, por não ter havido possibilidades de coabitação ou de pluralidade religiosa.

A segunda é que o média nacional e internacional tem veiculado análises, segundo as quais as forças de defesa e segurança do Estado moçambicano negligenciaram as denúncias reportadas com antecedência pelos canais islâmicos baseados em Cabo Delgado. Refutando, deste modo, justificações de que o desencadeamento da violência armada em Mocímboa da Praia, Quissanga e Macomia, as terá colhido de surpresa⁵⁶. A referida surpresa pode ser interpretada de várias formas. Pode significar que as autoridades governamentais esperavam a emissão ou exposição de um discurso contestatário que as levasse a identificação dos proponentes e a abordá-lo de forma dialógica ou repressiva; pode significar que as autoridades ressentissem de meios adequados de preparo e operação efectiva; pode significar erro de perspectiva, reduzindo o foco aos indivíduos ou às entidades religiosas ou outras locais, descurando a possibilidade de uma coordenação mais ampla de ação global e experimentada em operações militares e mercenárias; tanto quanto pode significar desinformação ou omissão deliberada e crucial ao nível do sistema de comando de inteligência e segurança nacional; não menos importante, pode ser que os factos reportados ao público sobre os serviços de inteligência e segurança nacional denunciavam um preparo atabalhado, permissivo e anacrónico que terá se revelado prejudicial.

A terceira ilação é que a violência armada em Cabo Delgado caracteriza a crise do descentramento do comando político e policial do capitalismo no país. Com a implantação do Estado colonial em Moçambique no século passado, este passou a deter o monopólio da violência capitalista, do uso de todos os aparelhos ideológicos e repressivos de que dispusesse para ocupar, disciplinar, comandar, controlar e explorar o território. Após a independência do país em Junho de 1975, o monopólio foi desencadeado em torno da soberania nacional e do discurso revolucionário em que a disciplina e o domínio do território visaram essencialmente edificar uma cultura popular que

⁵⁶ Ibid.

subjectivasse a narrativa da libertação nacional. De cariz anti-capitalista, ainda que de cerca de uma década e meia de duração, este monopólio foi objecto de subversão militar regional e internacional, geoestratégicamente apropriada ao nível interno por um discurso que se opunha a rupturas democráticas. Hoje, a violência armada em Cabo Delgado é a busca de um novo discurso de subversão, visando a implantação de uma esfera geoestratégica em torno da gestão microterritorial de uma área economicamente potencial à acumulação capitalista dentro do Estado nacional.

Como uma luta geoestratégica, não política, até porque seus alvos têm sido os habitantes, suas habitações e as infraestruturas públicas, esta violência aterroriza para desencadear o sentimento de ausência do Estado e do seu monopólio de violência e autoridade, podendo gerar enraizamento subversivo nas povoações. O efeito enraizamento dependerá da duração a médio ou longo prazo da violência armada em curso e da abordagem seguida pelo Estado moçambicano, tanto em repor a autoridade, ordem e a tranquilidade pública, como em se juntar à população nas suas lutas contra a ubiquidade da violência do actual contexto de exploração capitalista na província e no país.

O assalto a esquadra, observado no início dessa violência, pode ter, pelo menos, três objectivos: recolher armas e munições, dominar a contraofensiva imediata da unidade policial local e obter detidos que em troca de espólio se dispusessem, a menor esforço ideológico, alinhar em futuros actos de violência armada. A identificação dos homens da mesquita de Macomia, da manhã do dia de 5 de Outubro, que terão ameaçado a quem os denunciasse à polícia moçambicana,⁵⁷ como sendo reconhecidamente os ditos jovens “Al-Shabaab” que já vinham frequentando a região, onde construíram mesquitas no seio da população e provavelmente estivessem sob vigilância dos serviços de segurança nacional, é um dado importante. Permitiria que se observasse se estamos perante a radicalização primária, em que a actual violência armada tem origem nas tensões religiosas existentes nas práticas islâmicas de Cabo Delgado e do país, em geral, e se estas são seu objeto de luta.

Considerando os indícios de radicalização primária – o estudo feito por Saide Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira menciona que o grupo dos insurgentes “é maioritariamente constituído por jovens islâmicos oriundos de Mocímboia da Praia e distritos circunvizinhos” e é “das áreas

⁵⁷ BONATE, Liazzat. The islamic side of the Cabo Delgado crisis... op. cit.

Mwanis de onde eram originárias as lideranças do grupo”⁵⁸ -, cabe ainda ter em conta o factor decisivo das forças adicionais e circunstanciais, que terão provavelmente potenciado as predisposições violentas de se lidar com as contradições religiosas e outras presentes em Cabo Delgado.

O factor decisivo é a combinação circunstancial entre a ideologia (fundamentalista, neste caso), as novas condições geoestratégicas (que tornam possível a movimentação e a segurança das bases de comando dentro do território nacional ou na região) e as contradições sociais produzidas em relações objectivas (religiosas, étnicas, económicas, políticas, militares, etc.). A história do tráfico de escravos, das lutas armadas de libertação nacional e da subversão pós-independência nacional contém esta imbricação externo-interno que, no caso em análise, tornou possível o desencadeamento da operação militar do dia 5 de Outubro de 2017 e as ressurgências nos moldes em curso.

Sobre o novo discurso, referido acima, este pode se tornar étnico, religioso ou outro, consubstanciando a violência do tipo que Michel Wieviorka classifica de “infrapolítica”, aquela cujos actores procuram responder às demais carências objectivas e subjectivas pela privatização da violência que pode circunscrever uma área de actuação dentro das fronteiras nacionais. Na sua dimensão, esta difere da violência “metapolítica” que procura conduzir populações a subordinações às novas identidades fundamentalistas de actuação transnacional, contra o Estado e seus associados económicos.⁵⁹

Porém, em Cabo Delgado, o discurso estratégico recebe o nome de islâmico. Não por mero acaso. Mas por esta narrativa ser potencial ao enraizamento numa área nacional moçambicana e regional da África Oriental com população islâmica. Por outro lado, observando que em várias regiões do globo com potencial petrolífero, um maniqueísmo capitalista reduz as contradições internas ao fundamentalismo islâmico. A estratégia parece ser a seguinte: interligar as eventuais percepções de violência local baseadas na exploração económica mineira e dos hidrocarbonetos à violência capitalista global. Fazendo o trocadilho, diria que a estratégia é internacionalizar a violência da “província” mediante a ideologia do fundamentalismo islâmico. Seja qual for o caso, inclusive o

⁵⁸ HABIBE, Saide et al... op. cit.

⁵⁹ WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1):5-41, maio de 1997, p. 30-33.

dos interesses infrapolíticos para o trânsito e tráfico de drogas pela chamada “rota austral”⁶⁰, o risco de enraizamento da violência armada exige uma intervenção baseada nas percepções sociais e não fundamentalista, num contexto capitalista novo na província, em particular, e no país, em geral.

Com a cosmética dada pelas vestes dos insurgentes, o facto de ter sido reportado que terão erguido e frequentado uma mesquita e o tipo de mutilação mortal das vítimas se pretende difundir um discurso fundamentalista islâmico. Mas, o facto é que até ao momento sua violência restringe-se ao quadrante nordeste da província e do país. Pela capacidade tática que têm demonstrado com a frequência de ataques cada vez mais pronunciados e sua mobilidade numa área relativamente menor, é estranho que o grupo armado não tenha alargado sua área de operação mais ao sul ou ao oeste da província, onde também habitam populações islâmicas, sujeitos do referido fundamentalismo islâmico. Será que a actuação nesta área relativamente pequena tem a ver com dificuldades impostas pelas Forças de Defesa e Segurança moçambicanas contra a expansão da insurgência? É mais estranho ainda quando se tem em vista a região ocidental de Cabo Delgado, dadas as contradições graves e mediatizadas em torno dos rubis e outras explorações industriais como do grafite em Montepuez e Balama, respectivamente, onde a busca por adesão hipoteticamente poderia receber algum tipo de acolhimento entre as populações islâmicas ou dos garimpeiros furtivos.

O pior de tudo, sobretudo para as alas moderadas que podem existir no seio do Estado moçambicano, é que esta ausência de discurso político não dá azo a uma eventual ou possível conjecturação de argumentos dialógicos sobre o fim da violência, como princípio de abertura à negociação. No fundo, a ausência desse discurso e o facto da barbárie ter surgido no contexto da descoberta do gás naquela região nos deixam diante da suspeita de se estar perante um conflito global visando atacar os interesses americanos ou capitalistas ocidentais; ou, ainda, diante da suspeita da instalação de modos periféricos de acumulação capitalista explorados por grupos bem organizados e experimentados, o crime organizado, próximos aos campos de produção petrolífera. Mas, pode-se questionar esta última hipótese se termos em conta que da vez da descoberta, seguida da fase da produção do gás em Pande e Temane pela SASOL, na província de Inhambane, não

⁶⁰ Vide o título “Moçambique é o paraíso da heroína” *In* jornal SAVANA, Maputo, de 6 de Julho de 2018, ANO XXV, nº 1278.

houve violência comparável a que se vive hoje em Cabo Delgado, por sinal próximo da área onde será produzido o gás.

Com esta precedência da violência, a mais sórdida em toda a história contemporânea de Moçambique, ainda que não seja pelo número de vítimas mortais, nem pela extensão da área de vítimas directamente afectadas, seus autores sinalizam que ela, a violência, é o seu instrumento discursivo, no sentido arendtiano de que a “violência [...] distingue-se por seu carácter instrumental”⁶¹, questionando-se, porém, a essência humana do discurso islâmico com que aparentam se identificar. Até ao momento, não é do domínio público ou popular haver propósito de se democratizar, ou inserir na esfera política nacional, a razão dessa violência hedionda e massiva que se vive em Cabo Delgado.

A questão que se coloca é qual seria esse eventual discurso racional? Seria um discurso religioso, considerando a cosmética com que os insurgentes se expõem? Seria um discurso político que se referiria a uma reivindicação territorial? Coisa que naquela região há séculos não se vive desde o desfecho colonial da declarada soberania do “rei de Tungue” Falame Asane⁶². Mencione-se ainda o diferendo fronteiriço luso-zanzibarita, pelo qual o Sultão de Zanzibar, Said Magid Bin Said, incluía a baía de Tungue, Palma, Quionga e o próprio cabo Delgado como parte do prolongamento dos seus estados ao sul do rio Rovuma. Ao fim, à força das armas, Portugal pôde fixar no Tratado de Amizade e Comércio (1879) com Zanzibar a latitude 10° 40’S como limite entre os dois territórios, pondo termo a pretensão deste último de estabelecer o rio “Mirenene” (sic) como limite sul dos seus estados.⁶³ Assim ficou e perdura até hoje a margem direita do rio Rovuma no território de Moçambique.

Questionadas as demais nuances e considerando o contexto de surgimento da violência, não será que está subjacente um discurso económico? Parece que com a sua precedência hedionda e

⁶¹ ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André Duarte, 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 63.

⁶² ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). Fundo do Governo-Geral (séc. XIX). Caixa 8-31. Ofício de 2 de Março 1824 do Governador das Ilhas de Cabo Delgado, José António Caldas, ao Governador e Capitão General de Moçambique.

⁶³ AHM. Fundo do Governo-geral (séc. XIX). Caixa 8-151. Cópia do ofício do governador-geral de Moçambique, João de Tavares de Almeida, de 8 de Fevereiro de 1862 que acompanhou o tratado de amizade e comercio com o sultão de Zanzibar; Cópia do ofício de Francisco Maria da Cunha plenipotenciário na assinatura do tratado de amizade e comércio com Zanzibar, datada de 1 de Dezembro de 1879.

massiva, e este seria o facto mais grave e histórico, a violência é apresentada pela dita insurgência como a coisa em si, como capital passível de ser comprado como mercadoria por possíveis interessados geoestratégicos num mercado capitalista dos mais lucrativos da actualidade ao nível do globo.

Portanto, diante do que se vive de barbárie no quadrante nordeste de Cabo Delgado, não é irrelevante pensar que se pode estar perante a fase inicial da construção de um novo mercado em que a violência é mercadoria-instrumento, poderosa no jogo capitalista aplicável aos países em desenvolvimento; e que estará disposta à compra para fins de acumulação capitalista num novo contexto económico que se estabelece com a exploração de gás e petróleo em Moçambique; bem como para eventuais fins religioso ou político. Enfim, a ser esta a situação, então Moçambique estaria numa encruzilhada histórica.

O Perigo da Desafecção do Imaginário

Pode-se dizer que não há violência que afectando o Estado ou um governo não emite um discurso político. Estamos diante de um discurso ausente. Ao longo desses anos de barbárie que se vive no nordeste da província de Cabo Delgado, sem uma declaração política, pelo menos publicamente conhecida, duas observações podem ser feitas. Primeiro, parece falso o fundamento islâmico dos ditos insurgentes. Segundo, parece que um eventual discurso político ainda não foi coerentemente constituído a ponto de justificar a tamanha violência e receber algum reconhecimento público. Porém, suspeito que o mesmo possa estar em forja. O maior perigo é que o discurso interpretativo que, inadvertidamente, justifica a situação, as causas e a própria violência como radicadas na política, na economia e na etnicidade moçambicana, acaba por cumprir a função estratégica da ausência do discurso. A desafecção com a política é, nesse caso, factor perigoso.

O discurso do fundamentalismo islâmico não é um problema nacional moçambicano, não tem origem na história de Moçambique. Expressa uma linguagem própria da exploração marginal ou periférica mercantilista do capitalismo global do petróleo como mercadoria de acumulação capitalista. O fenómeno afecta ou procura operar em todos os países, sem excepção, onde essa economia está sendo desenvolvida, sendo que a gravidade da sua violência é variável. Em países desenvolvidos sua violência inflige na forma de terror urbano através de acções suicidas e sob a

cosmética de ordem islâmica. Nos países em desenvolvimento, em que o monopólio constitucional da violência não tem força física suficiente de modo a não permitir que parte do território seja militarmente ocupado por criminosos, o fenómeno opera como guerrilha e com adesão de um séquito a soldo de dinheiro ou espólio, ainda que sob mesma cosmética islâmica.

A ausência de um discurso coerente à sua legitimação popular, a ocupação de parte do território e o terror corporal são linguagens com interpelações distintas. A ausência discursiva interpela uma elite mediática que encontra resposta sobre as origens da violência na desafeção entre a política e a sociedade, transferindo-se as origens da violência para a esfera pública, para o desgoverno, corrupção, transparência, para a esfera do Estado. A ocupação de vilas e povoações, ainda que temporariamente, interpela a elite teórica global que classifica a situação calamitosa que se vive em Cabo Delgado como fenómeno característico de Estados fracos, aqueles em que a democracia e o mercado estão ausentes, e estes são a chave redutível da história. Por sua vez, o terror corporal interpela a população da região directamente afectada, não pela coerência da sua violência, mas pelo constrangimento na forma de silêncio e disciplina de armas. Por outro lado, estamos diante de um fenómeno eminentemente capitalista, em que a violência sobre as massas, sobre as populações pobres ou das povoações ricas em recursos de reprodução de capital, é o modus operandi da acumulação primitiva capitalista; e da disfunção teórica do “sistema”⁶⁴ capitalista, quando a periferia ataca violentamente o centro a partir da ex-colónia. Em toda essa situação, não é nem a economia ou o mercado, nem a política ou o governo que entram em crise, mas o próprio imaginário nacional, de “destino”⁶⁵.

A pobreza é um factor que pode explicar a internalização da violência, ao ser apropriada pelos grupos nacionais que acham que ela é o meio para manifestarem seu descontentamento na relação com o Estado. Do mesmo modo que há de ser verdade que falhas na governação podem gerar pobreza e marginalização económica e política da população. No caso do terror que se vive no nordeste de Cabo Delgado é problemática a associação etnicista que procura associar os Mwanis,

⁶⁴ “[...] capitalism involves not only appropriation of the surplus value by an owner from a laborer, but an appropriation of surplus of the whole world-economy by core areas. [...] The strengthening of the state machineries in core areas has as its direct counterpart the decline of the state machineries in peripheral areas.” WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme e Cambridge University Press, 1979, pp. 18, 19, 20.

⁶⁵ Sobre a noção de Moçambique como comunidade de destino ver MACAMO, Elísio. *A nação moçambicana como comunidade de destino*. Lusotopie, 1996.

a pobreza e a violência contra o Estado. São-nos reportadas pela imprensa e redes sociais análises que apontam a existência de um discurso segundo o qual o terror é contra práticas islâmicas classificadas como moderadas na área afectada, em particular, e no país, no geral. É problemático porque se pode perguntar se é mesmo necessário ocupar uma vila, assaltar uma esquadra ou comando de polícia, matar agentes de defesa e segurança e decapitar dezenas de civis para manifestar descontentamento religioso contra uma parte da população de um país laico?

Entretanto, análises de factores internos chamam atenção para certo descontentamento popular agravado pela percepção de que os mais importantes projectos de exploração mineira e de petróleo em curso no país reproduzem a situação de pobreza e marginalização de regiões como Cabo Delgado e outras onde estes se desenvolvem. Mas é preciso termos o devido cuidado na análise quando a crítica que se faz parece dar a entender que a pobreza seria a causa da violência armada contra o Estado e sua população. Porque percepções de pobreza e marginalização não se verificam apenas em Cabo Delgado, mas em várias regiões do país, inclusive onde também se encontra concentração islâmica.

Análises que apontam a condição económica como causa da violência dos chamados “insurgentes” (termo de difícil compreensão, dado que não está claro o objecto de sua insurgência contra o Estado) acabam por de-islamizar a referida violência e nos chamar atenção para uma instrumentalização islâmica estratégica nos jogos de acumulação capitalista primitiva naquela região.

Outro aspecto a ter em atenção tanto sob o ponto de vista da história social, como do ponto de vista teórico é a tendência em naturalizar a relação entre a pobreza ou marginalização e a violência, quanto mais no caso se trata da violência armada. Considerando que a população do nordeste de Cabo Delgado não é a única que vive a situação de pobreza e marginalização económica no país, esta tendência analítica parece insinuar que a população islâmica afectada reage com violência extrema e brutal quando se sente marginalizada, o que não é verdade.

A pobreza não é sinónimo de violência. Na generalidade dos casos ela é o produto da violência das estruturas de poder que impedem a mobilidade social das pessoas, quer política, económica, quer religiosa, cultural ou de outro tipo. Em hipótese, a violência vivida no nordeste de Cabo Delgado, em que a população é o alvo instrumental para fins capitalistas e geoestratégicos, não

claros, não visa a formação interna de uma autoridade respaldada por uma obediência e reconhecimento popular; o que, à partida, indicia a origem exógena da causa da violência, com a intenção estratégica de desestabilizar a região na forma de actos de terrorismo puro em que ela mesma, a violência, é a única estratégia para ocupar território com fins de acumulação primitiva dos recursos capitalistas.

Por ocupar território refiro-me ao estabelecimento da violência extrema como posição de força a soldo de interesses capitalistas na região, numa situação política em que o Estado reconhece ter perdido monopólio de mando a favor de grupos terroristas internacionais com experiência em operar em regiões com potencial de extração capitalista em Estados com fragilidade de segurança. O discurso fundamentalista islâmico é aplicado pelo histórico desse tipo de actuação terrorista em países de elevado potencial petrolífero do Golfo Pérsico, mas que acaba por ser conjeturado pelos dirigentes desses grupos como tendo possibilidades de obter adesão criminosa em Moçambique, em particular na região em causa. Nessa lógica, quanto mais actores com potenciais interesses capitalistas entram em jogo, mais lucrativo se torna a violência para os terroristas. Sendo assim, em hipótese, a entrada de grupos corporativos mercenários, ou com acção de armas, no terreno de operações contra a insurgência pode ter efeito contrário ao esperado pelo governo, podendo tornar competitivo o jogo lucrativo em detrimento do fim da violência contra a população, as infraestruturas, a economia e política públicas.

Quer dizer que a estratégia de puro terror não depende de um discurso de pobreza ou marginalização atribuído ao Estado que opere como meio para obter reconhecimento político popular. Se ao que parece o discurso de pobreza não seja o caso para compreendermos a razão de tanta violência no nordeste de Cabo Delgado, talvez estudos comparados de economia do instrumentalismo islâmico ao nível global possam fornecer bases para visualizarmos os jogos de força capitalistas em curso nesta região do país e do continente.

Entretanto, a violência militar cíclica no nosso país, nos últimos 45 anos, pode se tornar factor de risco de sua normalização na relação política com o Estado, com efeitos graves na estabilidade da democracia e respeito pelos direitos humanos. A violência é o ponto sensível da ruptura da norma da razão política, a capacidade argumentativa dos homens, de superação de preconceitos, estereótipos e maniqueísmos susceptíveis de conduzirem à violência em questões públicas. Essa

razão foi percebida como a norma da modernidade, como a faculdade que influencia e produz uma boa vontade, segundo Kant; e mais tarde, no séc. XX, como a capacidade humana, por excelência, de produzir consensos, segundo Arendt.

Sendo por isso perigoso para a vida pública democrática que a pobreza seja um factor potencial a partir do qual se tenta construir a ideologia de uma acção militar que se articula, até agora, abertamente sob um discurso islamocêntrico radical. É fácil de se compreender que a referência a Frelimo nesse discurso é uma crítica linear que atribui o facto da pobreza à sua governação histórica. Porém, essa crítica não parece ser universalmente válida a respeito da causa da violência nesta região, porquanto, a pobreza não é um fenómeno que assola apenas essa região, mas também outras, inclusive onde tem lugar grandes investimentos económicos de exploração de minas e gás. Qual será então o fundamento do discurso contra a Frelimo propagado pelos ditos “insurgentes”?

Até ao momento, oriento-me pela hipótese de que o islamocentrismo radical dos “insurgentes” e seu discurso contra a Frelimo integram a dissimulação de uma ideia de poder militarista global que se augura autoritária de uma ideologia internacional mais capitalista do que religiosa. A responsabilização da Frelimo faz parte dessa fabricação ideológica, a partir da tentativa de captura do mercado periférico capitalista de gás e petróleo em Cabo Delgado e outros focos na região, para se implantar na África Austral; sendo este, a meu ver, o perigo regional que deve mobilizar a atenção da SADC.

A experiência militarista posta em prática pelo mesmo tipo de insurgência em outras regiões da África e na Ásia, sempre no entorno de importantes projectos económicos de gás, petróleo e minas, é deslocada com a dupla carga etnocêntrica ou fundamentalista e antinacionalista. A junção ideológica dessas duas componentes constitui o carácter que define o radicalismo em causa, fundamentalmente capitalista. O intento capitalista da violência não é económico, no sentido de que a violência visa a redistribuição justa dos ganhos da exploração dos recursos potencialmente económicos aos pobres “explorados”. A mesma instrumentalização se pode observar com o recurso ao islão propagado.

A narrativa contra a Frelimo surge da identificação de que ela representa simultaneamente a componente política moderna da ordem internacional e ser a guardiã simbólica do nacionalismo e soberania moçambicana. Ela é a política e o símbolo da ideologia moderna em que assenta a

hegemonia moçambicana, contra a qual se insurgem os terroristas; ela é a última barreira da estratégia de instrumentalização ideológica da desestabilização e desnacionalização para fins de captura periférica de um mercado potencialmente capitalista. Ou seja, a insurgência não é contra a exploração capitalista global dos recursos económicos de países em desenvolvimento, mas contra a soberania política nacional que se impõe à sua exploração periférica. Sendo este o aspecto que torna inteligível o fundamento do discurso anti-Frelimo emitido pelos ditos insurgentes. Para os fins capitalistas, a insurgência é mais política do que religiosa.

Penso que a ideia do califado associado a essa violência em Cabo Delgado faz parte de um discurso geoestratégico de peso militar que busca legitimidade política na historicidade do legado islâmico de base suahili da África centro-oriental, que inclui Moçambique. Entretanto, a própria violência antinacionalista, antidemocrática e antimulticultural torna esse discurso pária da história e da civilização islâmica, sobre a qual alegam ideologicamente uma experiência de injustiça internacional, sobretudo ocidental, no capitalismo global.

A pobreza acaba por ser oportunamente instrumentalizada como meio político, dado que é inegável a realidade da pobreza entre as populações de várias confissões religiosas, sejam essas cristãs, islâmicas e outras da área afectada e não só. A pobreza não endossa legitimidade a qualquer que seja a violência; ela é por si só um discurso cuja racionalidade se demonstra no princípio básico da luta de classes, a contradição interna de toda a presunção de domínio e capaz de erodir a cegueira e a insensibilidade do mais atroz autoritarismo ou tirania. Portanto, a luta de classes não é violenta, sua força reside na própria contradição social da exploração económica, sendo essa a sua força revolucionária, necessariamente não armada. Ou seja, a revolução da violência de classe é o fim, o seu resultado, não o meio. Sobre este aspecto, cito por analogia F. Fanon que se referia a descolonização, nos seguintes termos: “Na verdade, a prova do sucesso reside num panorama social inteiramente modificado. A importância extraordinária dessa transformação é que ela é desejada, reclamada, exigida.”⁶⁶

A racionalidade interna da pobreza, seja onde ela exista, visualiza a vulgaridade de uma estética política, cuja vergonha é patenteada pela desproporcionalidade entre a desposseção e a

⁶⁶ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce A. Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 51.

sobreposseção económica. A vulgaridade e a vergonha da sobreposseção material e consumista acabam por constituir a principal força dessa racionalidade, ciente do poder da sua condição ética e da infelicidade da violência como discurso. Ao contrário do que se pode pensar, a violência não vem de dentro da pobreza, não é sua propriedade, mas de uma instrumentalização externa que a articula como meio político a fins alheios. Há de ter sido a dificuldade de levar a peito a vulgaridade e a vergonha o que, de certo modo, explica a observação histórica de Fukuyama sobre as transições democráticas nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Sentimento e Consciência do Terrorismo

A linguagem interpela também pelo senso comum, sendo este o aspecto específico que a diferencia da educação, mais institucionalizada. Este aspecto torna a linguagem o meio atmosférico, difícil de disciplinar, na formação de sentimento e consciência. Ao estabelecermos a diferença entre sentimento e consciência, esta última estaria ao nível da imaginação, acção, superação e revolução, concretizando-se independentemente de suas formas na formação política de uma ideia em instituição social, de direito ou em Estado. Enquanto que sentimento, ao nível da emoção, é a grandeza subjectiva interna expressa em arte, beleza, estética e justiça, mas também pode ser a expressão de sofrimento, tristeza, trauma e agonia. O pragmatismo político ou público em abordar fenómenos de violência deve corporizar a dialéctica real entre essas duas dimensões sociais. A análise do sentimento e da consciência, mais concretamente do estado da relação intrínseca entre eles, pode nos oferecer uma possibilidade para a compreensão da situação da violência que se vive no nordeste de Cabo Delgado, porquanto, a transição de uma para outra significa uma modificação da atitude passiva ou activa das pessoas; sobretudo, o engajamento político contra a violência infligida.

A história “de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência”⁶⁷. A questão que se coloca é o que significará a consciência neste caso específico de violência em Cabo Delgado? Em hipótese, há de significar a superação do medo, a acção política própria que decorre da identificação do Outro; no caso em análise, terá sido identificada a fraqueza dos “insurgentes” no concreto do seu acto e discurso.

⁶⁷ Ki-Zerbo, Joseph. Introdução Geral. In: Ki-Zerbo, J. (ed.) *História Geral da África I: Metodologia E pré-história da África*. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. XXXII.

As ocupações havidas em Mocímboa da Praia, Quissanga, Muidumbe, Palma e em outras áreas administrativas do Estado, a meu ver o momento real em que para as populações dessas áreas a ideologia se desnuda em face da sua própria violência, nos induzem a conjecturar que já terão se constituído entre os violentados a consciência e a imaginação que tornarão possível acabar com os ditos insurgentes.

Pelas indicações, a fraqueza dos ditos insurgentes parece se expor por si mesma na tática da pura violência, aquela em que ela é praticada para ser uma mercadoria belicista disposta a soldo e barganha capitalista nacional ou estrangeira, como meio de poder, constrangimento ou dissuasão; portanto, como acto mercenário ao serviço de interesses inconfessos, mais ainda quando seu discurso, ética, razão, fundamentos ou fim não são democraticamente reconhecidos. A tática da brutalidade que nos aterroriza desde então tende a se esgotar em consequência do tempo, da conjuntura, da contraofensiva governamental ou resistência popular que cria impasses estratégicos.

Entretanto, vê-se que a referida fragilidade não está no poder operativo militar dos ditos insurgentes, mas precisamente em ser identificada a irracionalidade da sua violência, a sua origem externa (entenda-se acumulativa e fundamentalista) e seu vazio discursivo, no momento em que exactamente parecia dar certo a tática inicial da brutalidade e propagação do terror. Seja qual for a estratégia demagógica em curso, creio que o reconhecimento popular tenha sido cogitado, até mesmo para efeitos de suprimento logístico, informação, contrainformação e efectivo de fogo ou terror. As ocupações de áreas administrativas do Estado, inclusive de sedes distritais, ainda que dentro de uma pequena região ou em período de tempo relativamente curto, suscitam a que se entenda que a fraqueza não está no poder operativo instalado, mas na provável rejeição popular. Também não creio que a despeito de contradições de governação que possam existir, as populações sejam susceptíveis de abraçar toda e qualquer violência contra o Estado em nome de uma ideologia ou discurso religioso ou outro que seja.

Nesse caso, a ocupação pode ter um duplo efeito de servir de exibição de poder tático e inadvertidamente de expor o vazio político e ideológico. De qualquer modo, não está claro, pelo menos no meio público, a estratégia das ocupações em curso no nordeste de Cabo Delgado. A componente discursiva de uma ocupação militar requer fundamentos ideológicos histórica e democraticamente definidos. A ocupação constitui a experiência de conviver com o povo; é mais

um acto popular do que militar. Esse é o sentido revolucionário no que Eduardo Mondlane se referia com as seguintes frases: ““The people are to the guerrillas the same as water is to the fish.””⁶⁸. Sob o ponto de vista democrático, a ocupação nunca é violenta, mas pragmática, justa e representa o momento fundante da instituição do direito, do contrato social, em que a ideologia se torna praxis revolucionária.

Porém, é preciso ter em análise que esse vazio discursivo parece ser o próprio discurso dos ditos insurgentes, a estratégia que visa torná-los desconhecidos na análise pública, fortes no seu secretismo e nas dúvidas que se propagam sobre quem realmente são. A violência e terror constituem sua estratégia de comunicação e discurso em si próprio para confundir a esfera pública e abrir corredores secretos à acumulação primitiva capitalista. A ausência de discurso é, portanto, a estratégia em si mesma de dividir para reinar. O discurso fundamentalista islâmico que propagam não é novo, é uma linguagem geopolítica associada ao tipo de acumulação parasitária ao grande capital global, mineiro ou petrolífero, que se aloja em regiões com essa exploração em territórios susceptíveis a actividades mercenárias de vulto.

Considerações Finais

Enfim, a ideologia radical evocada pelos ditos insurgentes em Cabo Delgado não é um fenómeno interno moçambicano, mas a deslocação de uma experiência militarista de exploração de mercados periféricos aos grandes investimentos de capital global localizados em países em desenvolvimento, contando com a instrumentalização política da pobreza e da história islâmica. O grande perigo social da combinação desses três factores, nomeadamente a violência, a pobreza e a narrativa étnica ou religiosa é o banditismo do espólio, a militarização criminosa que cria um jogo ou campo de capitalização periférica à capitalização oficial. O discurso dos ditos insurgentes contra a Frelimo é antinacionalista, mais ainda contra a hegemonia histórica do nacionalismo moderno que forma a actual comunidade internacional dos Estados nacionais.

⁶⁸ Arquivo Histórico de Moçambique. Mozambique Revolution nº 21, Setembro de 1965, p. 11.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André Duarte, 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). Mozambique Revolution nº 21, Setembro de 1965.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). Fundo do Governo-Geral (séc. XIX). Caixa 8-31, Caixa 8-151.

BONATE, Liazzat. The islamic side of the Cabo Delgado crisis. In <http://ZITAMAR.com>, de 20 de Junho 2018.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Trad. Enilce A. Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

HABIBE, Saide et al. Radicalização islâmica no norte de Moçambique: o caso da Mocímboa daPraia. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Moci%CC%81mboa%20da%20Praia.pdf>

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: Ki-Zerbo, J. (ed.) História Geral da África I: Metodologia E pré-história da África. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

JORNAL SAVANA. “Moçambique é o paraíso da heroína” In, Maputo, de 6 de Julho de 2018, ANO XXV, nº 1278.

MACAMO, Elísio. A nação moçambicana como comunidade de destino. Lusotopie, 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PIRIO, Gregory et al. The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique. In: [http://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/;](http://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/) de 25 d Março de 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. The capitalist world-economy: essays. Paris: Maison des Sciences de l’Homme e Cambridge University Press, 1979.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1):5-41, maio de 1997.

Compreender o conflito em Cabo Delgado na perspectiva histórico-diplomática

Constâncio Nguja⁶⁹

RESUMO

A província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, tem estado a sofrer ataques de grupos armados desconhecidos, mas identificados pelas forças de defesa e segurança, como células de grupos terroristas internacionais. Face a esse fenómeno de ataques, não novo em Moçambique, mas em Cabo Delgado, após a independência, a sociedade tem estado a questionar sobre as causas, as origens, as possíveis soluções e o papel dos vários actores, com destaque para o governo do dia. Este artigo não pretende responder a essas questões, mas trazer uma perspectiva diplomática para a leitura do conflito naquela província.

Palavras-chave: Conflito. Terrorismo. Cabo Delgado. Diplomacia.

ABSTRACT

Cabo Delgado province, in northern Mozambique, has been under attack by unknown armed groups, but identified by security forces as cells of international terrorist groups. Given this phenomenon of attacks, not new in Mozambique, but in Cabo Delgado, after Independence, society has been questioning its causes, origin, possible solutions and the role of the various actors, with emphasis on the government. This article does not intend to answer these questions, but to bring a diplomatic perspective to the interpretation of the conflict.

Keywords: Conflict. Terrorism. Cabo Delgado. Diplomacy.

Introdução

A província de Cabo Delgado é uma subdivisão de Moçambique localizada no extremo nordeste do país. Tem como capital a cidade de Pemba. Faz fronteira a norte, com a Tanzânia, através do rio Rovuma, a oeste com a província de Niassa, a sul com a província de Nampula através do rio

⁶⁹ Doutorando em História de África Contemporânea na Universidade Pedagógica de Maputo. Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos na Universidade Pedagógica. Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia pela actual Universidade Joaquim Chissano (antigo Instituto Superior de Relações Internacionais).

Lúrio, e por fim, a este é banhado pelo Oceano Índico. A província possui uma área de 82625 Km² e até 2017 tinha uma população de 2.333.278 habitantes, e está dividida em 17 distritos⁷⁰.

O presente artigo pretende apresentar uma perspectiva histórico-diplomática para o conflito terrorista em Cabo Delgado. Para além de se enunciarem as causas, o breve histórico e o enquadramento teórico-conceptual, o mesmo abordará ainda sobre o papel da diplomacia na gestão e resolução do conflito em análise.

Desde 2017, a província tem estado a sofrer uma insurreição de grupos terroristas derivados do Estado Islâmico. Pela sua natureza multidimensional, tem levado que académicos, jornalistas, analistas e comentadores abordem os ataques terroristas a Cabo Delgado numa perspectiva multidisciplinar (política, económica, sociológica, antropológica, religiosa, etc). Entretanto, as referidas análises do mesmo carecem de uma abordagem interdisciplinar, ou seja, a tentativa de uma perspectiva que faça um entrosamento entre as disciplinas ora referidas. Para uma percepção cabal sobre um conflito igual ao de Cabo Delgado, que remete às causas de vária natureza, uma abordagem interdisciplinar ser-lhe-ia perfeita.

Este estudo não pretende necessariamente trazer uma perspectiva que reúna todas as disciplinas ora referidas, mas um cruzamento entre a perspectiva histórica e diplomática (concretamente da disciplina de Relações Internacionais). Ele visa contribuir para uma melhor compreensão do conflito de Cabo Delgado. O estudo será baseado em ferramentas históricas, bem como em perspectivas teóricas das Relações Internacionais. O estudo situa-se entre 2017, quando se deram os primeiros ataques, e o ano de 2021, com a primeira acção diplomática concreta da República Portuguesa em apoiar Moçambique com o envio de um corpo militar para treinar forças especiais.

1. Breve histórico sobre Cabo Delgado

Segundo o portal do Governo⁷¹, a história de Cabo Delgado está marcada pelo cruzamento de culturas. Inserida dentro das principais rotas comerciais árabes e swahili, desde o século VII, a área que hoje perfaz a província teve contactos com aqueles povos, sobretudo a partir da costa.

⁷⁰ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Delgado_\(prov%C3%ADncia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Delgado_(prov%C3%ADncia)) Consultado a 10 de Junho de 2021.

⁷¹ <https://www.cabodelgado.gov.mz/por/A-Prov%C3%ADncia/Historia> consultado a 2 de Fevereiro de 2021.

Esse contacto faz com que a província de Cabo Delgado tenha marcos de presença islâmica até hoje.

Após a travessia de Vasco da Gama para a Índia, começaram a surgir novos assentamentos portugueses ao longo da costa, com destaque para as Ilhas Quirimbas. Com esses assentamentos, uma nova e incipiente “civilização” colonial mestiça começou a se criar. A ocupação colonial seria um facto que se limitava às áreas costeiras e alguns pontos no interior, no sul da província⁷².

Em 1840, criou-se o Distrito Militar de Cabo Delgado, extinto em 1891 com a concessão dos territórios das actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado à companhia majestática de Niassa. A Companhia do Niassa tinha a obrigação de gerir os territórios por concessão do Estado colonial Português. A dominação por esta Companhia abrangeu um período de 38 anos, até o fim do contrato em 1929⁷³.

A capital do Distrito de Niassa⁷⁴ tinha sido transferida da ilha do Ibo para a cidade de Porto Amélia. A antiga Porto Amélia é a actual cidade de Pemba, após mudança de nome com a proclamação da independência nacional⁷⁵. Pemba continua sendo capital da Província de Cabo Delgado.

A ocupação efectiva dos territórios por parte do império colonial português foi acelerada pelo início da Primeira Guerra Mundial e o confronto com a Alemanha pelos territórios do norte. Em 1921 se conquista o Planalto de Mueda, o último reduto de resistência local ao poder colonial.

Mas a província de Cabo Delgado tem uma importância singular para a história de Moçambique no âmbito da libertação do País, por dois factores essenciais: por um lado, a existência de movimentos nacionalistas e de reivindicação na Tanzânia, formados por pessoas procedentes de Cabo Delgado; e, por outro, pela luta armada de libertação nacional, iniciada pela Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) no dia 25 de Setembro de 1964 em Chai, distrito de Macomia.

2. Histórico sobre a insurgência

⁷² Idem

⁷³ Idem

⁷⁴ O Distrito de Niassa englobava as actuais províncias de Niassa e de Cabo Delgado. Fonte: <https://www.cabodelgado.gov.mz/por/A-Provincia/Historia> Consultado a 10 de Junho de 2021.

⁷⁵ <https://www.uccla.pt/noticias/uccla-convida-administrador-da-ilha-do-ibo-visitar-sua-sede> Consultada a 10 de Junho de 2021.

A insurreição islâmica em Cabo Delgado decorre da pretensão de militantes islâmicos em estabelecer um Estado Islâmico em Moçambique. O conflito envolve esses militares islâmicos e as forças de defesa e segurança da República de Moçambique, mas inclui ataques a civis⁷⁶.

O grupo islâmico em referência se autodenomina *Ansar al-Sunna* (Defensores da Tradição), que também foi o nome de um grupo insurgente sunita iraquiano que lutou contra as tropas americanas entre 2003 e 2007⁷⁷. O grupo teria sido formado em Cabo Delgado, em 2015, pelos seguidores do radical clérigo queniano Aboud Rogo Mohammed, que foi morto a tiros em 2012, pelos serviços de segurança do Quênia. O grupo tornou-se cada vez mais violento em 2017, realizando ataques contra alvos civis e governamentais nas aldeias dos distritos daquela província⁷⁸, com consequências graves para as recém-descobertas reservas de gás, na Bacia do Rovuma. Relatórios recentes sugerem que os subcontratados da ANADARKO, empresa petrolífera norte-americana que lidera os esforços para a exploração de gás naquela área, suspenderam seus trabalhos por questões de (in)segurança⁷⁹.

O estabelecimento em Cabo Delgado não vem ao vão. Trata-se de uma província com maior quantidade de população muçulmana, elevado nível de desemprego juvenil e desenvolvimento económico marginal. Estes e outros factores constituem, indubitavelmente, um ambiente propício para a receptividade do grupo acima referido.

O grupo assumiu o controlo de mesquitas e, em alguns casos, estabeleceu suas próprias, onde os membros pregam uma ideologia anti-Estado e uma interpretação radical do Islão⁸⁰. A interpretação radical do Islão de Ansar al-Sunna é baseada numa ideologia que foi introduzida na região, por jovens expatriados do Sudão, Arábia Saudita e Estados do Golfo⁸¹. Só para menção, estes produziram o seu primeiro vídeo jihadista em Fevereiro de 2017, oferecendo alguns trechos sobre as suas motivações. A partir deste vídeo, analistas e pesquisadores concluíram que pode estar a se tratar de uma tentativa de imposição da *Sharia* em Moçambique. A *Sharia* é o direito islâmico.

⁷⁶ <https://www.voportugues.com/a/ataques-matam-10-pessoas-em-cabo-delgado/5703727.html> Consultado em 11 de Março de 2021.

⁷⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/Jamaat_Ansar_al-Sunna Consultado em 11 de Março de 2021

⁷⁸ <https://jamestown.org/program/ansar-al-sunna-a-new-militant-islamist-group-emerges-in-mozambique/> Consultado em 11 de Março de 2021.

⁷⁹ Zitamar News, 8 de Junho de 2018.

⁸⁰ Global Initiative, 27 de Maio de 2018.

⁸¹ Centro Africano de Estudos Estratégicos, Março de 2018.

Em várias sociedades islâmicas não há separação entre a religião e o Estado, como ocorre nas sociedades ocidentais⁸². As referidas leis são fundamentadas na religião e baseadas nas escrituras sagradas ou nas opiniões de líderes religiosos. O Alcorão é a mais importante fonte da jurisprudência islâmica, sendo a segunda a Suna (obra que narra a vida e os caminhos do profeta). Não é possível praticar o islão sem consultar ambos os textos.

Seus membros são maioritariamente moçambicanos dos distritos de Mocímboa da Praia, Palma e Macomia, para além de estrangeiros da Tanzânia e da Somália. Dentre as línguas por estes faladas, constam o Português, o Quimwane e o Swahíli⁸³.

Os ataques do grupo islâmico já fizeram mais de 1000 mortes, e milhares de deslocados, até Novembro de 2020⁸⁴.

O financiamento para o grupo é gerado a partir do contrabando ilegal, redes religiosas e traficantes de pessoas, que o grupo usa para enviar recrutas para a Tanzânia, Quênia e Somália para treinamento militar e ideológico⁸⁵. Das receitas, inclui o tráfico ilegal de madeira (3 milhões de dólares/ano) e rubis (30 milhões de dólares/ano), extraídos localmente⁸⁶.

2.1. Antecedentes

A província de Cabo Delgado é tida como uma província esquecida, pelo seu fraco desenvolvimento. Importa referir que ela dista 1700 km da cidade capital, Maputo. Nessa província, o Islão foi sempre um culto religioso pacífico até o surgimento do Grupo Ansar al-Sunna. Ansar al-Sunna nasceu de uma seita que tinha atritos com muçulmanos sufistas locais e ligações a fundamentalistas na África Oriental. Recrutava jovens frustrados pela pobreza e com falta de oportunidades de emprego⁸⁷.

⁸² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xaria> Consultado em 12 de Março de 2021.

⁸³ “População captura supostos membros do grupo armado que atacou Mocímboa da Praia”. Jornal Verdade, 27 de Dezembro de 2017.

⁸⁴ <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2020-06-06-mocambique-cabo-delgado-regista-mais-de-mil-mortes-violencia-nao-da-sinais-de-abrandamento/> Consultado a 10 de Junho de 2021.

⁸⁵ <https://jamestown.org/program/ansar-al-sunna-a-new-militant-islamist-group-emerges-in-mozambique/> Consultado a 11 de Março de 2021.

⁸⁶ Terrorism Monitor: in depth analysis of the war on terror. P.6. Disponível em [Terrorism Monitor - June 14, 2018, pages \(jamestown.org\)](#) Consultado em 2 de Julho de 2021.

⁸⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Insurrei%C3%A7%C3%A3o_isl%C3%A2mica_em_Mo%C3%A7ambique consultada a 2 de Julho de 2021.

Parte da frustração dos jovens de Cabo Delgado decorre do facto destes não acreditarem que as descobertas das reservas locais de gás os vá beneficiar⁸⁸.

No início, o Governo moçambicano encarou o grupo Ansar al-Sunna como bandidos vulgares⁸⁹. Mais tarde, o Presidente da República, Filipe Nyusi, admitiu a gravidade do problema do ataque do grupo a civis e alvos governamentais⁹⁰.

Entretanto, o Governo vê-se confrontado com a sobrecarga de ter que lidar com um primeiro conflito de ataques de homens armados, no centro de Moçambique, a guarnição das instalações de gás, como garante de futuras receitas, para não mencionar o desafio criado por este grupo de terroristas.

3. Enquadramento teórico-conceitual

Trazida a resenha histórica, o presente subcapítulo pretende apresentar uma leitura da insurgência terrorista em Cabo Delgado, na perspectiva teórica, requerendo à ciência das Relações Internacionais, na sua componente de Estudos de Paz e Conflitos. As teorias seleccionadas são das Necessidades Básicas, da Privação Relativa e, por fim, a Maldição de Recursos.

3.1. Teoria das necessidades básicas

Abraham Maslow foi um psicólogo norte-americano, conhecido por ter investigado e escrito a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas ou simplesmente, Pirâmide de Maslow. Ele define cinco categorias de necessidades humanas, nomeadamente, as fisiológicas, as securitárias, as de afecto, as de estima e as de auto-realização. Maslow foi mais adiante ao representar estas necessidades por uma pirâmide, onde na base se encontram as necessidades mais básicas, directamente relacionadas com a sobrevivência. Segundo o autor, um indivíduo só sente o desejo de satisfazer a necessidade de um próximo estágio se a do nível anterior estiver sanada. Logo, a motivação para realizar estes desejos vem de forma gradual.

⁸⁸ <https://www.voportugues.com/a/an%C3%A1lise-ir%C3%A1-o-g%C3%AAs-gerar-empregos-ou-frustrar-os-jovens-de-cabo-delgado-/5807749.html> Consultado em 24 de Março de 2021

⁸⁹ <https://www.publico.pt/2020/03/27/mundo/noticia/nyusi-admite-ataques-cabo-delgado-podem-comprometer-soberania-mocambique-1909803> Consultado a 24 de Março de 2021.

⁹⁰ <https://www.publico.pt/2020/03/27/mundo/noticia/nyusi-admite-ataques-cabo-delgado-podem-comprometer-soberania-mocambique-1909803> Consultado a 24 de Março de 2021.

Em *Theory of Human Motivation*⁹¹, publicada em 1943, Maslow aborda a hierarquia das necessidades após um estudo observacional de macacos. Percebeu que estes faziam escolhas comportamentais com base nas suas necessidades. Por exemplo, os macacos tornavam-se mais agressivos quando estes não tinham comida, por outro lado, tornavam-se seres mais sociais e dóceis com os outros após satisfazerem as suas necessidades fisiológicas. A base empírica para esta teoria criada por Maslow foram os seus próprios estudos sobre a dominância em macacos e em humanos. Assim concluiu que tanto nos humanos como nos macacos, a capacidade de um indivíduo ser dominante em comparação com os outros deve-se ao facto da sua superioridade ser reconhecida pelos outros e que as diferenças existentes em ambos os grupos ocorriam devido a diferenças no exercer a dominância pelos indivíduos que o constituem. Maslow então acabou por concluir que essa assertiva era igualmente visível nos seres humanos.

3.1.2. Necessidades fisiológicas

O ponto de partida do modelo da Hierarquia das Necessidades são as necessidades básicas fisiológicas. Segundo Maslow, as necessidades fisiológicas são as mais importantes para os funcionários/assalariados e, sem elas, é impossível motivar e satisfazê-los. Deste modo, estas necessidades são representadas na base da pirâmide.

3.1.3. Necessidade de segurança

É a necessidade de nos sentirmos seguros, perante algum tipo de perigo (violência, catástrofes naturais, etc), ter protecção, seja, por exemplo, estabilidade na vida, como conseguir preservar o emprego em que se encontra. Esta necessidade também está relacionada com o facto de existirem leis e limites que permitem que haja uma ordem na sociedade. Quando estas necessidades não são satisfeitas geralmente há queixas tais como medo de circular na rua quando se vive em locais violentos e/ou perigosos, também queixas relativas à segurança e estabilidade no trabalho, ao medo de ser despedido arbitrariamente, a não poder planear o orçamento familiar devido à falta de garantia quanto a permanência no trabalho, à arbitrariedade do supervisor com respeito a possíveis indignidades a que o indivíduo tenha de se submeter para se manter no trabalho, à própria segurança física com relação a possíveis acidentes no trabalho.

⁹¹MASLOW, A. H. (1943). Theory of human motivation. *Psychological Review*, 50 (4), 370 – 396.

3.1.4. Necessidade social

Trata-se da necessidade de se relacionar com pessoas. As relações mais próximas geralmente com os pais, seguidas de uma vontade de se ter um companheiro ou companheira e, por último, ter filhos. A hierarquia das relações dentro da necessidade de afiliação ou afecto acompanha o desenvolvimento do indivíduo, ou seja, a necessidade de se relacionar com os pais é maior no estágio infantil e com companheiros e filhos na vida adulta. Também está presente, nesta categoria, a vontade de relacionar-se com grupos (vizinhança, nichos na escola, no trabalho, etc), criar laços, sentir pertencente. A necessidade de afiliação é vista por uma vontade tanto de dar como receber afecto.

3.1.5. Necessidade de estima

É a necessidade de nos sentirmos dignos, autoconfiantes, independentes, autónomos, apreciados, respeitados por nós e pelos outros, com prestígio, reconhecimento, poder, orgulho, etc. Inclui o desejo de ser bom nalguma actividade e necessidades de auto-estima. Estas necessidades passam por duas vertentes, sendo uma delas o reconhecimento das nossas capacidades pessoais e o reconhecimento dos outros face à nossa capacidade de adequação às funções que desempenhamos e são motivadas por uma necessidade de prestígio e reputação.

Quando estas necessidades não são satisfeitas, geralmente há queixas de perda de dignidade, ameaça ao prestígio, a ameaça à auto-estima e à estima vinda de outros. Os desejos estão orientados para a realização de algo, para ter competência, para ter *status*, alegria, atenção, importância, apreciação e a necessidade de confiar e de ser alguém no mundo.

3.1.6. Auto-realização

Também conhecida por necessidade de crescimento, inclui o desenvolvimento das próprias necessidades, a realização, o ter que aproveitar todo o potencial próprio, ser aquilo que se pode ou quer ser, fazer o que se gosta e se é capaz de se fazer. Relaciona-se com as necessidades de estima: a autonomia, a independência e auto-controlo. Aqui nós somos capazes de aceitar factos, não criar preconceitos, sermos criativos, espontâneos e os nossos actos são baseados na moral. Neste nível

de necessidade, os desejos estão voltados para a perfeição, para ser aquilo que o indivíduo tem potencial para ser.

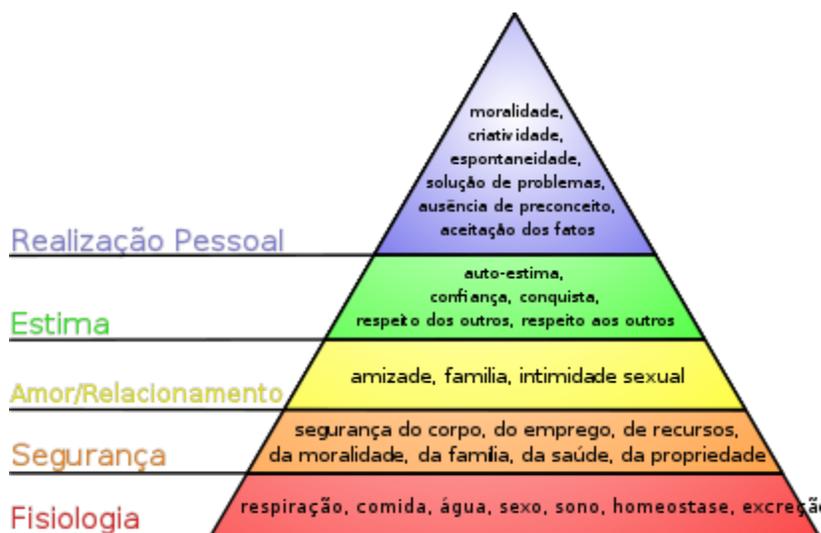


Fig 2. Pirâmide da hierarquia das necessidades básicas extraída da obra de Abraham Malslow (1987)

A aplicabilidade da teoria das necessidades básicas de Maslow para o presente artigo provém do facto da necessidade de, numa análise de qualquer conflito que seja, ter-se em conta as necessidades e a partir deles poderem se ler os possíveis interesses, de modo que se conclua sobre os interesses negociáveis e os não negociáveis. Se bem que os jihadistas têm interesses não negociáveis, de expandir o seu Estado Islâmico até a Província de Cabo Delgado, pelo menos o desemprego e a educação dos jovens dessa região o é. A simples leitura sobre o que é negociável ou resolúvel ou não é um grande passo para a boa compreensão do conflito. A pirâmide de Maslow hierarquiza as necessidades e, dependentemente do conflito, cabe ao analista fazer uma leitura sobre os negociáveis ou não.

3.2. Teoria da privação relativa

Na sua obra *Porque os homens se rebelam*⁹², Ted Robert Gurr examina a teoria psicológica de frustração-agressão, onde defende que a fonte primária da propensão humana para a violência é o mecanismo de frustração-agressão. Segundo este autor, a frustração não significa necessariamente violência, mas quando esta é suficientemente prolongada e contundentemente sentida, ela resulta na raiva e, eventualmente, na violência.

Gurr explica a sua hipótese através do conceito de “privação relativa” que denota a discrepância entre “o que se pensa que merece” e “o que se tem na prática”. E aqui está o ponto: o potencial para a violência colectiva varia fortemente com base na intensidade da privação relativa (p. 24). Em suma, segundo Gurr, se existir muita discrepância entre o que se pensa que se merece ter e o que se tem, há propensão para a violência e/ou rebelião. E há aqui uma hierarquia de sentimentos, quando ao indivíduo não são satisfeitas as necessidades básicas, sendo eles o desespero, a frustração e a violência ou rebelião. Se esta teoria assume que a violência *per se* constitui um meio para um fim maior, então o desafio consiste em aferir até que ponto é que a violência resolve o principal problema.

Esta teoria assenta perfeitamente para o caso do conflito de Cabo Delgado, no que tange à mobilização dos jovens de Cabo Delgado e Nampula para fazerem parte da Jihad islâmica. Sem querer ser conclusivo sobre as características comuns dos jovens que passam nas telas televisivas, como resgatados da Jihad, pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS), estes aparentam ser pobres, menos escolarizados e professantes da religião muçulmana. A rebelião desses jovens pode ser devida a insatisfação e frustração pelo não suprimento das suas necessidades básicas.

3.3. Tese da maldição dos recursos

Maldição dos recursos naturais, também conhecido como paradoxo de abundância, refere-se ao paradoxo de países com abundância de recursos naturais, especificamente não-renováveis, como os minerais e os combustíveis, tenderem a ter menos crescimento económico, piores resultados de

⁹² Gurr, Ted R. *Why Men Rebel*. Princeton University Press, 1970.

desenvolvimento, regressão no desempenho democrático e, em piores casos, conflitos armados, se comparados a países com menos recursos naturais⁹³.

A ideia de que os recursos naturais podem ser mais uma maldição do que uma bênção económica data da década de 1980. Mas o termo “maldição dos recursos naturais” foi utilizado, pela primeira vez, por Richard Auty em 1993⁹⁴, para descrever como os países ricos em recursos naturais não foram capazes de usar essa riqueza para impulsionar suas economias e como, contra-intuitivamente, esses países tiveram um crescimento económico menor do que países sem uma abundância de recursos naturais. Parte das teses da maldição são a doença holandesa, a volatilidade das receitas, a disparidade dos recursos humanos, a propensão para a violência e/ou conflito, as desigualdades de género, a falta de cooperação internacional, e por fim, o vício pela ajuda externa. Para este estudo em particular, foram seleccionadas a disparidade dos recursos humanos, a propensão para violência e/ou conflitos, e a desigualdade nas relações de género.⁹⁵

3.3.2. A disparidade dos recursos humanos

A indústria extractiva nos países pobres tende a oferecer altos salários que contrastam com o *modus vivendi* do resto da sociedade. Esse facto atrai os melhores talentos da função pública e dos outros sectores, levando-os à marginalização. Outro mal relativo aos recursos humanos prende-se com o facto de a educação se ocupar somente ao sector extractivo, negligenciando outras áreas de formação⁹⁶.

⁹³ https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi_Resource-Curse.pdf?_cf_chl_managed_tk_=69ffe07c4ac34370d32bd8f561359cae50369319-1625237126-0-AR3Dgu_MIDLInEZMcJpAR4ulg3xbjUGD00GHBh4xv5OSfIF_WH2TrnyWny_7ulHSmlPS7oSSI2glCVRREoAlab_B3Ik89CuTdrjYJBBlgB7tpYIYxF57W0im22ujrwtvNeCiMLINj_M0YuNCXwJXUC8bAvAGJ40Z7LRc3nrN0am8XP649y3_zpWtpzm-JscGzd9XFp_CWjFOg69hr8hGzESwgD5G8h7flc5pasfa6e4lnjjUknhZARo7Sv5KGTWYApLaXFxsT42RIJ0qtDhUAKcC3sogwAmdEFam2RCeyIqlX8qDr30dVyus-sX42MxluOhmnnxpvibE7R6ZsVA57r9jk4zu0ZUQ-Oy_SAzmq7MZkXsejLEYIDJkQWvjFj7liPWTBXYti46ggZhTE4HMugSbhKDAF90-EpExz5z0uVFyGn4_huPqODFtDYs10_163vkiopd5LyR9Gwjz8jIK652zDIoW0-ZCLTxHrjZMLqRIkOUUQLOVCbEILOc-ffQtUSSyVNISpYrKA7QKaIEcMdnfUsKhp3fBH54175QSxxQ6LEyjIIU7Ck6k3DESwCg7mGEE43xeMdMm910sWwY10FCIRj4GBiX12sFSfaWOn6NWpz0DjZeXHC2AqUtvXjC1N1xCPUYIBo5fZYbGPIuyNmaT1rcVfYsYm5B3PARCV. Consultado em 2 de Julho de 2021.

⁹⁴ AUTY, R.M., *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis* (London: Routledge, 1993).

⁹⁵ Gurr, Ted R. *Why Men Rebel*. Princeton University Press, 1970.

⁹⁶ https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi_Resource-Curse.pdf?_cf_chl_managed_tk_=69ffe07c4ac34370d32bd8f561359cae50369319-1625237126-0-

Esta tese aplica-se para o caso de Cabo Delgado, à medida que, após à descoberta das reservas de gás e posteriores actividades, a maioria da mão-de-obra é contratada fora daquela província. Esse facto cria um sentimento de revolta no seio da mão-de-obra local que se sente desvalorizada. A agravar a situação, os salários díspares entre quem trabalha nos projectos da prospecção de gás e quem trabalha noutros sectores remetem igualmente à disparidade no poder de compra e demanda de serviços. Desde que o projecto de exploração de gás se instalou em Cabo Delgado, há uma contínua tendência de encarecimento dos produtos. Inclusive, com a emergência do actual conflito terrorista, há imensas dificuldades de transporte de produtos.

3.3.3. Propensão para a violência e conflitos

A tese aqui defendida é de que os recursos naturais são potencial fonte de conflitos entre facções em disputa para o seu controlo, sejam eles movimentos políticos opostos, facções étnicas, etc. Essas facções, principalmente se posicionadas nos locais de exploração, tendem a advogar para o separatismo. Em casos radicais, os conflitos desembocam em violência ou guerras civis. As guerras tendem a ser mais violentas e persistentes se os beligerantes se servem dos recursos para sustentarem a própria guerra⁹⁷.

Mas existe outra hipótese, segunda a qual governos dos países detentores de recursos naturais tornam-se menos abertos ao diálogo social e se distanciam das demais facções sociais. A se confirmar, abre-se um caminho para a ditadura que pode potenciar conflitos a médio e longo prazos⁹⁸.

[AR3Dgu_MIDLlnEZMcJpAR4ulg3xbjUGD00GHBh4xv5OSfIF_WH2TrnyWny_7ulHSmlPS7oSSI2glCVRREoAla_b_B3Ik89CuTdrjYJBBlgB7tpYIYxF57W0im22ujrwtvNeCiMLINj_M0YuNCXwJXUC8bAvAGJ40Z7LRc3nrN0am8XP649y3_zpWtpzm-JscGzd9XFp_CWjFOg69hr8hGzESwgD5G8h7flc5pasfa6e4lnjjUknhZAro7Sv5KGTWYApLaXFxsT42RIJ0qtDhUAKeC3sogwAmdEFam2RCeyIqlX8qDr30dVyus-sX42MxluOhmngxpvibE7R6ZsVA57r9jk4zu0ZUQ-Oy_SAzmq7MZkXsejLEYIDJkQWvjFj7liPWTBXYti46ggZhTE4HMugSbhKDAF90-EpExz5z0uVFyGn4_huPqODfDYs10_163vkiopd5LyR9Gwjz8jIK652zDIoW0-ZCLTxHrjZMLqRIkOUUQLOVCbEILOc-ffQtUSSyVNISpYrKA7QKaIEcMdnfUsKhp3fBH54175QSxxQ6LEyjIIU7Ck6k3DESwCg7mGEE43xeMdMm910sWwY10FCIRj4GBiX12sFSfaWOn6NWpz0DjZeXHC2AqUtvXjC1N1xCPUYIBo5fZYbGPiuyNmaTlrcVfYsYm5B3PARCV](https://doi.org/10.1177/2053168018818232). Consultado em 2 de Julho de 2021.

⁹⁷ o'Brochta, William (2019). "A meta-analysis of natural resources and conflict". *Research & Politics*. 6: 205316801881823. doi:10.1177/2053168018818232. Consultado em 2 de Julho de 2021.

⁹⁸ Ross, Michael L. (13 June 2011). "Does Oil Hinder Democracy?". *World Politics*. 53 (3): 325–361. doi:10.1353/wp.2001.0011. S2CID 18404. Consultado em 2 de Julho de 2021

Uma segunda vertente é que governos de países extractivistas tendem a ser muito corruptos, minando o desenvolvimento económico e as desigualdades sociais. Esse facto, mais uma vez, tem como consequência, a instabilidade política.

Uma terceira vertente, mais recente e interessante, tem a ver com as potências ocidentais. A descoberta de um recurso natural pode ser maldição para o próprio país descobridor à medida que este se torna centro de disputa e atenção para as potências internacionais. Se o regime do dia não vai de acordo com os interesses dessas potências, o país pode ser alvo de agressão de uma dessas potências. Foram os exemplos do Iraque, em relação aos Estados Unidos da América, em 2002, e da Líbia em relação à França (e aliados), em 2003. Jeff Colgan chama essa nova maldição de petro-agressão⁹⁹.

O conflito de Cabo Delgado se encaixa igualmente nas teses aqui referidas. Para a primeira tese, sobre rebelião de facções, é ainda cedo emitir qualquer opinião ou análise sobre a componente étnica do conflito. Contudo, um facto é claro: há uma componente religiosa, se acreditarmos que a jihad proclamada pelo Estado Islâmico é religiosamente muçulmana.

Outra vertente a ser abordada é sobre a mão externa no conflito. Não há provas sobre o envolvimento de países, mas apetites das empresas multinacionais não deixam de se fazer sentir na busca de protagonismo para a exploração do gás e outros recursos em Cabo Delgado. Nunca se sabe qual pode ser o sentimento de uma empresa multinacional excluída de um corte de bolo preponderante.

3.3.4. Desigualdade nas relações de género

Um estudo recente de Michael Ross¹⁰⁰ sobre as desigualdades de género nos Estados Petrolíferos do Médio Oriente (ou seja, a política petro-sexual) concluiu que a produção do petróleo afecta directamente as relações de género, nas suas mais variadas dimensões:

1. A indústria extractiva do petróleo é originalmente machista, dada a abordagem tradicional de que as actividades da indústria pesada são eminentemente para “machos”. A

⁹⁹ Colgan, Jeff. *Petro-aggression: when oil causes war*. Cambridge University Press, 2013.

¹⁰⁰ ROSS, Michael L. 2008. “Oil, Islam and Women”. *American Political Science Review* 102 (01).

contratação de mulheres nesse sector tem sido mormente para posições “femininas” como de contabilistas, serviçais, etc;

2. A descoberta e exploração de um recurso natural fomenta a prostituição e respectivas consequências como gravidezes indesejadas, infecções por doenças sexualmente transmissíveis, divórcios, etc;
3. Muitas sociedades extractivistas são patriarcais e os direitos das mulheres tendem a se perpetuar ameaçados por estas não disporem de recursos para decisões e *lobbies* políticos, empoderamento económico, etc.

Os megaprojectos em Cabo Delgado empregam mais homens que mulheres. Se bem que os empregadores das multinacionais sempre encorajam as candidaturas de mulheres nos anúncios de vaga, as subcontratadas que são na maioria locais reavivam o complexo de “trabalho duro para o homem e o leve para a mulher”. Há longo prazo, esta assumpção pode ser fatalista, numa situação em que tornará somente homens mais abastados e poderosos, com suas respectivas consequências como foi mencionado acima.

3.4. Teoria das novas guerras

No sentido mais clássico, guerra pode ser entendida como violência entre Estados ou grupos organizados, por motivos políticos¹⁰¹. Neste tipo de guerra, os Estados são abordados como os únicos actores, onde detêm o monopólio legítimo do uso da violência organizada, motivada por fins politicamente definidos. Entretanto, segundo Mary Kaldor (2013), as “novas guerras” não exibem cabalmente essas características. No período do pós-Guerra Fria, os conflitos intraestatais diminuíram e os conflitos interestatais aumentaram. Uma nova forma de violência deixou de ser localizada, assumiu contornos regionais, e passou a envolver uma miríade de ligações transnacionais, nas quais a distinção entre interno e externo, entre agressão (ataque do exterior) e repressão (ataque de dentro do país), ou mesmo entre o local e o global são difíceis de identificar. Kaldor remete à privatização da violência que era antes monopólio do Estado clássico. As “novas guerras”, segundo Kaldor, são melhor entendidas quando se-lhes dissecam os objectivos, métodos

¹⁰¹ CLAUSEWITZ, Carl, Michael Howard, Peter Paret and Bernard Brodie. *On War*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1984.

e financiamento. No que diz respeito aos objectivos, as “novas guerras”, contrariamente a políticas de ideias, têm objectivos de políticas de identidade. As reivindicações de poder são feitas com base numa identidade particular, étnica, racial ou religiosa. Para o caso de Cabo Delgado, o Estado Islâmico reivindica um território religiosamente definido.

No que tange ao método, as novas guerras têm padrões de violência elevados e têm os alvos civis como principal alvo. As velhas guerras tinham os alvos militares como principal alvo para o controlo político do território. As “novas guerras” visam controlar “corações e mentes”, em vez de territórios¹⁰².

Este método é bem notável no conflito terrorista em Cabo Delgado onde, para além de chacina quantitativa a civis, actos cruéis como decepção, esquartejamentos são bastante notáveis.

Ao invés de exércitos, os actores das “novas guerras” contam com unidades dissidentes (dos exércitos), senhores de guerra, grupos paramilitares, grupos terroristas (como é o caso do *Ansar al Sunna*, em Cabo Delgado), mercenários locais e estrangeiros, etc. A estes não interessa um “estado de paz” porque este lhes vai criminalizar¹⁰³.

Para terminar, a autora refere-se igualmente à alteração na economia de guerra. Segundo ela, os actores das “novas guerras”, desprovidos de apoios internacionais, como era no caso da “guerra clássica”, servem-se de novas fontes de financiamento, como o contrabando de recursos naturais sem capacidade de controlo total, com fertilidade em Estados onde há maiores índices de pobreza e desemprego. Mas também recorrem a outros métodos como a pilhagem, a extorsão, economia informal, chantagem, sequestros, comércio ilegal, etc.

A *Ansar al Sunna*, em Cabo Delgado, serve-se dos recursos naturais, com destaque para a mineração de rubi, tráfico de madeira e outras espécies raras e caras, para suportar a sua intifada. E como já se referiu na descrição histórica, este grupo aproveita-se da pobreza e dos altos níveis de desemprego naquela província para recrutar “fiéis”¹⁰⁴.

¹⁰² http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.3_RitaDuarte_VelhasNovasGuerrasI.pdf Consultado em 2 de Julho de 2021.

¹⁰³ Idem, p. 87.

¹⁰⁴ ¹⁰⁴ Terrorism Monitor: in depth analysis of the war on terror, p. 6. Disponível em [Terrorism Monitor - June 14, 2018.pages \(jamestown.org\)](https://www.jamestown.org/terrorism-monitor/june-2018) Consultado em 2 de Julho de 2021.

4. Abordagem diplomática da gestão do conflito

Tradicionalmente, o conceito de diplomacia refere-se às acções dos agentes profissional ou politicamente autorizados de gerir as relações (políticas, económicas, sócio-culturais e outras) entre Estados¹⁰⁵.

Consideram-se funções tradicionais da diplomacia as tarefas de negociar, informar e representar¹⁰⁶. A tarefa de negociar consiste na manutenção das relações com o objectivo de concluir um acordo. O diplomata negocia em nome e por conta do Estado que representa, com o propósito de defender os interesses daquele. Quanto ao número de partes, a negociação pode ser bilateral (entre Estados) ou multilateral (Estados e organizações internacionais). A tarefa de informar define-se como o dever e a prerrogativa do diplomata em inteirar-se, por meios lícitos, sobre os acontecimentos dum determinado Estado e comunicá-los ao governo do seu Estado. A função de representar inclui a tarefa do diplomata, fazer se sentir a presença do Estado do diplomata nos eventos internacionais e, agir em nome do seu Estado.

Mais recentemente, incluíram-se outras funções à diplomacia: a de promover os interesses económicos do seu Estado, e proteger os concidadãos no Estado onde se está representando.

Segundo Sypiridakis (1991, p. 3), a dinâmica internacional obriga que os diplomatas se adaptem aos contextos de acção, percepção e pensamentos sobre os problemas internacionais, aprendendo e aplicando novas táticas e estratégias na execução das suas tarefas.

No pós-Guerra Fria, novos tipos de crises trouxeram novos desafios à diplomacia internacional. As “novas guerras”, que incluem o terrorismo, são parte desses desafios. Nas “velhas guerras”, os diplomatas aparecem negociando em todas as fases: antes, durante e depois. Na velha diplomacia, os diplomatas de ambas as partes das crises negociavam entre si, para resolver as crises.

¹⁰⁵ Sascha Lohmann. Understanding Diplomacy in the 21st Century. Working Paper Project “Diplomacy in the 21st Century” Nº 11 March, 2017. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/arbeitspapiere/WP_Diplomacy21_No11_Sascha_Lohmann_01.pdf

¹⁰⁶ Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

A “nova diplomacia”¹⁰⁷, para além das crises do Estado, lida com “problemas sem passaporte”. Segundo Kofi Annan (1998)¹⁰⁸, problemas sem passaportes são os problemas com impactos transnacionais ou globais. Incluem a crise ambiental, o aquecimento global, as pandemias internacionais (SIDA, e mais recentemente a COVID-19, entre outras), e o terrorismo. Esses problemas não respeitam fronteiras. Uma empresa ou grupo de indivíduos poluem o ar num local X, mas seu impacto é sentido no país Y. Uma pandemia eclode no local A e é sentida pelo mundo adentro, como é o caso da COVID-19. Um problema local de um país transcende a outros países, como é o caso do terrorismo da Al Qaeda e posteriormente, o Estado Islâmico. Antes, problema entre os Estados Unidos da América e alguns países do Médio Oriente, mas hoje quase global, com impacto até em Moçambique, como é o objecto deste estudo.

4.1. Que dizer sobre o terrorismo?

Segundo Cunningham Jr (2003)¹⁰⁹, terrorismo é o uso da violência, física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, pânico e assim obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, incluindo o restante da população do território.

Sarah Daly¹¹⁰ (2003) afirma não haver melhor arma para o combate ao terrorismo, senão bons serviços de inteligência. A autora admite o papel preponderante dos militares, mas para efeitos dissuasivos e para neutralização, quando os alvos são oficialmente localizados. Foi o caso de Osama Bin Laden em Maio de 2011¹¹¹. Após os serviços de inteligência terem se certificado da sua localização, a Marinha responsabilizou-se em exercer o seu papel de neutralização e execução. Nas palavras de Sara Daly, “a busca pela informação é a mais poderosa arma na luta para

¹⁰⁷ Entenda-se “nova diplomacia” como a reacção do Estado à conjuntura internacional.

¹⁰⁸ UN General Assembly, *In larger freedom : towards development, security and human rights for all : report of the Secretary-General*, 21 March 2005, A/59/2005, available at: <https://www.refworld.org/docid/4a54bbfa0.html> Consultado em 9 de Abril de 2021.

¹⁰⁹ Karla J. Cunningham (2007) Countering Female Terrorism, *Studies in Conflict & Terrorism*, 30:2, 113-129, DOI: [10.1080/10576100601101067](https://doi.org/10.1080/10576100601101067) Consultado em 6 de Abril de 2021.

¹¹⁰ Sarah Daly é antiga oficial dos serviços secretos norte-americanos. Escreveu um artigo de opinião sobre a luta contra o terrorismo nos EUA, após os ataques terroristas em 2001. O artigo dela foi publicado em 2003. Está disponível em <https://www.rand.org/blog/2003/12/fight-terrorism-with-intelligence-not-might.html> consultado em 6 de Abril de 2021.

¹¹¹ Sobre a morte de Osama Bin Laden, o líder da Al Qaeda, ver ler o portal <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/bin-laden-morre-o-terrorista-mais-procurado-do-mundo.htm>. Consultado em 6 de Abril de 2021.

desmantelamento de redes terroristas e prevenir ataques”. Sobre a prevenção de ataques, a autora afirma que “trata-se da melhor vitória contra esse mal.” Em outras palavras, contrariamente a outros tipos de guerra, a maior vitória contra o terrorismo ocorre quando a informação obtida (pelos serviços de inteligência) contribui para a não ocorrência do próprio ataque. Muitas vezes, essa vitória não é notável aos olhos da sociedade. A vitória após a acção terrorista contribui para que novos ataques ocorram, mas os danos da acção estão presentes, muitas vezes, para sempre ou por muitos anos. Foi o caso do 11 de Setembro de 2001. Esses ataques mudaram o curso da política internacional e da política externa dos Estados Unidos da América¹¹².

Os diplomatas, numa situação de luta contra o terrorismo, têm o papel de:

1. Estabelecer contactos para a busca de aliados internacionais. Os diplomatas devem influenciar outros Estados (vizinhos ou não), para se identificarem com a sua causa de luta;
2. Após a identificação de possíveis Estados-patrocinadores, os diplomatas agem no sentido de denunciá-los e, se possível, dissuadi-los, antes de alertar para as possíveis consequências (incluindo sanções económicas ou mesmo guerra). Foi o que aconteceu com o regime dos Taliban, no Afeganistão, após recusa de cooperação para a entrega de elementos da Al Qaeda aos EUA, a seguir aos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001¹¹³;
3. Em caso de incapacidade militar para lidar com o terrorismo, os diplomatas têm o papel de mobilizar o apoio internacional. É necessário enfatizar que, mesmo em casos em que os Estados são militarmente poderosos, estes buscam também o apoio internacional. Foi o caso dos EUA, nas suas investidas contra o terrorismo no Afeganistão, na Ásia e no Médio Oriente em geral¹¹⁴;
4. Em caso de crise humanitária, os diplomatas devem mobilizar a “ajuda humanitária internacional”.

¹¹² <https://www.brookings.edu/articles/september-11-and-american-foreign-policy/>. Consultado no dia 6 de Abril de 2021.

¹¹³ <https://www.e-ir.info/2013/11/06/was-the-nato-invasion-of-afghanistan-legal/>. Consultado no dia 6 de Abril de 2021.

¹¹⁴ <https://www.brookings.edu/articles/nasty-brutish-and-long-americas-war-on-terrorism/> Consultado a 6 de Abril de 2021.

4.1.2. O caso de Moçambique

O Governo da República de Moçambique está consciente sobre a necessidade do apoio internacional¹¹⁵. Entretanto, este tem estado a tomar alguma cautela para que a referida ajuda não signifique “endividamento de favores internacionais”. Uma segunda razão da cautela é a identificação do “real interesse” da ajuda, tendo em conta as relações históricas com os respectivos países interessados. Trata-se de Cabo Delgado, um importante jazigo de recursos naturais e, principalmente, um local anunciado como uma das maiores reservas mundiais de gás¹¹⁶. Nas palavras do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, “o Governo já manifestou perante a comunidade internacional as necessidades para o combate ao terrorismo e estas necessidades estão a ser avaliadas”¹¹⁷. Segundo este, o “executivo moçambicano e os parceiros internacionais estão a fazer o levantamento das carências do país na luta contra o terrorismo internacional, tendo em conta a soberania nacional.”

No seu discurso, houve o reconhecimento de que as forças de defesa e segurança foram sujeitas a décadas de falta de um investimento sólido, no seu apetrechamento e modernização¹¹⁸. Voltando ao argumento primário da autora Sara Daly, citada no capítulo anterior, a modernização e apetrechamento das forças de defesa e segurança implicam a capacitação dos serviços de inteligência nacional, para uma busca e processamento cabal de informação estratégica para a prevenção e combate ao terrorismo. O apetrechamento das forças de defesa e segurança implica o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (incluindo material de infiltração, drones, etc).

Assim sendo, e face à fraca capacidade de fazer frente aos terroristas, Moçambique tem estado a mobilizar uma frente comum de prevenção e combate ao terrorismo, com parceiros regionais

¹¹⁵ <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1726503/necessidades-de-apoio-internacional-a-mocambique-estao-a-ser-avaliadas>. Consultado em 6 de Abril de 2021.

¹¹⁶ <https://african.business/2020/03/economy/mozambique-set-to-become-gas-exporting-giant/>. Consultado a 6 de Abril de 2021.

¹¹⁷ <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1726503/necessidades-de-apoio-internacional-a-mocambique-estao-a-ser-avaliadas>. Consultado em 6 de Abril de 2021.

¹¹⁸ Idem

(SADC), continentais (UA)¹¹⁹ e a internacional¹²⁰, em geral (UE, etc). No dia 8 de Abril de 2021, este país acolheu a cimeira de chefes de Estado da SADC da área de defesa e segurança para a definição de meios de erradicação do terrorismo.

Aqui revela-se o papel da diplomacia na mobilização de parceiros internacionais na prevenção e combate contra o terrorismo. Mas enquanto isso, as forças de defesa e segurança mantêm o seu papel de resposta aos ataques contra os terroristas.

Um dado novo que o Presidente da República traz é a menção de que, “a guerra em Cabo Delgado não será ganha apenas através da via militar, advogando a promoção de emprego para a ocupação de jovens que se sintam seduzidos a integrar grupos armados”¹²¹. Em Estudos de Paz e Conflitos, trata-se de uma abordagem construtivista. Johan Galtung¹²² aborda este assunto através do seu conceito de “paz positiva”. Segundo este autor, estar em paz não significa somente terminar as tensões, mas também procurar resolver as causas do conflito.

Considerações Finais

Sendo o terrorismo uma “nova guerra”, no conceito da Mary Kaldor, ele precisa de uma abordagem conducente a uma “paz positiva”. Segundo Johan Galtung, paz negativa é aquela cujo final é o fim da violência. Ela é “paz” porque algo de negativo (a violência) terminou. Mas acaba sendo “negativa” porque não resolveu as causas dessa violência, guardando mágoas que possam culminar na eclosão de novos focos de violência, quiçá mais preocupantes. A “paz positiva” seria uma resposta eficaz para o terrorismo em Cabo Delgado. Segundo Galtung, trata-se de algo que vai além de mera ausência de violência directa. Ela busca uma paz estrutural. Tem como objectivo erradicar as desigualdades geradas pelo sistema sócio-económico, extinguir a violência cultural, integrar a sociedade a todos níveis.

¹¹⁹ <https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/what-can-the-au-do-about-the-conflict-in-mozambique>. Consultado em 6 de Abril de 2021.

¹²⁰ <https://mz.usembassy.gov/u-s-government-provides-military-training-to-mozambican-marines/>. Consultado em 6 de Abril de 2021; <https://www.reuters.com/article/mozambique-insurgency-portugal-idUKKBN28L29M>. Consultado em 6 de Abril de 2021

¹²¹ <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1726503/necessidades-de-apoio-internacional-a-mocambique-estao-a-ser-avaliadas>. Consultado no dia 6 de Abril de 2021.

¹²² Galtung, Johan. Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization. International Peace Research Institute, Oslo. Sage Publications. London, 1996.

Há que entender que a paz não é uma tarefa fácil. São necessárias uma série de acções que actuem em conjunto como políticas públicas que busquem a redução da pobreza e fome, ampliem o acesso ao emprego, ensino e serviços de saúde, entre outros. Após a resolução de um conflito, é necessário um novo capítulo: a gestão da paz. Inclui a gestão das expectativas dos intervenientes directos e indirectos, as vítimas, entre outros factores envolvidos.

O presente artigo não tem como objectivo trazer todas as causas do conflito terrorista em Cabo Delgado, mas contribuir com mais uma abordagem ou perspectiva, a histórico-diplomática. Espera-se ter contribuído com provocação para mais abordagens interdisciplinares, de modo que os tomadores de decisão se sirvam delas para uma boa resposta ao problema. Espera-se ter contribuído para uma percepção científica do problema.

Bibliografia

AALTO, Pami; HARLE, Vilho; LONG, David; MOISIO, Sami. Introduction. In: AALTO, Pami; HARLE, Vilho; MOISIO, Sami (org.). *International Studies: interdisciplinary approaches*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 3-30.

ASHWORTH, Luke. *Interdisciplinarity and international relations*. European Consortium for Political Research, v. 8, n. 16, p. 16-25. 2009.

AUTY, R.M., *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis* (London: Routledge, 1993).

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Funag, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl, Michael Howard, Peter Paret and Bernard Brodie. *On War*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1984.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais”. *Revista do Centro de Educação e Letras Unioeste, Foz do Iguaçu*, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. International Peace Research Institute, Oslo. Sage Publications. London, 1996.

GURR, Ted R. *Why Men Rebel*. Princeton, New Jersey: Published for the Center of International Studies, Princeton University [by] Princeton University Press, 1970.

KALDOR, Mary (2013) – in *Defense of new wars*”. *Stability International Journal of Security and Development*. 2(1) 4, pp 1-16.

MASLOW, A. H. (1943). *Theory of human motivation*. *Psychological Review*, 50 (4), 370 – 396.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*, New York, Harper, 1987, 3a ed..

COLGAN, Jeff. *Petro-agression: when oil causes war*. Cambridge University Press, 2013.

ROSS, Michael L. 2008. “Oil, Islam and Women”. *American Political Science Review* 102 (01).

MAGALHÃES, José Calvet. *Manual diplomático: direito diplomático, prática diplomática*. 5ª edição. Edições Bizâncio, Lisboa, 2005.

Histórias de Vida e de Sofrimento na Colónia de Moçambique (1954-1974)

Olga Iglésias¹²³

“Não vamos esquecer o tempo que passou.
Quem pode esquecer o que passou!”¹²⁴

RESUMO

Desde 2010 a 2016 investiguei “O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique (1954-1974), no âmbito de um pós-doutoramento, orientado pela Professora Doutora Joana Pereira Leite no CEsa/CSG/ISEG/UL. Neste artigo, que se insere na publicação final que estou a preparar gostava de partilhar as histórias de vida e de sofrimento com as quais me deparei no decurso da pesquisa, quando procurava no ambiente associativo islâmico iniciativas de clandestinidade e resistência. Selecionei assim, o drama que conheci em Cabo Delgado, mais concretamente em Pemba/Ex-Porto Amélia e, sobretudo no Ibo, lugar paradisíaco no arquipélago das Quirimbas, local de História e Memória em que estava instalada uma cadeia da PIDE/DGS, mais concretamente na Fortaleza de S. João Batista, onde na porta de entrada se podia ler um presságio de horror: “entrada sem saída”, como nos relataram os nossos entrevistados!

Palavras-chave: Encarceramento Colonial. Moçambique. Movimento Associativo. Resistência. Clandestinidade. Movimento Independentista.

Abstract

Since 2010 to 2016, I have been researching: “The colonial power and the impact of Islam in Mozambique” (1954-1974), as part of a post-doctoral study, directed by Professor Joana Pereira Leite in CEsa / CSG / ISEG / UL. Throughout this article, which is included in the final publication, I will share stories of life and suffering which I came across in the course of my research into the Islamic associative initiatives and underground resistance. I will be focusing on imprisonment during the colonial period, and how political prisoners survived those times based on life stories and crossing oral History with documents from FRELIMO and colonial authorities. Take the case of a PIDE/DGS prison, in Fort St. John the Baptist (Ibo/Cabo Delgado), where the entrance door displayed the unsettling omen: “No Exit”.

Key-Words: Colonial Incarceration; Mozambique; Associative Movement; Resistance; Independence Movement.

¹²³ Investigadora no CEsa/CSG/ISEG/UL e integrada no IHC/FCSH/UNL. iglesias.olga@gmail.com

¹²⁴ Estrofe inicial duma canção revolucionária, Grupo Cultural das FPLM, 1974.

Introdução

Na ciência histórica, a hermenêutica, a arte de interpretar a documentação recolhida encontra, na construção da História de Moçambique, a questão fundamental, sobre o papel do registo oficial português, relativo à oposição africana, isto é, distinguir, fora do traço burocrático as zonas de conflito, o que não é tarefa fácil. O “dito”, mascarado de verdadeiro, à custa de tantas vezes ser repetido, tem que ser cotejado com o “não-dito”, submerso nas entrelinhas.

Nesta análise confrontou-se a documentação produzida em duas verdades antagónicas: a da administração colonial e a dos movimentos nacionalistas, com a informação vinda a lume nos jornais ou radiofunda, assim como as histórias de vida, detalhadas e coloridas de acção. Limpo o pó do tempo, com rigor e seriedade analisou-se um passado-presente, através de fontes orais, escritas e iconográficas que nos permitiram uma aproximação à verdade, ainda que ela esteja bem afastada da versão oficial. Desfazer mitos, em nome da verdade histórica.

A tese defendida

A tese que defendemos é a existência de uma luta em crescendo, sendo o ponto mais alto da resistência, a organização em movimentos de libertação. Quando, como e porquê se radicalizou essa luta? Quem a fez? São algumas das questões que iremos desenvolver, isolando no quadro da oposição ao regime de Salazar, a de iniciativa africana e as que envolveram a população colonizada. Quando estudámos as associações africanas, observámo-las como viveiros de consciencialização, onde as camadas mais jovens despertaram para o nacionalismo africano, sob o véu diáfano da poesia. Entre todos destacámos o poeta Rui de Noronha¹²⁵, que cantava África, “*surge et ambula*”, sonhando a Pátria, na terra onde nasceu - Moçambique. A época temporal estudada foi de revolta, de greves de ferroviários e de estivadores, de distribuição de panfletos, com a letra desenhada no *stencil*, para não ser identificada, de organização de cooperativas de camponeses; tempo de repressão, de prisão e tortura, de deportação e de massacre.

A pesquisa realizada

¹²⁵ Ver SOPA, António, SILVA, Calane e NEVES, Olga Iglésias, *Rui de Noronha. Ao Mata-Bicho*, Maputo, Texto Editores, 2006, p. 109- 111.

Defende-se a tese que no seio das comunidades africanas e no estudo de caso das islâmicas surgiu um grupo de elementos que em associações criadas em redor das mesquitas influenciaram culturalmente as sociedades em que se inseriram. A problemática aborda assim, como é que o poder colonial Português e pós-colonial, dirigido pelo partido FRELIMO, interagiu e interage com essas sociedades fortemente islamizadas?

A finalidade da pesquisa, o nosso grande objetivo é o estudo de caso – As comunidades islâmicas.

Os objetivos principais da nossa pesquisa em geral foram:

1. Identificar as comunidades islâmicas em Moçambique;
2. Verificar o impacto do islamismo no movimento associativo moçambicano;
3. Analisar as relações dos Povos do Norte de Moçambique com o poder colonial e os movimentos independentistas: A MANU (Mozambique African National Union/ União Nacional Africana de Moçambique), criada em 1959 a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954;
4. Analisar as vivências e trajetórias das famílias afro-islâmicas decorrentes dos processos de colonização e descolonização;
5. Conhecer as realidades da comunidade islâmica originária de Moçambique atualmente imigrante em Portugal;
6. Aferir do relacionamento entre a comunidade imigrante islâmica e a sociedade portuguesa;
7. Confrontar e problematizar os resultados da pesquisa, no sentido de desenvolver linhas analíticas que permitam aferir da importância do movimento associativo de inspiração islâmica na construção do Moçambique independente.

O Estado da Arte

A investigação levada a cabo por professores moçambicanos da Universidade Eduardo Mondlane tem tido como resultado uma importante pesquisa em documentos escritos e orais, ressaltando o valor do Arquivo Histórico de Moçambique. O Professor Doutor João Paulo Borges Coelho¹²⁶, na sua tese de doutoramento, *“Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican*

¹²⁶ Professor da UEM, doutorou-se na Universidade de Bradford, na Grã-Bretanha.

Province of Tete (1968-1982). A History of State Resettlement Policies, Development and War” (1993), destaca a necessidade de se analisarem os documentos do regime colonial português para se compreender o fenómeno da guerra colonial / luta de libertação nacional.

Ouvindo os mais velhos, a Professora Doutora Teresa Cruz e Silva¹²⁷ analisou o papel da Missão Suíça, na sua tese de doutoramento, “*Protestant Churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission*” (1996), onde a personalidade de Eduardo Mondlane é estudada, no contexto de uma educação protestante. No Centro de Estudos Africanos, o Professor Fernando Ganhão¹²⁸ desenvolveu, desde os finais da década de 80, uma pesquisa centrada no estudo do nacionalismo, a partir de documentação reservada do Partido FRELIMO e da memória de antigos combatentes.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram estudados três fundos de documentação, a saber - o de Oliveira Salazar, da PIDE e dos S.C.C.I.M., sobre as actividades ditas “*subversivas*”, dos movimentos nacionalistas moçambicanos, em informações baseadas “*em fontes seguras*”. No Arquivo Histórico-Diplomático analisou-se o fundo dos Negócios Estrangeiros, sobre as “*actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas*”, documentos das organizações independentistas e recortes de jornais, zelosamente recolhidos por cónsules portugueses, bem como de “*Relatórios periódicos do Ministério do Ultramar*”. No Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, a pesquisa incidiu em quatro fundos - o do Governo-Geral, da Administração Civil, da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas e o Arquivo da FRELIMO, o que permitiu uma amostra de tensões e conflitos. Por outro lado, seleccionou-se da Secção de História Oral um importante conjunto de entrevistas, confrontadas com um outro conjunto de testemunhos, recolhidos esses por nós.

Um conjunto de questões colocou-se-nos, logo à partida, na análise da documentação disponível: Quando se deu o salto qualitativo do protesto à acção armada? O que permitiu essa mudança? Foram factores internos? Quais teriam sido? Como se manifestaram? Teriam sido factores externos? Quais? Ou foi a conjugação de ambos? Porquê? Vejamos, com mais detalhe, cada uma destas questões.

¹²⁷ Directora do Centro de Estudos Africanos na UEM, doutorada pela Universidade de Bradford.

¹²⁸ Professor na UFICS - UEM, o seu percurso como antigo combatente tem-lhe permitido esse projecto. Gentilmente autorizou-nos a consultar o Arquivo da FRELIMO.

1. Os factores internos

A documentação sugeriu-nos novas perguntas, no quadro do regime colonial: A repressão, a carga das polícias e dos tribunais aumentou? Porquê? Com que impacto? Que consequências advieram da colaboração entre polícias? Por outro lado, o estudo da imprensa, porta-voz do movimento associativo levanta um véu de conspiração, que nos interessa desmontar: Haveria nas associações africanas um ambiente propício ao desenvolvimento da resistência? Até que ponto, as escolas das missões e das diferentes Igrejas e Mesquitas foram uma retaguarda dos movimentos de libertação?

2. Os factores externos

Todavia, o corpo documental seleccionado impõe-nos uma abordagem do peso dos factores externos, a saber: A conjuntura política internacional não teria sido relevante? Quais foram os apoios determinantes, no quadro mundial? E, no âmbito regional, na África Austral, até que ponto foi relevante a questão política partidária?

Tanto os registos da administração colonial, como dos movimentos de libertação sugerem-nos a interpenetração dos dois factores, internos e externos, na preparação e no desenvolvimento da luta pela independência, com considerandos e pesos, obviamente diversos. Vejamos, então quais são essas diferenças? Na ótica do regime, que hipóteses iremos desmontar? Porquê a supremacia dos factores exógenos? De que maneira foram subestimados os factores internos? Porquê? Por quem? Que colaboração houve entre regimes na região da África Austral? Dentro dessa colaboração, como foi a actuação conjunta das polícias?

Nos documentos das organizações nacionalistas, o discurso é claramente diferente. Porquê o enfoque na situação interna? Quais são os apoios, considerados essenciais para a luta? Qual foi o impacto do movimento revolucionário, a nível mundial? Qual o papel das Igrejas? Como são entendidos os factores externos?

Estas são algumas das perguntas que lançámos ao material de que dispomos e que continuaremos a investigar. Temos a consciência de que pelo facto de muitos documentos da PIDE em Moçambique terem sido destruídos nos torna muito mais difícil a pesquisa. Por outro lado, com todas as cautelas reconstituiu-se a actuação dos movimentos nacionalistas, a partir de fontes escritas coloniais. Claro que tivemos o cuidado de as confrontar, através de outras fontes, nomeadamente as orais. A tese que defendemos do crescente empenho dos movimentos nacionalistas em provar, interna e externamente a justeza da sua causa, bem como a intransigência

do regime colonial em aceitar “*os ventos da História*”, parece-nos que legitimaram o recurso à violência revolucionária, da luta armada, como a única forma de se alcançar a independência. E, como de análise se trata, passemos à interpretação do corpo documental.

Interpretação das Fontes Disponíveis

O aparelho repressivo montado pelo regime colonial negava aos africanos quaisquer direitos políticos e liberdades civis. Constatámos como no *Brado Africano* se fez a denúncia de leis de excepção que proibiam o direito de cidadania para quem não fosse assimilado. Sempre que houve tentativas para reclamar os seus direitos, as pesadas mãos da polícia e de tribunais especiais reprimiram-nas ferozmente. Apesar da brutalidade do regime, houve quem aproveitasse a calada da noite para distribuir panfletos a desafiar o poder, mesmo na capital, em Lourenço Marques. Corria o ano de 1949 e um grupo de jovens, assinando - “Os Humanos” -, tinha gravado um comunicado, em *stencil* para não ser identificado. Terminada a 2ª. Guerra Mundial, as nações aliadas tinham derrotado o nazismo e o fascismo, era pois então, a vez de o colonialismo ser combatido. Descobertos, alguns desses elementos foram presos pela polícia e transferidos para a metrópole aprisionados¹²⁹.

Os “*custos sociais do colonial-capitalismo*”, de que falam os historiadores Allen e Barbara Isaccman¹³⁰, mostram-nos bem os métodos utilizados pelo regime para prevenir qualquer manifestação da oposição africana, isto é, “*o controle da educação, o trabalho forçado, a deportação, repressão policial e militar, controle dos movimentos dos Africanos através da imposição de horas de recolher e do sistema de passes, a censura severa dos jornais, dos livros, dos filmes e discos, a tortura, a prisão sem julgamento, as execuções sumárias e o terror*”¹³¹.

A estratégia da resistência foi, então, de se refugiar em territórios limítrofes de Moçambique, aproveitando a existência de um grande número de exilados, atraídos pela possibilidade de trabalho nessas zonas. Com a organização em movimentos independentistas dava-se assim o salto qualitativo da ruptura do protesto para a acção armada. Segundo uma circular confidencial da PIDE, sobre o “*Movimento de Emancipação de Moçambique*”, é-nos indicada uma data para essa

¹²⁹ Entrevista a João Mendes, realizada em Maputo, no ano de 1988.

¹³⁰ ISACCMAN, Allen e Barbara, *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, pp. 53-59.

¹³¹ "Angola e Moçambique. Relatório da Comissão de Informação e Pesquisa da Conferência Internacional de Estudantes", Holanda, COSEC, 1961/62, p. 17. In AN/TT, PIDE, Proc. nº. 326/61.

transferência. “Os movimentos associativos de moçambicanos no Tanganica começam a organizar-se em fins de 1956, mas nessa altura como associações de fins mutualistas”¹³².

Para responder à questão sobre que factores teriam permitido essa mudança, parece-nos que não se deve apenas considerar o suporte de organizações partidárias desses países, mas antes compreender se se transferiram como associações de natureza mutualista é porque havia população africana, originária de Moçambique aí residente, que carecia desse apoio. Não nos esqueçamos de que as fronteiras coloniais foram arbitrariamente dividir população da mesma etnia.

Sobre os trabalhadores emigrantes deteve-se com particular atenção num espião belga, que assina um relatório intitulado, (pensamos que pela PIDE), “*Moçambique visto por um estrangeiro que conhece bem a Província*”, (provavelmente o próprio Cônsul belga). Após ter caracterizado o fenómeno da emigração, em termos quantitativos e de ter analisado as razões da mesma, explicou porque se deteve nesse assunto, “*porque estou certo de que se alguma vez houver dificuldades, elas serão originadas pela infiltração de elementos subversivos, trazidos para Moçambique pelos emigrantes. Infiltração que poderá ser marxista e materialista e que se aliará à influência mais aberta do crescente*”. E, concluiu: “*Como modo de vida dos países vizinhos é de longe muito superior ao de Moçambique, verifica-se um movimento migratório num só sentido. Os indígenas da África do Sul, Rodésias e Niassalândia e mesmo do Tanganica, não descem para Moçambique*”. Vaticinando o que aconteceria:

Aliás é deste lado que se poderão levantar problemas, quando um dia, o Tanganica ou Niassalândia tiverem atingido um certo grau de autonomia ou de independência: como a fronteira é puramente artificial e as relações entre as populações muito contínuas (os mesmos dialectos, as mesmas tribos) a infiltração de ideias “novas”, o nascimento de esperanças e mesmo de exigências de carácter nacionalista serão possibilidades reais¹³³.

Quais eram, então, as forças em contenda? Para tentar explicar esse complexo micromundo da sociedade colonial isolamos, como atrás dissemos, apenas dois fenómenos - o da repressão e o da resistência. Assim, iremo-nos debruçar sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado, o

¹³² Ver Circular UL-60, de João Hall Themido, Lisboa, 03.09.1963. In ANTT, PIDE, Proc. nº. 326/61, p. 98. Para contextualizar a problemática da resistência ver FRIEDLAND, Elaine A., “Mozambican Nationalist Resistance: 1920-1940”, in *TransAfrican Journal of History*, vol. 8, nº. 2, 1979, p. 117-128; cf. CHILCOTE, Ronald H., *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, Stanford California, Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Stanford University, 1969.

¹³³ Datado de Abril de 1958, em Bruxelas. In AN/TT, AOS/CO/UL-33, p.7 e 29.

principal órgão de repressão¹³⁴ sobre os movimentos de libertação, nomeadamente MANU, UNAMI, UDENAMO e da sua fusão, a FRELIMO¹³⁵.

A perspectiva da análise do que vamos chamar *the dark History*, uma História de penumbra, de sombras tal como a documentação nos sugeriu, parece ser a verificação no seu relacionamento de uma proporcionalidade entre forças antagónicas, ao nível da prática, pelo que chegou até nós, através do Arquivo da PIDE, da sua Delegação na Colónia, dos SCCIM¹³⁶ e do Corpo de Polícia de Moçambique, informação cotejada com a recolhida em fontes orais. Os acontecimentos desde 1958, com a luta eleitoral protagonizada por Humberto Delgado, reforçaram a vigilância da PIDE, que estabeleceu um controlo sobre alvos suspeitos de actividades subversivas particularmente em Angola, desde Janeiro de 1961, na Baixa do Cassanje. E as pressões internacionais sobre Portugal e o destino do ultramar português condicionaram o ambiente político em Moçambique nesse ano de 1961.

Um estrangeiro “residente” na Colónia, “elaborou a informação...” da qual retiramos o seguinte extracto:

O esforço militar foi acompanhado de certas medidas policiais. A PIDE, cujo orçamento dobrou no início do ano, aumentou consideravelmente os seus efectivos, em primeiro lugar os da sua rede negra.

Em Junho foram enviados uns 500 polícias pela Metrópole para reforçar os efectivos da Província.

Depois de um estágio em Lourenço Marques, os recém-vindos são transferidos para o mato, onde o seu fim essencial consiste em recolher informações. “Mais vale prevenir, do que remediar,” dizia-me ainda recentemente a este respeito o seu chefe, o major Aires de Abreu.

O controle dos estrangeiros foi reforçado e para melhor fiscalizar as suas idas e vindas, foram criados mais 30 postos nas fronteiras, da PIDE.¹³⁷

Vejamos, com mais profundidade, qual era a estratégia da PIDE, segundo a Ordem de Serviço nº. 141, de 21 de Maio de 1962¹³⁸:

¹³⁴ A partir de 1954, a PIDE viu a sua acção alargada ao ultramar português. Cf. *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 748. Contudo, apenas encontramos as primeiras informações no ano de 1958 e as ordens de serviço em 1962. Ver AN/TT, PIDE/ DGS, Delegação de Moçambique, NP 11583. Cf. MONTEIRO, L. A. Pinto, *Gabinete de Propaganda e Contra Propaganda*, s.l., (Maputo); Cegraf, 2001, p. 25 e 81.

¹³⁵ Considerou-se apenas os principais movimentos, sobre os quais incidiu a acção policial.

¹³⁶ Os SCCIM, isto é, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique. O Decreto-Lei nº. 43 761, de 29 de Junho de 1961 criou nas Províncias de Angola e Moçambique, respectivamente os SCCIA e os SCCIM. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 28, de 15.07.61, pp. 895-896; ver o Diploma legislativo nº. 2 205, de 21 de Fevereiro de 1962, que definiu as atribuições dos SCCI. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 7, de 21.02.62, pp. 225-226.

¹³⁷ Ver Informação nº. 360/62-G.U., com o assunto "A Situação em Moçambique no Decurso de 1961", de 7.4.62. In AN/TT/ PIDE/DGS, "MANU", NP 326-SR/61, pp. 256-261

¹³⁸ In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, Jan.- Jun., 1962, NP11583, p. 1-2.

CUMPRIMENTO DO DEVER

Conhecem os funcionários desta Polícia os esforços que os inimigos externos e internos da Pátria vêm desenvolvendo, há algum tempo, para subverterem a Ordem, não escondendo a sua torpe e iniludível finalidade: comunisar a Nação, esta terra de Santa Maria que os nossos avós nos legaram. Aproveitam esses inimigos, para a sua luta, internamente, a cumplicidade de uns - traidores como eles - a complacência e tibieza de outros, a ambição e o despeito de uns tantos, e até a ingenuidade de um menor número. Não tem o inimigo conseguido - e Deus não há-de permitir que o consiga - ver o caos instalado na nossa terra. Mas a luta é de vida ou de morte.

E todos os que põem ao alto Deus, a Pátria e a Família, sabem que, neste combate, não há lugar a abrandamento nem a complacências. Aqui, nesta Casa, que é a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, todos sentem que é imperioso preservar, sem desfalecimento, na tarefa que nos incumbe, dispostos, cada vez mais, ao integral cumprimento do dever e a todos os sacrifícios.

Aos novos funcionários, a quem especialmente me quero dirigir, aos que ultimamente ingressaram nesta Corporação, desejo que sintam ser ela o primeiro baluarte em face de quantos atentam contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria. Não há por isso que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário. No momento actual, desejo afirmar aos novos, como aos veteranos desta Casa, que não basta cumprir simplesmente, mesmo quando integralmente, as ordens superiores. Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em nenhum aspecto da luta.

A simples propagação do boato que tanto alarme provoca nos espíritos fracos, não pode sequer imaginar-se sem a necessária repressão. Para além dessa singela faceta da luta, qualquer que seja a modalidade com que ela se apresente, estaremos firmes no cumprimento das atribuições que orgulhosamente nos competem. A data luminosa do “28 de Maio”, que se aproxima, irá encontrar-nos, mais ainda, se é possível, nessa calma certeza e decidida resolução¹³⁹.

Desmontando o discurso, apercebemo-nos do seu tom militarista: A corporação como um “baluarte”, a “luta” que “é de vida ou de morte”, o “combate” que exige “cumprimento do dever”, bem como “*todos os sacrifícios*” e, finalmente, a referência à data “luminosa” de “28 de Maio”; mas é, sobretudo, uma linguagem nitidamente policial: Com a alusão a todo o tipo de inimigos, “*externos e internos*”, que atentam “*contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria*”. Mesmo o simples boato não pode ficar “*sem a necessária repressão*”. Aos “*esforços*” da subversão, que tem como “*finalidade: comunisar a Nação*” e, “*não há que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário*”.

A exortação ao “*cumprimento do dever*”, aos “*novos*” bem como aos “*veteranos*”, nesse momento, em que corria o ano de 1962, parece exigir uma tarefa ciclópica, já que “*não basta cumprir (...) as ordens superiores. Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em*

¹³⁹ Ver os Decretos-Lei nº. 39.749, de 9.8.54. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 36, de 04.09.54, p. 494-502; nº. 43.582, de 04.04.61. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 16, de 22.04.61, pp. 503-509.

nenhum aspecto da luta”, definida claramente pelo Subdiretor interino, como sendo de “*vida ou de morte*”¹⁴⁰.

A ordem de serviço seguinte¹⁴¹ dava conta da fase de organização regional, em que a PIDE se encontrava. Assim, a Portaria nº. 19.165, de 04.05.62¹⁴² mencionava a criação de sub-delegações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado “*com sedes em João Belo (Xai-Xai/Gaza), Inhambane, Porto Amélia (Pemba/Cabo Delgado) e Vila Cabral (Lichinga/Niassa), na Província de Moçambique, dependentes da Delegação do referido Organismo em Lourenço Marques...*”

Quando defendemos a tese de que a PIDE atuou como principal órgão de repressão contra alvos preferenciais, suspeitos de subversão, argumentamos a partir da documentação oficial da administração colonial, a que tivemos acesso e que demonstra como a PIDE supervisionou tudo e todos. É bem significativa essa dependência na Ordem de Serviço nº. 246, de 2 de Setembro de 1964:

Divisão Distrital da Província.

Para conhecimento se ratifica a divisão distrital da Província e sua dependência às Sub-Delegações desta Polícia:

- Aos Serviços Centrais da Delegação:
- Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.
- Postos: - Marítimo de Lourenço Marques;
- Aeroporto de Lourenço Marques;
- Goba;
- Ressano Garcia;
- Malvéria.
- À Sub-Delegação da Beira:
- Distritos de Manica e Sofala e Zambézia.
- Postos: - Marítimo da Beira;
- Aeroporto da Beira;
- Machipanda;
- Vila Nova de Fronteira;
- Penhalonga.
- À Sub-Delegação de Nampula:
- Distritos de Moçambique, Niassa e Cabo Delgado.
- Postos: - Marítimo de Nacala;
- Aeroporto de Nampula.
- À Sub-Delegação de Tete:
- Distrito de Tete.¹⁴³

¹⁴⁰ O Sub - Director interino era o major Fernando Eduardo da Silva Pais que substituiu o director da PIDE, exonerado a seu pedido, o tenente-coronel Homero de Oliveira Matos. Ver Ordens de Serviço nº. 96, de 6 de Abril de 1962, e a nº. 100, de 10 desse mês. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique, NP11583.

¹⁴¹ Ver Ordem de Serviço nº. 142, de 22 de Maio de 1962. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique.

¹⁴² In *Boletim Oficial*, nº. 20, 1ª. série, de 19 de Maio de 1962, p. 878.

¹⁴³ In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

A PIDE ficou assim, em 1964 a cobrir todo o território, instalada desde a capital da Colónia até à localidade, considerada estratégica, já que era no seio da população que se escondia o *Inimigo*. Vejamos os exemplos da instalação de postos: “... nas localidades de Ressano Garcia (estação de caminho-de-ferro) e Goba (estação de caminho-de-ferro), ambas situadas no distrito de Lourenço Marques, dependentes do mesmo organismo com sede nas referidas localidades...”.¹⁴⁴ Isto não significa que não existissem funcionários da PIDE a trabalhar, ao nível local, antes de 1964, articulando com o Administrador e mesmo com as forças armadas, como se pode verificar em Mueda no Distrito de Cabo Delgado, aquando do massacre de camponeses, em frente da administração, a 16 de Junho de 1960¹⁴⁵. A PIDE funcionou, portanto, como um órgão de repressão e de aniquilamento de massas. O seu zelo foi reconhecido pela autoridade máxima, o Governador-Geral, “pela maneira eficiente como esta Polícia actuou na referenciação e detenção dos indivíduos treinados que a FRELIMO enviou a esta Província, em missões de reconhecimento, propaganda, aliciamento e prática de terrorismo...”.¹⁴⁶ A mesma fonte dava conta da prisão de dois elementos da FRELIMO - Matias Zefanias Boa¹⁴⁷ e Joel Romeu dos Santos Monteiro¹⁴⁸, que tinham como missão, a abertura da frente Sul.

Um estudo de caso

A violência, a tortura e a morte foram o quotidiano de sofrimento dos presos políticos. Encontrámos depoimentos trágicos, entre os anos de 1963 e 1974, em *Tortura na Colónia de Moçambique*¹⁴⁹, publicados “exactamente como foram recolhidos”¹⁵⁰. Vejamos o depoimento do mais jovem preso político, que viu morrer muitos patriotas moçambicanos:

José Pedro Cudingússi. Trabalhava na ponte do rio Musado, morava (no) Régulo Gone, ao pé do rio, administração de Mocímboa da Praia. Preso em 1 de Setembro de 1964, com 14 anos de idade e solto na terceira semana de Maio de 1974, com 24. Preso pela tropa que o levou para a Mueda, para o quartel. Foram presas nessa obra 30 pessoas. Forma de interrogatório e tratamentos a que foi sujeito: Logo que

¹⁴⁴ Ver a Ordem de Serviço nº. 251, de 7 de Setembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., p. 1.

¹⁴⁵ Ver o processo relativo ao massacre de Mueda. In AN/TT, SCCIM, caixa 15, pp. 284-285.

¹⁴⁶ Ver a Ordem de Serviço nº. 357, de 22 de Dezembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

¹⁴⁷ Preso no dia 20 de Dezembro, com o Proc. 670/64 - Reg. 1.422/64.

¹⁴⁸ Detido no dia 21, conhecido também por Joel Guduané Chibambo ou Maduna Xinana, com o Proc. nº. 678/64 - Reg. 1.519/64.

¹⁴⁹ Editado no Porto, Afrontamento, 1977, 125p.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 8 e p. 68-69.

chegaram ao quartel começaram a bater-lhe com as coronhas e outros eram pendurados e enforcados à frente de todos. Quem fazia isto era o Alferes Antunes e o tenente de Mueda (não sabe o nome). Durante estes 5 dias bateram-lhes tanto que morreram 13 pessoas. Seu pai, Pedro Cudingussi, foi degolado e ele viu isso. Depois esmagaram-no a Caterpillar, para adubar. Ibo- Todos os dias eram chicoteados e batiam-lhes com coronhas de espingardas e quando iam a interrogatório batiam-lhes e perguntavam-lhes depois o que é que eles queriam. Todos respondiam que queriam governar Moçambique e então batiam ainda mais. Não lhes davam comida e eles comiam apenas mandioca seca. Sempre com feridas de pancadas ninguém os curava. Era a água do mar que curava. Quando eles iam para a cela, mais de 200 pessoas, muito apertadas mal conseguiam respirar e morriam. Aqui os punham todos despidos, sem luz e pouco ar. Mortos no Quartel de Mueda: Pedro Cudingussi, Tobias Copalika, Lafique Simone, Casiano Cominhoco, Vicente Macuba, Tomás Baúde, Liputto, Mamade, Cacuita, Lisboa, Galarica Kuamba, Madicanja e um outro. Mortos no Ibo: Não sabe nome de nenhum, mas viu morrer muitos. Machava: Sabe que morreu gente...¹⁵¹

O corpo deste jovem ficou marcado para sempre - deficiente, com um braço “meio paralítico” e *“profundas cicatrizes no peito e nas costas que lhe foram feitas com a electricidade. Também tem nas costas grandes cicatrizes feitas com sabre, coronha e machados.”* Apresentava igualmente cicatrizes nas mãos e nos pés. *“Tudo isto era feito com o alicate que apertava o arame o mais que podia até fazer as feridas contusas... Esteve 5 dias com estas algemas nos pés e nas mãos...”*¹⁵²

Selecionámos um outro depoimento de um preso político, que se recorda de alguns dos mártires da independência moçambicana, bem como da sua região de origem, nomeadamente do Norte, Centro e do Sul da Colónia¹⁵³:

Matumbate Miguel Irineu. Encontrava-se em Ponta Mahone a aguardar transporte para Mueda. Foi preso por um oficial, dois furriéis e três soldados do exército, em 2 de Setembro de 1964. Forma de interrogatório e tratamentos a que foi sujeito: Numa unidade de Mueda, na presença do Tenente Carlos e de 2 soldados, foi iniciado o interrogatório. No lugar em que tiveram lugar as investigações, encontravam-se 2 cadáveres de Macondes. Tendo-lhe sido perguntado por aquele Tenente se era militante da FRELIMO, respondeu afirmativamente. Perguntando-lhe em seguida se era um dos responsáveis pela destruição da ponte de Mocímboa da Praia respondeu que não estava envolvido nessa acção. Perante isto ordenou àqueles soldados para o amarrarem e suspenderam-no no tecto. Amarrado pelo pescoço por uma corda que deslizava num tubo de ferro colocado verticalmente (tipo roldana), ficou suspenso durante uma hora. Passado esse tempo foi desamarrado e espancado com tábuas em todo o corpo. Foi amarrado novamente e por ordem do Tenente Carlos foi levado para o jeep, para ser morto. Nesse momento apareceu um capitão o qual perguntou ao Tenente o destino do prisioneiro e este respondeu que era da FRELIMO e que havia de ser morto. O capitão ordenou que fosse levado para o Ibo a fim de ser ouvido pela PIDE. Quando chegou ao Ibo, os chefes Ribeiro e Brites fizeram-lhe o

¹⁵¹ Idem

¹⁵² In *Tortura na Colónia de Moçambique*, p. 69-70.

¹⁵³ Idem, p. 109-110.

interrogatório e espancaram-no desta maneira: mandaram-no despir e foi espancado por 3 indivíduos, um à frente, outro atrás e outro nas nádegas.

Pessoas que sabe terem sido mortas:

Joel dos Santos Monteiro (também conhecido por Joel Maduna Chimana); Sidónio Bila; Suleimane Camissa «Faia» (Mocímboa da Praia); Pedro Macumbe (Vila Cabral); Júlio Penissela Mangrambe; António Chamisso (Beira); Carlos Juma (Vila Cabral); Alexandre Chicema (Vila Cabral); Alberto Stambulá (Vila Cabral); Salimo (Vila Cabral); Cardoso Jamisse Bié; Abdul Raiman; Armando Massango; Rafael Vilanculo; Avelino Jaime Nhantumbo; Javeia Josine; Alberto Machave.¹⁵⁴

Procurámos nos documentos do Arquivo da FRELIMO documentação sobre a situação das prisões na Colónia de Moçambique. A primeira referência¹⁵⁵ foi assinada pelo Presidente Eduardo Chivambo Mondlane durante uma conferência de imprensa em que apresentou Shafurdine Mohamed Khan como o representante do movimento nacionalista moçambicano no Cairo junto da R.A.U., destacando as suas qualidades, de resistência, clandestinidade e conhecedor da violência colonial:

(...) Brother Khan brought with him details of the appalling conditions in which our freedom fighters live in Portuguese prisons in Mozambique. Through him we are able to get written accounts by the prisoners themselves, of the cruel and inhuman ways in which the Portuguese Government tried to extract information from those who had the misfortune of falling in their hands. The information deriving from these accounts is being pro(e)pared for me at the forthcoming United Nations debates on Portuguese colonialism.

Na realidade, a FRELIMO apresentou perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU conforme se pode ler na “Voz da Revolução” relatos comprovados das atrocidades cometidas na Colónia de Moçambique.¹⁵⁶

No trabalho de campo na Província de Cabo Delgado, mais concretamente num dos bairros da cidade de Pemba, o de Paquitequete, encontramos uma bela mesquita (ver Gravura 7) e procurámos conhecer os seus fundadores. Ao entrevistarmos Anli Bacar e Sufo Buana¹⁵⁷ (Ver Gravura 8) demos conta como foram tecidas histórias de vida e de sofrimento pela denúncia de terem conseguido angariar a verba necessária para a construção da referida mesquita! Nos seus

¹⁵⁴ In *Tortura na Colónia de Moçambique*, p. 110.

¹⁵⁵ “Press Conference”, FRELIMO, Cairo, 18-09-1963. In DRE, cx. 29, p. 2.

¹⁵⁶ Cf. “Portuguese Atrocities in Mozambique”. In: *Mozambique Revolution*, nº. 45, Oct.-Dec., 1970, pp. 8-12 e “An ex-prisoner describes his experiences in Portuguese colonialist prisons. Inside Caetano’s prisons”. In *Mozambique Revolution*, nº. 57, Oct.-Dec., 1973, pp. 18-19.

¹⁵⁷ Entrevistas a 26-04-2012 em Pemba.

impressionantes testemunhos ficámos a saber os contornos da trajectória de resistência e clandestinidade que os levou à prisão da Fortaleza de S. João Baptista no Ibo.

Considerações Finais

A Hermenêutica, a Heurística e finalmente a desfragmentação por nós praticadas em fontes orais e escritas existentes nos arquivos foram o suporte documental mais significativo do presente texto que pretendeu fazer a reconstituição das marcas do passado e as iniciativas das associações islâmicas estudadas. Todavia, os detalhes mais coloridos foram descobertos nas fontes iconográficas. A imagem deu-nos pormenores relevantes do convívio social que, interpretados, nos ajudam a compreender a complexidade da sociedade colonial e pós-colonial bem como os fenómenos de guerra e de Paz.

O confronto do material produzido pelas autoridades coloniais em relatórios da administração civil, dos chamados negócios indígenas, do exército e da polícia com o dos movimentos independentistas, sobretudo o da FRELIMO, sugere uma rede clandestina operativa com iniciativas de afirmação identitária, moçambicana, na designação de “subversiva”, no tempo colonial. Um facto importa a assinalar: a função de “controlo” das comunidades muçulmanas, tanto do aparelho do Estado colonial como do pós-colonial, revelando-se assim como um fenómeno de continuidade.

A importância da investigação mantém-se na busca incessante de aspectos subjetivos entre os quais se destaca a reclamação de uma identidade Moçambicana, por parte de famílias entrevistadas e, de iniciativas objetivas de diálogo e tolerância inter-religiosa. Novos problemas surgem como se pôde observar com estrangeiros muçulmanos vindos da Nigéria, do Corno de África e mesmo de países do Norte do continente, onde a instabilidade política tem incentivado a migrações forçadas. A solidariedade islâmica aí funciona, tornando-se as mesquitas pequenas para receberem tão grande número de fiéis.

Num ambiente de multipartidarismo, próprio do período de transição para uma democracia, importa igualmente destacar a força das Associações Islâmicas na “frágil” sociedade civil Moçambicana, em busca da Paz. Nesses movimentos cívicos, como as marchas, reivindicando o fim da corrupção, da onda de raptos e da guerra, são as mulheres a força mais dinâmica e visível.

Como se pôde constatar pela pesquisa realizada em Moçambique, o património cultural imaterial e material construído ao longo do território atesta a presença secular, a força das comunidades e permite perceber os sentimentos de pertença e de ressentimento que a História e a Memória potenciam em identidades imaginadas.

Bibliografia

Fontes orais

- Entrevistas a João Mendes, feitas por Mário de Andrade, em 1985, e por António Sopa, em 1991. AHM, História Oral.
- Entrevista a João Mendes, realizada pela autora em Maputo, em 1988.
- Entrevistas no Paquitequete (Pemba), em 2012.

Fontes primárias

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Documentação do Arquivo de Oliveira Salazar:

Impressões de diversas entidades estrangeiras sobre a situação em Moçambique, 1958-1964. In AOS/CO/UL-33, PT3.

Incidentes em Moçambique com os Macondes, 1960-1961. In AOS/CO/UL-32 A-1, PT2.

Informação sobre a situação política em Moçambique. Independência. Actividades externas e internas, 1960. In AOS/CO/UL-32, PT25.

Actividade da MANU, Mozambique African National Union, 1961. In AOS/CO/UL-32C, PT26.

Situação política em Moçambique. Actividade da UDENAMO, da MANU, da UNAMI, PPPM (Partido dos Problemas do Povo de Moçambique), 1959-1965. In AOS/CO/UL-9C, PT2.

Documentação do Arquivo da PIDE/DGS:

Proc. 326-SR/61, da MANU, 1961.

Proc. 2826-SC/SR, da FRELIMO.

Proc. 11 583, 1962, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Proc. 11 584, 1964, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Documentação do Arquivo dos SCCIM:

Caixa 14 - Documentos sobre associações.

Caixa 15 - Organizações políticas secretas.

Caixa 16 - Macondes.

Caixa 17 - Atitudes subversivas.

Caixa 22 - Motins, insurreições, levantamentos.

Caixa 373 - Associações.

Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo do Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos:

Governo-Geral de Moçambique, Repartição de Gabinete. Ofício nº548/S. Secreto. Lourenço Marques, 8 de Abril de 1972. Para o Chefe do Gabinete do Ministro do Ultramar. Anexo: Governo-Geral de Moçambique, Conselho Provincial de Acção Psicológica. Acta nº14/972. Reunião de 18FEV1972 (“Grupo de Trabalho sobre o Islamismo”). (AHU, SR:061, pt.2)

Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos. Informação s/nº. Lisboa, 12 de Dezembro de 1972. Elaborada por Ângelo Ferreira. Sobre a actividade do Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa relativamente ao Ultramar e especificamente a Moçambique (AHU, SR:163, pt.17C)

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil, Secção A “Administração”:

Proc. 27/567 – Comunidade Islâmica de Porto Amélia (1972), cx. 62.

Proc. 27/573 – Associação Muçulmana de Porto Amélia (1971-1973), cx. 61.

Proc. 27/524 – Comunidade Muçulmana de Porto Amélia (1970-1971), cx. 57.

Arquivo da FRELIMO

Departamento de Relações Exteriores (DRE), cx. 29 (Cairo);

Departamento de Informação e Propaganda (DIP); *A Voz da Revolução*

Fontes secundárias

AAVV, (1977). *Tortura na Colónia de Moçambique. 1963-1974. Depoimentos de Presos Políticos*. Porto: Afrontamento.

COELHO, João Paulo Borges, (1993). “Protected villages and communal villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A history of state resettlement policies. Development and war”. Bradford: University of Bradford. (Tese de doutoramento.)

CRUZ e SILVA, Teresa, (org.), (2014). *Zedequias Manganhela*. Maputo: Marimbique.

ISAACMAN, Allen, e ISAACMAN, Barbara, (1984). *Mozambique. From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview.

MADEIRA, João Martins, (1996). “Prisões Políticas”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. Lisboa: Bertrand Editora, pp. 800-801.

MALHEIROS, Mário, (1931). “Administration Publique et Justice”. In : *Moçambique*. Paris: Exposition Coloniale Internationale.

RUFINO, José dos Santos, (1929). *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, 10 vols. Hamburgo: Broschek & Co.

Webgrafia

A prisão da Machava

Fonte consultada a 07-07-16. In:

<http://ultimas-curiosidades.blogspot.pt/2013/04/machava-pior-prisao-do-estado-novo.html>

[Cadeia da Machava - Moçambique 1973 - YouTube](#)

▶ 19:34

<https://www.youtube.com/watch?v=eAyhOL6jzw0>

08/09/2015 - Carregado por Miguel Ferreira

A prisão de Mabalane

Fonte consultada a 18-07-16. In:

<http://www.verdade.co.mz>



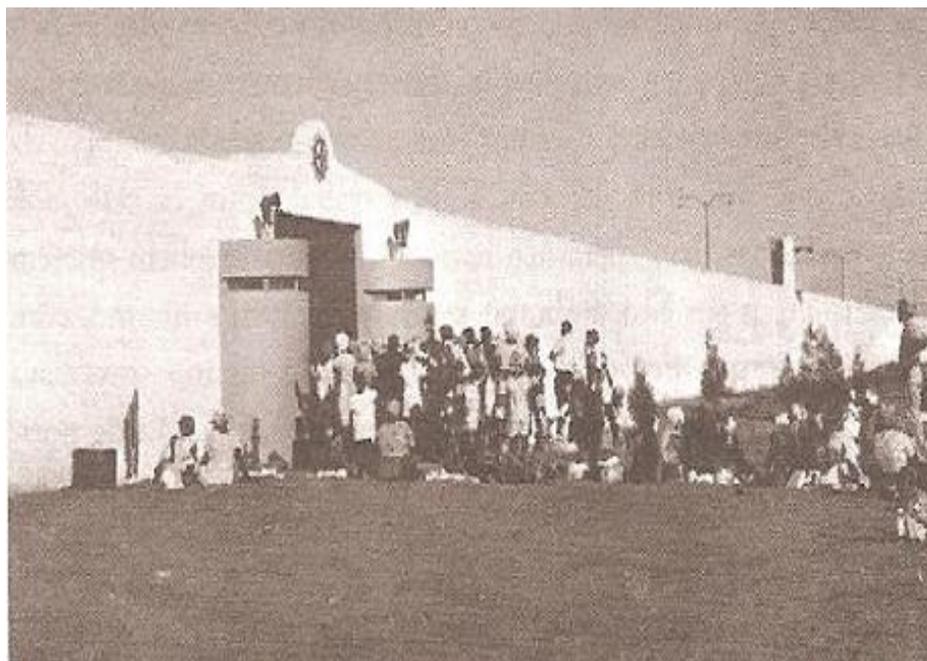
Gravura 1 – Uma Esquadra de Polícia em Maputo. In: Rufino, 1929, p. 25.



Gravura 2 – A Cadeia civil na Sommershild. In: Malheiros, Mário, 1931, pp.20-21.



Gravura 3 – A “Vila Algarve”. Cadeia da PIDE/DGS em Lourenço Marques. Fotografia da Coleção da Autora (2014)



Gravura 4 – A Cadeia da Machava. Fonte consultada a 07-07-16.

In: <http://ultimas-curiosidades.blogspot.pt/2013/04/machava-pior-prisao-do-estado-novo.html>



Gravura 5 – A Penitenciária Agrícola de Mabalane. In: *A Verdade*, 06-07-2012.



Gravura 6 – A Fortaleza de S. João Baptista. A Cadeia do Ibo. Fotografia da Coleção da Autora (2012)



Gravura 7 – Mesquita de Paquitequete (Pemba). Fotografia da Coleção da Autora (2012)



Gravura 8 – Entrevistados no Paquitequete. Fotografia da Coleção da Autora (2012)

Conceito de Vencimento no Espírito da Lei: Um Olhar Para a Função Pública em Moçambique

Delfim Francisco Vitorino Gatoma¹⁵⁸

RESUMO

Este trabalho aborda o conceito de vencimento, legal, com um olhar situacional laboral na Função Pública em Moçambique. O estudo tem como objecto discutir o conceito de vencimento por conta da dúvida da sua execução metódica, sendo que a diversidade da sua compreensão e interpretação, é uma realidade nos funcionários públicos. O aspecto está centrado na análise na perspectiva do princípio de justiça social visando ajudar a diminuição das desigualdades, sobretudo quando se trata de funcionários realizando o mesmo trabalho na mesma carga horária e sector com contrapartida salarial diferenciada. É um estudo que toma em conta as bases teóricas fundadas na racionalidade dos direitos humanos e liberdades económicas que visam promover o desenvolvimento económico e social das famílias e sociedade. O objectivo geral é analisar o conceito de vencimento e objectivo específico inferir se o vencimento é uma contrapartida do trabalho realizado pelo funcionário. A metodologia de abordagem é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, que consiste na exploração da literatura de autores e legislação de administração pública. Tecnicamente, o estudo se apoia no inquérito onde avaliamos com 20 perguntas. O trabalho privilegia o método indutivo. Esta parte da compreensão do geral a partir do particular. Os resultados foram avaliados não probabilisticamente e submetidos a confrontação com as hipóteses. As considerações finais satisfazem a expectativa acerca do objecto e problema. Pretendeu-se saber como reverter o conceito ou torná-lo exequível.

Palavras-Chave: Troca. Mercadoria. Proporção. Dinheiro. Força.

Introdução

Esta pesquisa tem como tema “CONCEITO DE VENCIMENTO NO ESPÍRITO DA LEI: UM OLHAR PARA A FUNÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE”. O estudo tem como objecto o conceito de vencimento estatuído, por conta das dúvidas quanto a sua aplicação ao trabalho

¹⁵⁸ Doutorando em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano e Mestre em Direitos Humanos, Desenvolvimento Económico e Boa Governação, pela Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade Técnica de Moçambique (UDM); Licenciado e Bacharel em História Política e Gestão Pública, pela Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica (UP); Frequentou a Licenciatura em Meteorologia, pelo Departamento de Física da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); Gestor Público; Técnico Superior de Orçamento e Contabilidade Pública. Cidade de Maputo-Moçambique. delfimgatoma@gmail.com

realizável. O aspecto que se discute está centrado na análise do princípio de justiça social visando ajudar a diminuição das desigualdades no sector, sobretudo quando se trata de funcionários realizando o mesmo trabalho, carga horária e contrapartida salarial diferenciada.

A justiça social implica, segundo Valier (2016, p. 18), “(...) em dar a cada um segundo os seus méritos. (...) cada um deve receber tanto quanto dá”. Assim ela é a “contrapartida” que visa harmonizar a sociedade de transacções de riqueza e rendimento se o objectivo for chegar à igualdade nas trocas de valores das mercadorias. Toda a troca é igualitária ou comensurável em valores, nela as coisas são comuns e demonstram o empreendimento de igual trabalho (Ibid., p. 19).

Para o estudo se considera que na Função Pública (FP), todas instituições do poder executivo que visam satisfazer a população com actividades e acções reguladas, garantindo o respeito dos seus direitos, incluindo o direito ao vencimento, segundo ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2017), a Lei nº 10/2017, de 01 de Agosto, Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 119, I Série, de 01 de Agosto, artigo 54, p. 37, diz que:

1. O vencimento constitui a retribuição a cada funcionário ou agente do Estado de acordo com a sua carreira, categoria ou função, como contrapartida do trabalho prestado ao Estado e consiste numa determinada quantia em dinheiro paga ao funcionário ou agente em dia e local certo.
2. Todos os funcionários e agentes do Estado em regime idêntico de prestação de serviço tem direito a receber vencimento igual por trabalho igual.

Ora, o Sistema de Gestão de Desempenho (SIGEDAP) foi aprovado pelo Decreto nº 55/2009 de 12 de Outubro, sendo um modelo de disciplina que se socorre à meritocracia para a materialização da melhoria dos serviços prestados aos cidadãos (MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA, 2009) e não articula com a “*folha de efectividade*”, a base de cálculo do vencimento, onde consta a relação nominal dos funcionários, com indicação do número de dias e horas de comparência e não comparência no local de trabalho. As faltas são susceptíveis à cortes do vencimento não pela essência da não realização de trabalho, mas ausência no local (CONSELHO DE MINISTROS, 2001, Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro, Normas de Funcionamento da Administração Pública, Boletim da República nº 41, I Série, de 15 de Outubro de 2001).

A acumulação de funções, o exercício simultâneo de dois cargos pelo funcionário é, ou assim se aproxima, à ideia de duplicação do trabalho realizado (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2017, Lei nº 10/2017, de 01 de Agosto, Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 119, I Série, de 01 de Agosto, artigo 27, p. 33). Todavia, ao seu vencimento é acrescido 25 % de acordo com o artigo 60 do referido EGFAE (Ibid., artigo 60, p. 38). Este acréscimo (acumulação de funções no trabalho exercido pelo funcionário) é contrário ao conceito de vencimento, porque havendo duplicação na prestação de serviço o funcionário não recebe o valor correspondente a essa duplicação, o seu o vencimento não remunera todo o trabalho prestado.

A licença de parto/gestação, previsto no nº 2 do artigo 75 do EGFAE (p. 39), decorre por 90 dias vencíveis sem prestação de serviço, conforme o artigo 50 do EGFAE (Idem, artigo 50, p. 37); é igualmente vencível o período de licença anual (férias) sem que haja prestação de serviços (Ibid., artigo 70, p. 39).

As dispensas e demais licenças não deixam de reportar faltas de fornecimento de trabalho; porém, habilitam a percepção de vencimento à margem do conceito (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2017, Lei nº 10/2017, de 1 de Agosto, Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 119, I Série, de 01 de Agosto de 2017, p. 39), se multiplicado por número de funcionários, horas e dias, é demasiado trabalho perdido e contos de dinheiro¹⁵⁹ desperdiçado. Assim, o nosso *problema* é: o vencimento do funcionário é contrapartida do trabalho realizado? Como *primeira hipótese*, julgamos que o vencimento em quantia de dinheiro pago ao funcionário não é contrapartida do trabalho realizado, sobretudo quando este acumula funções. A *segunda hipótese*, leva-nos a considerar que o vencimento em quantia de dinheiro pago ao funcionário é contrapartida do trabalho realizado por este. Inquieta-nos o facto de o vencimento não constituir uma contrapartida dos serviços prestados como preconiza a legislação desde 2009, a prevalência do conceito quando há funcionários em regimes similares, realizando trabalho igual e na carga horária igual, recebendo vencimento não igual por conta do escalão e carreira diferentes.

O objectivo geral é analisar o conceito de vencimento e objectivo específico inferir se o vencimento é uma contrapartida do trabalho do funcionário. A justificativa objectiva prende-se

¹⁵⁹ Meio de desenvolvimento de transações comerciais que exprime valor de troca, faz circular a mercadoria e obter lucro, segundo VALIER (2016, p. 17-18).

com a análise do pressuposto que o funcionário vence em função do trabalho prestado e aferir que a retribuição da quantia em dinheiro resulta da comparência com pontualidade e assiduidade no trabalho e não do volume dos serviços prestados, como também não identificamos onde a componente do trabalho prestado coexiste e progride com o vencimento.

Se o trabalho e a divisão do trabalho são factos sociais discutíveis nas ciências como a sociologia, economia, psicologia, antropologia, cultura e outras, nos preocupa estudar as formas de compensação desse trabalho porque se enquadram nas relações de trabalho entre o empregador e o empregado.

Neste trabalho elucidámos a inexistência de métodos que obrigam a comprovação aos gestores sobre os serviços prestados pelos funcionários afim de serem trocados com vencimento. Isto é, para sua remuneração é bastante a presença comprovada no local de trabalho e anualmente culmina com a prova de vida presencial. Grupos “minoritários” pela especificidade do trabalho realizado estão isentos da comprovação de presença (CONSELHO DE MINISTRO, 2001, Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro, Normas de Funcionamento da Administração Pública, Boletim da República nº 41, I Série, de 15 de Outubro de 2001, artigos 29, p. 4-5 e artigo 35, p. 6).

Assim, a justificativa subjectiva leva-nos a ter que incutir o interesse pela promoção de justiça social nas relações comerciais de trabalho, no quadro dos direitos humanos e liberdades económicas, da Constituição da República (2004) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

O conceito de vencimento é analisado teoricamente olhando a implementação e pelo que, não nos preocupa a qualidade nem quantidade do dinheiro pago ao funcionário, interessa ver a objectividade do conceito que quanto a nós ou não se adapta a situação da FP ou a FP não se adapta ao espírito do legislador. O estudo tem como baliza o ano de 2009, altura da primeira aprovação do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado por Lei pelo Parlamento (Lei nº 14/2009, de 17 de Março), aos dias de hoje (2021) que vigora.

A escolha da FP resulta da verificação do facto de não haver alternativas a si pela natureza dos serviços prestados aos cidadãos, poder público e perspectiva dos Direitos Humanos e estratégias de desenvolvimento global direccionadas à redução de conflitos de desigualdades de oportunidades. Ser prestigiante trabalhar na FP como a prestação de serviços é também um

prestígio que, segundo Nádél (1976, p. 31), não pode ser medido quantitativamente como se de riqueza tratasse. Também ao facto da FP não pautar pela administração interessada no rendimento máximo da capacidade humana, como se exige dos robôs e das máquinas, mas no rendimento óptimo, como refere Chiavenato (2004, p. 69).

A utilidade deste trabalho consiste em alertar à consciência das instituições, do funcionário e do legislador ao serviço da FP acerca da urgência e necessidade de proposta de revisão do conceito de vencimento, tendo em consideração o interesse da Administração Pública na redução de custos ao Orçamento do Estado e abdicar-se de anualmente decretar aumento salarial. O estudo pode despertar a atenção sobre eventuais lacunas e omissões nas normas vigentes.

Se a remuneração pelo trabalho é um direito dos cidadãos, a responsabilidade de promover e proteger esse direito é tarefa de todos e nada seria melhor que pesquisar na perspectiva de contribuir para se atingir esse objectivo, de tal modo que o conceito de vencimento se identifique como um processo racional de se alcançar o fim que a lei pretende.

Importa, pois, contribuir para auxiliar as autoridades e interessados a reflectir sobre este fenómeno, para aproximação da teoria à prática e promoção de justiça social no contexto da legalidade. A importância do entendimento deste conceito, pode melhorar o desempenho profissional dos funcionários.

Através deste estudo podemos partir para a reforma salarial, que eventualmente poderá reduzir a despesa pública, na medida em que a FP pagará o que for efectivamente prestado pelo funcionário. Se estivermos atentos, o regime de rotatividade nos sectores inseridos no contexto da pandemia da COVID-19 mostrou sinais da possibilidade de redução de custos para a FP; não apenas pelo número reduzido de pessoal como também a redução de consumo dentro do local de trabalho, o que permite a revisão dos planos e programas de actividades, horário e diário de trabalho. Por isso, esta pesquisa constitui um instrumento para propor mudança da condição económica e, por via disso, se poder melhorar socialmente a condição de vida do trabalhador, da sua família e dependentes.

Trabalho e Vencimento

Na actualidade prevalece o princípio de universalidade e igualdade. No caso moçambicano, os cidadãos gozam da igualdade de tratamento mesmo com as suas diferenças ou opções (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2004, Constituição da República de Moçambique, Boletim da República nº 51, I Série, de 22 de Dezembro de 2004, artigo 35).

O funcionamento da FP funda-se nos princípios de actuação e ao serviço dos interesses dos cidadãos, cuja prática inicia com o horário de trabalho e assinatura do livro de ponto para controlar a pontualidade e a assiduidade do funcionário, segundo as Normas de Funcionamento dos Serviços aprovadas pelo Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro. E *“Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completa, se possível, por todos os outros meios de protecção social”*, segundo BRANCO (2012, p. 53), constando do nº 3, artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo RIBEIRO (1981, p. 51-52), com a ascensão do direito social, por volta de 1848, o indivíduo deixou de ser estudado de forma abstracta, mas destinado a viver com seus semelhantes; daí a necessidade da igualdade entre os homens e ao invés da liberdade é instituído o estado social e colectivo, não particularizado.

Consta que o cidadão é livre de escolher a actividade a praticar, pois, é um direito e dever seu e ele não pode ser submetido ao trabalho forçado senão no regime penal (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2004, Constituição da República de Moçambique, Boletim da República nº 51, I Série, de 22 de Dezembro de 2004, artigo 84). A valorização do trabalho é um dos princípios fundamentais da economia nacional, cuja finalidade é satisfazer o bem-estar da população (Ibid., artigo 97), sendo a função da Administração Pública solucionar os problemas económicos responsáveis pelas desigualdades no seio da sociedade (Ibid., artigo 101).

As Nações Unidas estabelecem no nº 3 do artigo 23º da DUDH que a remuneração deve ser satisfatória ao trabalhador e à sua família, de tal sorte que se sintam dignificados e protegidos. Partilhando desta ideia, recordemos que a remuneração não se processa arbitrariamente; a legislação e outros autores consultados dão conta que o vencimento é uma contrapartida do

trabalho fornecido. Caberá ao sistema de fixação da remuneração equivaler essa contrapartida, respeitando o empenho do trabalhador para alcançar uma remuneração que satisfaça os níveis da dignidade humana e protecção para si, família e dependentes.

No contexto de justiça social, segundo ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2004, artigo 112), “1. O trabalho é a força motriz do desenvolvimento e é dignificado e protegido. 2. O Estado propugna a justa repartição dos rendimentos do trabalho. 3. O Estado defende que a trabalho igual deve corresponder salário igual”.

Para GIDDENS (2000, p. 307), as remunerações sempre estiveram abaixo da média para as necessidades básicas. Torna-se comum na FP encontrar salários abaixo da média, sem expectativa de progressão e, por conseguinte, muitos trabalhadores se adaptam à polivalência, realizando inúmeras tarefas porque só ganhando mais estabilizam as suas famílias (Ibid., p. 405).

A FP é maioritariamente formada de profissionais, gestores e administradores distribuídos segundo a dimensão e relevância atribuída aos sectores. Segundo GIDDENS (2000, p. 316), estes “(...) gozam de carreiras relativamente seguras e bem remuneradas, (...)”, sendo que o sistema económico é caracterizado pela divisão de trabalho o que torna as sociedades interdependentes umas das outras (GIDDENS, 2000, p. 404); em que o vencimento é dinheiro através do qual o funcionário depende para atingir as suas satisfações (Ibid., p. 372). Ainda segundo o mesmo, “Certos académicos constatarem duas classes de trabalhadores determinados por níveis de riqueza e pobreza, separados por dois pólos opostos, os que não sendo donos controlam os processos e a produção ou a sua falta e os gestores e administradores com salários vantajosos” (Ibid, p. 303); “... derivados das desigualdades sociais responsáveis pela emergência de ricos e pobres, os primeiros acumulando extensas propriedades e outros indissociados das remunerações” (Ibid, p. 401).

Subscrevemos a ideia de que, segundo SANTOS (2012, p. 24), “o trabalho é essencial para o homem, como também é essencial o vencimento que seja contrapartida do trabalho realizado para dignificar o funcionário”. Com a globalização económica, as gerações vindouras serão de trabalhadores polivalentes e flexíveis, capazes de aumentar a sua renda e, por via disso, a condição de vida na perspectiva económica (Ibid, p. 400). Pois, os clássicos da sociologia olham os factores económicos como responsáveis pelas desigualdades e estratificação social.

Com as reformas, no Sistema de Carreiras e Remuneração a diferenciação de vencimento visa atrair novo pessoal, melhorar e aumentar a prestação de serviços e obrigar os funcionários a alcançarem conhecimentos superiores. Todavia, não se coloca à mesa o trabalho e sua contrapartida (CONSELHO DE MINISTROS, 1998, Decreto nº 64/98, de 3 de Dezembro. Boletim da República nº 48, I Série, de 8 de Dezembro de 1998). O pressuposto é que o vencimento seria de acordo com a complexidade do trabalho e o pagamento seria igual pelo mesmo trabalho. Enquanto o Decreto nº 41/90, de 29 de Dezembro, estabelece que o vencimento deve ser uniforme e racionalizado (Ibid).

É nosso entendimento, que o Sistema de Gestão de Desempenho dos funcionários não traz a real produção do funcionário que traduza a contrapartida do vencimento, procura acompanhar o perfil dos dirigentes, técnicos e pessoal em geral nos diferentes sectores e incutir a mentalidade de responsabilização e prestação de contas pelas práticas e/ou omissões de acções públicas, na perspectiva de servir melhor o cidadão (MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA, 2009). Não temos como admitir que a avaliação se confronta com o trabalho prestado e/ou com o que se paga, pois, não decorre em sede e presença de pelo menos um dos dois elementos. Veja-se, o trabalho e o vencimento são mensais e a avaliação do funcionário é trimestral, a posterior; mesmo assim não se verifica a intersecção destes factos sociais cientificamente válidos ou discutíveis.

Assumimos como CHIAVENATO (2004, p. 55), a necessidade da administração seleccionar os empregados com base em critérios científicos e pô-los a trabalhar em condições aceitáveis que permitam o cumprimento integral dos compromissos; criar e manter um ambiente saudável e cooperativo com os trabalhadores que produzem resultados, salvaguardando essa imagem emotiva e por que não pagar salários melhores aos que produzem com menores desperdícios e eliminar os métodos empíricos ineficientes para não deitar abaixo os esforços dos trabalhadores?

O princípio da contrapartida é o fundamento da economia que pressupõe o direito à vida ser relativo à obrigação de trabalhar no correspondente ao direito de vencer, dado que todo o processo de troca é constituído de permuta de equivalentes. As pessoas envolvidas não devem sentir-se lesadas para não desistirem do negócio, é uma questão de moralidade que deve deixar as pessoas felizes (BRANCO, 2012, p. 61). No entanto, nas trocas que envolvem rendimento ou quantidade

de trabalho “(...) o valor do rendimento deverá, então, ser equivalente ao valor que se atribui ao tempo gasto em trabalhar, (...)”, segundo BRANCO (2012, p. 62).

As primeiras formas de disputa do trabalho não estavam relacionadas com o emprego, mas com as barreiras que os empregadores colocavam para o seu acesso, era a impossibilidade devido a competitividade e não da sua indisponibilidade para todos, apesar das reivindicações não diferenciarem as causas entre as oportunidades e o próprio exercício do trabalho, pois o trabalho tem duas dimensões, científica e moral. A primeira se relaciona com fenómenos económicos que se justificam com as trocas comerciais enquanto a segunda tem a ver com a satisfação das necessidades humanas do indivíduo e co-sente algum sacrifício. Economicamente pressupõe obter dinheiro e moralmente ter o trabalho realizável.

O direito à vida obriga à realização do trabalho, como afirma BOBBIO (1992, p. 80) citado por BRANCO (2012, p. 60), “*Do mesmo modo que não há filhos sem pai, não há direito sem obrigação e vice-versa*”, ou se há uma obrigatoriedade da criança frequentar à escola, nada lhe poderá recusar de ir à escola. “*Atente-se ao facto de que este direito ao trabalho não significa o direito a um emprego específico, numa empresa em particular. Ninguém poderá escudar-se, de facto, no direito ao trabalho para exigir a alguém em concreto que lhe proporcione um dado emprego*”, segundo BRANCO (2012, p. 60). Depois que o indivíduo lhe é concedido o emprego para trabalhar restar-lhe-ão os direitos no trabalho (Ibid., p. 55). Hoje em dia, nas sociedades modernas tem-se constatado que:

O trabalho é, na verdade, uma necessidade natural e essencial do ser humano, sem a qual ele não existiria. Diferentemente dos outros animais que se adaptam passivamente ao meio ambiente, o ser humano atua sobre ele de forma ativa, obtendo os bens materiais necessários para sua sobrevivência e existência. É pelo trabalho que o ser humano se humaniza e também humaniza a natureza. O trabalho criou condições para o ser humano ir além de seu caráter de natureza, isto é, possibilitou que ele se emancipasse da natureza. Ele não deixa de ser um animal, de pertencer à natureza, mas não mais de forma tão determinada como os outros (SANTOS, 2012, p. 24).

Em psicossociologia das organizações existe a motivação no trabalho responsável pela satisfação das necessidades que constituem fontes de energias que justificam os comportamentos dos

indivíduos e quando satisfeitas deixam de criar desconforto e eliminam o comportamento emotivo (CAETANO, FERREIRA e NEVES, 2011, p. 295-296).

O direito ao trabalho previsto no artigo 23 da Declaração Universal se consubstancia com a liberdade de escolha de profissão, condições favoráveis para o seu exercício e defesa pela manutenção do emprego (HANLON & SMART, 2014, p. 60). O trabalho como factor da economia exige força física e mental para a produção de bens e serviços remuneráveis (GIDDENS, 2000, p. 404) e segundo NAÇÕES UNIDAS (1948) o direito deve se consubstanciar com o trabalho real e proporcional ao vencimento. (Ibid., p. 401).

O trabalho como mercadoria no sistema de produção

A força exercida pelo trabalhador equipara-se a mercadoria, por ocupar espaço no mercado capitalista: “*como o próprio trabalhador é mercadoria no espaço do emprego, aí liberta a sua força com valor de troca, vendendo-a ao prazer e arbítrio do comprador*” (SANTOS, 2012, p. 25). Segundo SANTOS (2012, p. 26) a sua força é mercadoria a semelhança do açúcar, o primeiro medido com relógio e outro com a balança, o primeiro desgasta-se com as horas e o outro com os dias de consumo.

Segundo CHIAVENATO (2004, p. 45), os sistemas de produção são historicamente determinados por transição e sucessão, obedecendo um processo evolutivo. O trabalho e a produção se relacionam como as suas histórias.

O modo como as relações humanas se desenvolvem e progridem levam à transformação da humanidade e da natureza. Nessa perspectiva identificámos 5 principais sistemas de produção: primitivismo, escravismo, feudalismo, capitalismo ou imperialismo e comunismo ou socialismo (Ibid., p. 27-32).

Segundo o mesmo o *primitivismo* era caracterizado por um trabalho colectivo de luta pela sobrevivência buscando alimentação, abrigo e protecção contra animais ferozes; o *escravismo* foi o sistema de negócio de escravos ou pessoas negras saídas de África para plantações nas Américas como propriedades dos patrões para quem trabalhavam arduamente a meio de torturas por infracções, vendidos, trocados e emprestados. Apesar da sua condição, eram reconhecidos pelo seu valor mercatório; o *feudalismo* ou *servidão* foi a primeira demonstração de organização social,

económica e política da força de trabalho que servira gratuitamente aos senhores feudais, donos das terras. Os trabalhadores já não podiam ser escravos e tinham o mínimo de liberdades sem faltar o dever de obediência (Ibid, p. 29-30); o *capitalismo* é a divisão do trabalho, seus meios e factores de produção, responsável pela emergência das classes dos patrões, donos dos meios e factores e a classe dos trabalhadores, donos da força da mão-de-obra classificada de mercadoria, todavia, remunerável de forma injusta com objectivo de permitir ao patronato a acumulação de lucros; por fim, o sistema de produção *comunista* ou *socialista*, sem classes sociais, tanto os meios, factores de produção e as infraestruturas pertencem aos trabalhadores, o trabalho e os lucros são distribuídos proporcionalmente pelos membros (Ibid., p. 27-33).

Hannah ARENDT identifica no humano a dupla acepção de palavra. A acção da vida pública na arena política e acção da vida privada no trabalho, relacionadas com a satisfação da condição pessoal e da família, que se desenvolvem contínua e repetitivamente acopladas à condição humana, produção de bens ou serviços para o consumo e comércio (QUEIROZ, 2001, p. 142-143).

O regime de trabalho é responsável pela determinação da mais-valia, a quantidade do trabalho empreendido na produção é resultante da força exigida para a satisfação do trabalhador; este trabalha na expectativa dum vencimento suficiente para a sua subsistência. Diz CHIAVENATO (2004, p. 37): “(...) *se ele trabalhar além de um determinado número de horas, estará produzindo não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho (que lhe é pago na forma de salário pelo capitalista), mas também um valor a mais, isto é, um valor excedente sem contrapartida, denominado mais-valia.*”

Acreditámos que o direito ao trabalho é inseparável do dever de trabalho, salvo por incapacidade, invalidez, doença comum ou profissional (ASSEMBLEIA NACIONAL, 2015, Lei nº 7/15 de 15 de Junho, Lei Geral de Trabalho, Diário da República, nº 87, I Série, de 15 de Junho).

Partimos da ideia de que trabalhar é realizar actividade com a finalidade de sustentar a vida em virtude da sua existência ser um dever humano que necessita das coisas para a subsistência (BRANCO, 2012, p. 56-57). Com a teoria de valor-trabalho, Smith e Ricardo, citados por VALIER (2016, p. 43), defendem ser do trabalho que se obtém o salário para as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, seja pelo “*salário natural*” ou “*salário do mercado*”;

particularmente, este segundo incorpora o valor indispensável para gerar resultados, flutua da procura e oferta, e se relaciona com trabalhadores considerados produtores de bens.

A contrapartida, segundo CAETANO, FERREIRA E NEVES (2011, p. 317-318), pressupõe uma combinação da atitude do empregado e satisfação pelo empregador e isso ocorre no local do trabalho. É comum o entendimento de que os empregados “*são essencialmente instrumentos passivos, capazes de executar o trabalho e receber ordens, mas sem poder de iniciativa e sem exercerem influência provida de qualquer significado*” (CHIAVENATO, 2004, p. 68). Porém, os salários e outros abonos são fontes de motivação denominado *modelo do homem económico* (Ibid).

O vencimento é vector da riqueza. Taylor notava enquanto a empresa lutava por melhor eficiência para mais lucros, que os trabalhadores se importavam por maior produção para altos salários (CHIAVENATO, 2004, p. 61). Até no primitivismo sem trocas comerciais não eram admissíveis pessoas satisfazerem necessidades sem alguma contrapartida. É de lógica, a contrapartida condicionar o trabalho realizado (MAUSS, 1983 *apud* BRANCO, 2012, p. 60).

Os resultados de uma pesquisa que realizamos mostram que dos 117 informantes, correspondentes a não menos de $\frac{1}{8}$ (um oitavo) ou de 12,5 % dos 870 funcionários do Ministério da Economia e Finanças em 2019, em Moçambique, que responderam a 20 perguntas de avaliação, permitem-nos afirmar o seguinte:

- a) 70,9 % rejeita que auferir vencimento de acordo com os serviços prestados, contra 17,1 % afirmativo e 12,0 % sem nenhuma opção.
- b) 80,3 % rejeita que funcionários prestando serviços similares recebem vencimento igual, 15,4 % afirmativo e 4,3 % sem opção.
- c) 59,0 % não concorda que o vencimento é contrapartida do trabalho realizado, 40,2 % afirmativo e 0,9 % sem opção.
- d) 58,1 % nega a possibilidade de o funcionário ser pago vencimento sem ter assinado livro de ponto quando devia, 35,0 % afirmativo e 6,8 % sem opção.
- e) 46,2 % nega que o corte de vencimento depende da falta de prestação de serviços pelo funcionário, 49,6 % afirmativo e 4,3 % sem opção.
- f) 82,1 % afirma que o corte de vencimento depende do número de falta ao local de trabalho e não da falta de prestação de serviços, 12,8 % negativo e 5,1 % sem opção.

- g) 49,6 % rejeita que o conceito de vencimento na função pública procede, 40,2 % afirmativo e 10,3 % sem opção.
- h) 64,1 % rejeita que funcionários em regime idêntico de prestação de serviço recebem vencimento igual, 29,9 % afirmativo e 6,0 % sem opção.
- i) 61,5 % rejeita que o Sistema de Gestão de Desempenho da Administração Pública sobre o trabalho do funcionário tem impacto no pagamento de vencimento, 29,1 % afirmativo e 9,4 % sem opção.

Se do trabalho extraordinário o funcionário é pago por horas e dias realizados e o registo de atraso na folha de efectividades serve para o corte de vencimento, então essa é uma demonstração que o conceito de vencimento não é exequível. Nestas situações não há contrapartida do trabalho feito, mas é das horas e dias que se permanece no local de trabalho, não pela própria prestação de serviços.

Nem sempre funcionários realizando trabalho idêntico são pagos vencimento igual, devido às diferenças de categorias ou cargos ocupados que são a chave para a verificação dos quantitativos dos vencimentos. E porque são conhecidos antes dos serviços, nos parece uma situação inversa, em que o vencimento aparece a determinar o trabalho e a assinatura do livro de ponto pelo funcionário parecer complementar o processo, enquanto, na verdade, o vencimento é proporcional às horas e dias assinados.

A Gestão de Desempenho na FP visa controlar o comportamento e atitude do funcionário, em nada contabiliza do trabalho e do vencimento. Limita-se a colocar desafios e compromissos sob pena de incorrer na responsabilização pelo incumprimento. Veja-se que a avaliação do desempenho é trimestral e de curto prazo, enquanto o trabalho vs vencimento é mensal e imediato.

Para uma parte da elite de direcção, chefia, confiança e profissionais que pela natureza do trabalho estão isentos de assinatura do livro de ponto, como do horário de entrada vs saída, ou outro modo de controlo de presença, é quase impossível apurar o volume do seu trabalho, e por conta desse regime a comparência e seu trabalho são matematicamente omissos a olharmos para o conceito. E por aquilo que se observa e pela experiência dos inquiridos é possível vencer sem serviços. Honestamente dito, o problema é resolvido com recurso à atitude e satisfação no trabalho.

Os serviços e o vencimento são indissociáveis como o são a atitude e a satisfação. Segundo CAETANO, FERREIRA E NEVES (2011, p. 321), *“as atitudes procuram servir um propósito de utilidade. (...) são parte de um estado psicológico individual, e desenvolvem-se e mudam de acordo com as necessidades da pessoa”*. A satisfação no trabalho pode ser emocional, sentimental ou respostas afectivas (LOCKE, 1976; CRITES, 1969; MUELLER e McCLOSKEY, 1990; MUCHINSKY, 1993; NEWSTRON e DAVIS, 1993 como citado em CAETANO, FERREIRA e NEVES, 2011, p. 326-327); para outros, a satisfação é uma atitude generalizada ou global que advém do trabalho e pode ser emocional ou afectivo (BEER, 1964; SALANCIK e PFEFFER, 1977, HARPAZ, 1983; PEIRÓ, 1986; GRIFFIN e BATEMAN, 1986 e ARNOLD, ROBERTSON e COOPER, 1991 apud CAETANO, FERREIRA e NEVES, 2011, p. 327-328).

Não é necessariamente um elevado salário que satisfaz o trabalhador, *“mas antes a justiça percebida relativamente à sua distribuição pelos colaboradores”*, segundo Spector (1997a) citado por CAETANO, FERREIRA E NEVES (2011, p. 326-327). A satisfação pode resultar da experiência acumulada pelo trabalhador, incluindo o que aprende a produzir no momento (CAETANO, FERREIRA e NEVES, 2011, p. 329).

A ser verdade que o vencimento é uma contrapartida do trabalho realizado, não haveria lugar para pagamento de retroactivos quando decretado o aumento de salário, mudança de carreira, progressão e provimento quando pelos serviços prestados o funcionário já fora pago oportunamente com o argumento da contrapartida. A cada pagamento de retroactivo de vencimento caberia uma prestação de serviço retroactiva. É mais uma prova da inexequibilidade do conceito. Veja-se, por exemplo, o conceito segundo o qual *“Vencimento é a retribuição mensal paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão e vantagens incorporadas para todos os efeitos legais”*, segundo PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1979 - Lei nº 8.989, de 29 de Outubro de 1979, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, Título IV, Capítulo II, Artigo 91, p. 18); ou ainda, *“Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao servidor, com frequência, pelo efetivo exercício de cargo público, correspondente ao padrão fixado em lei”*, segundo SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (GO) (2008 – Lei nº 1360/2008, de 1º de Fevereiro de 2008, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mineiros, Título IV, Capítulo I, Artigo 45, p. 20); mais ainda, o de que *“É vencimento a remuneração correspondente ao exercício de uma função pública, quaisquer que*

sejam as formas de cálculo ou pagamento ou a origem dos respectivos fundos”, segundo MINISTÉRIO DO ULTRAMAR - GABINETE DO MINISTRO (Diário do Governo nº 99/1966, 1º Suplemento, Série I, de 27 de Abril de 1966, Decreto nº 46982, Estatuto de Funcionalismo Ultramarino, artigo 148º, 2º paragrafo, p. 75).

Considerações Finais

Terminada a discussão do conceito se o vencimento na função pública é uma contrapartida do trabalho realizado, concluímos na generalidade que não existe uma base de dados dos serviços prestados à Administração Pública para efeitos de processamento e pagamento. Se pretendêssemos saber a dimensão dos serviços prestados por determinado funcionário no fim de cada 30 dias, não saberíamos, mas podemos em relação ao vencimento saber o que se pagou ao funcionário. O que se sabe são os dias que o funcionário comparece no local de trabalho e constitui a fonte de cálculo e pagamento do vencimento.

Exemplificámos a acumulação de cargos, período de gestação, licença anual e agora as dispensas do local de trabalho por rotatividade, das medidas de prevenção da pandemia da Coronavírus 2019 (COVID 19) que contrastam o conceito de vencimento, são evidências que na FP vencimento não constitui contrapartida de serviços. A julgar pelo conceito, não nos reservámos a admitir que a contrapartida, de vista do significado da palavra e do espírito da lei, não procede na FP. Daí associar-se a gíria popular *“finge que trabalha vs finge que paga”*.

Funcionários ausentes do local de trabalho com assinatura no livro de ponto; outros com assinaturas, presentes e sem prestação de serviços, juntamente com aqueles com assinaturas, presentes e a prestarem serviços; todos recebem vencimento em circunstâncias desiguais. Em qual dos três grupos situa-se a retribuição de dinheiro contrapartido do trabalho? Nenhum! Não encontramos evidências.

O estudo permite-nos constatar que o funcionário público no activo difere do colega aposentado no facto do primeiro precisar de comprovar a sua presença para percepção do vencimento enquanto o segundo não. E o que lhes faz iguais é que ninguém já revelou o trabalho produzido para efeitos de pagamento de vencimento. Todavia, da exploração da literatura, do que se observa e dos inquiridos, concluímos que a primeira hipótese é a solução do problema: *“o vencimento em quantia*

de dinheiro pago ao funcionário não é contrapartida do trabalho realizado”, é contrapartida da assinatura do livro de ponto, regra geral.

É frequente funcionários realizarem igual trabalho, horas e dias, com vencimento diferenciado. Outros com diferente trabalho, iguais horas e dias, mas quantitativo de vencimento igual. Isso deve-se a posição ocupada no Escalão e Carreira Profissional. No conceito de vencimento não são mencionados os descontos obrigatórios de aposentação, assistência médica, funerária, Imposto sobre Rendimento de Pessoa Singular (IRPS) retidos na fonte de pagamento, quando realmente constituem parte do trabalho realizado; sendo que a contrapartida não chega ao funcionário, para o qual a melhoria de vida deriva do desempenho, fulcral para salários; como a vivência na maioria dos sectores da Administração Científica; sem que isso se verifique, nenhuma outra forma de recompensa será justa. Este critério isenta a Administração de anualmente decretar aumentos de salários. Cada funcionário torna-se responsável do seu aumento como consequência do aumento do desempenho pessoal.

O vencimento pago sem contrapartida do trabalho realizado é desperdício de fundos, como o funcionário desperdiça forças não recompensadas quando o vencimento não corresponde ao realizado. A pontualidade e assiduidade sem desempenho não contribuem para as necessidades do funcionário, porque não o dinamiza, mas torna-o estático e a expectativa de melhoria de vida se confunde na boleia dos aumentos sistemáticos da tabela salarial e das movimentações nas carreiras remuneratórias.

O vencimento é muito mais que a contrapartida por ultrapassar a dimensão de trabalho real, como vimos, circunstâncias de pagamentos sem qualquer prestação; não é de lei, mas da prática do livro de ponto decretado. Como haver contrapartida quando o funcionário conhece antecipadamente a quantia do dinheiro que lhe foi, é e será retribuído, ainda despreocupado de comprovar o que devia, deve e deverá fornecer em serviços.

O preconizado no nº 3 artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é justificado a partir do princípio de compensação que busca equilíbrio social e concorrer para a redução da pobreza com a eliminação de focos de conflitos por desigualdades entre famílias trabalhando na mesma sociedade.

A Administração Pública não paga bem, é melhor pagador. A julgar pelo preço praticado que não concorre com outros sectores da sociedade, não paga bem. A julgar pelo rigor na cobrança de serviços para efeitos de pagamentos, é melhor pagador. Está-se na situação do funcionário que cobra sem avaliar quantitativa e qualitativamente o seu trabalho e uma Administração Pública que não coloca em causa essas faltas ou deficiências de serviços por não julgar legal descredibilizar-se dos seus servidores.

Os aumentos salariais decretados anualmente pelo Conselho de Ministros, desde 2009 até aos dias de hoje, fundam-se na necessidade de reajustamento do vencimento para equilibrar com o custo de vida que se eleva com os preços de bens e serviços nos mercados, internacional e nacional, mas não necessariamente para equilibrar o aumento do trabalho do funcionário nem o motivar nessa vertente; que seria ideal e desejável. Geralmente, esses reajustes são cobertos por recursos financeiros extras, adicionados ao Orçamento do Estado quando devia provir da contrapartida da receita do trabalho do funcionário, das vendas ou por redução das taxas e impostos sobre a folha de vencimento e sempre daria no aumento do líquido a receber.

Notar que o facto do funcionário aumentar ou diminuir o volume da prestação de serviço não influencia sobre as contas de quanto deve ou não deve vencer, pois, o processamento e pagamento do vencimento dependem da comparência e da sua falta no emprego, local onde o funcionário vende a sua força. Logo, não ocorre alguma contrapartida entre o trabalho e o vencimento.

Na economia, todo o pagamento recai sobre uma quantidade e/ou qualidade de bens ou serviços com valor comercial e trocável, mesmo nas situações que não se desejam lucros. E do estudo concluímos que o conceito de vencimento ora estatuído é um discurso não alcançado que se transmite por via da política pública, distante do legislador.

Bibliografia

ABBAS, Máriam; BRUNA, Natacha e MOSCA, João. (2013). Economia de Moçambique 2001-2010: Um mix de populismo económico e mercado selvagem. Escolar Editora; Maputo-Moçambique.

ASSEMBLEIA NACIONAL. (2015). Lei nº 7/15 de 15 de Junho, Lei Geral de Trabalho, Diário da República, nº 87, I Série, de 15 de Junho.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. (2017). Lei nº 10/2017, de 1 de Agosto, Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 119, I Série, de 1 de Agosto de 2017.

_____. (2012). Lei nº 7/2012, de 8 de Fevereiro, Princípios e normas gerais da organização e funcionamento da Administração Pública.

_____. (2011). Lei nº 14/2011, de 10 de Agosto, Formação da vontade da Administração Pública e normas de defesa dos direitos e interesses dos particulares.

_____. (2009). Decreto nº 62/2009, de 8 de Setembro, Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 35, I Série, de 8 de Setembro de 2009.

_____. (2009). Lei nº 14/2009, de 17 de Março, Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 10, I Série, de 17 de Março de 2009.

_____. (2007). Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto, Lei do Trabalho, Boletim da República nº 31, I Série, de 1 de Agosto de 2007.

_____. (2004). Constituição da República de Moçambique (CRM), Boletim da República nº 51, I Série, de 22 de Dezembro de 2004.

BRANCO, Manuel Couret. (2012). Economia Política dos Direitos Humanos, Os direitos humanos na era dos mercados. Edições Sílabo; Lisboa.

CAETANO, António; FERREIRA, J. M. Carvalho e NEVES, José. (2011). Manual de psicossociologia das Organizações. Editora Escolar; Lisboa.

CHIAVENATO, Idalberto. (2004). Introdução à Teoria Geral de Administração. 7ª Edição; Editora Campus; São Paulo.

CONSELHO DE MINISTROS. (2018). Decreto nº 5/2018, de 26 de Fevereiro, Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, Boletim da República nº 40, I Série, de 26 de Fevereiro de 2018.

_____. (2001). Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro, Normas de Funcionamento da Administração Pública, Boletim da República nº 41, I Série, de 15 de Outubro de 2001.

_____. (1998). Decreto nº 64/98, de 3 de Dezembro, Princípios e regras de organização e estruturação do Sistema de Carreiras e Remuneração aplicável aos funcionários do Estado. Boletim da República nº 48, 2º Suplemento, I Série, de 8 de Dezembro de 1998.

GIDDENS, Anthony. (2000), Sociologia. (2ª Edição), tradução Maria Alexandra Figueiredo, Catarina Lorja da Silva e Vasco Gil, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

HANLON, Joseph & SMART, Teresa. (2014). Galinhas e Cerveja: Uma receita para o crescimento. Kupicua, Livros e Multimédia, Lda, Maputo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÓMICA APLICADA. (2014). Estratégias de desenvolvimento de pessoas. Brasília-Brasil.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. 2019. Boletim Informativo – Recursos Humanos 2019; Direcção de Coordenação Institucional e Imagem; Maputo

MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA. 2009. Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP), aprovado pelo Decreto nº 55/2009, de 12 de Outubro, Maputo-Moçambique.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR-GABINETE DO MINISTRO. (1966). Diário do Governo nº 99/1966, 1º Suplemento, Série I, de 27 de Abril de 1966, Decreto nº 46982, Estatuto de Funcionalismo Ultramarino.

NAÇÕES UNIDAS. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de Dezembro de 1948, Nova Iorque.

NÁDEL, S. (1976). O capitalismo contemporâneo e os intelectuais. Tradução de Franco de Sousa e Maqueta de Acácio Santos. Cadernos Seara Nova Cadernos S.A.R.L., Lisboa-Portugal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. (1979). Lei nº 8.989, de 29 de Outubro de 1979, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo - Brasil.

QUEIROZ, Carla Ferreira Lopes da Silva. (2011), Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Estudos Procuradoria Geral do Estado, Revista de Direito PGE-GO, Brasil.

RIBEIRO, Vinício A. P. (1981). O Estado de direito e o princípio da legalidade da Administração. 2ª Edição, Coimbra Editora Lda; Lisboa-Portugal.

SANTOS, Luciano dos. (2012). Sociologia do trabalho. Rede e-Tec; Inhumas-Brasil.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (GO). (2008). Lei nº 1360/2008, de 1 de Fevereiro de 2008, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mineiros - Brasil.

VALIER, Jacques. (2016). Breve história do pensamento económico de Aristóteles aos nossos dias. Tradução de Pedro Elói Duarte. Edições Texto & Grafia; Lisboa-Portugal.

Os desafios das Políticas Públicas Educacionais em Moçambique na inovação do currículo do ensino secundário geral: Uma reflexão sobre a Integração de Conteúdos de Interesse Local

Arcanjo Tinara Nharucué¹⁶⁰

RESUMO

O presente artigo intitulado “Os desafios das Políticas Públicas Educacionais em Moçambique na inovação do currículo do ensino secundário geral: Uma reflexão sobre a Integração de Conteúdos de Interesse Local” objectiva analisar a aplicabilidade da integração de conteúdos de interesse local no ensino secundário geral em Moçambique. A nossa problemática urge em questionar: de que maneira os professores põem em prática a política pública educacional de integração dos conteúdos de interesse local nas comunidades? A nossa metodologia baseou-se na análise documental como técnica, onde através de várias obras e artigos científicos constatamos que os professores não põem em prática a integração dos conteúdos de interesse local nas comunidades, visto que os mesmos desconhecem a realidade sociocultural do nosso país, aliado a formação deficiente dos mesmos. Apuramos de igual modo que a integração destes conteúdos de interesse local nas escolas e comunidades poderia ser uma forma alternativa de envolver a comunidade e os alunos na resolução dos problemas sociais e gestão de pequenos projectos locais, validando deste modo os seus conhecimentos e contribuindo para o seu desenvolvimento. E a educação representada nas políticas públicas educacionais de integração de conteúdos locais precisa de atenção, tanto com relação à profissionalização e a valorização docente, como no processo formativo que está sendo promovido.

Palavras-Chave: Políticas públicas educacionais. Inovação no ensino. Integração. Interesse local.

Abstract

This article aims to analyze the applicability of the integration of content of local interest in general secondary education in Mozambique. This article entitled "The Challenges of Public Educational Policies in Mozambique in the innovation of general secondary education curriculum: A reflection on the Integration of Local Interest Contents". Our problem is urgent to question: how do teachers put into practice public educational policy of integration of content of local interest in communities? Our methodology was based on documentary analysis as a technique, where through various works and scientific articles, we verified that teachers do not put into practice the content of local interest in the communities since they are unaware of the socio-cultural reality of our country allied to Training. We also find that integrating these content of local interest in schools and communities could be an alternative way to involve the community and students in solving social problems and managing small local projects, thereby validating their knowledge and

¹⁶⁰ Licenciado em Sociologia, Mestrado em Educação e Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade
anharucue@gmail.com

contributing for its development. And, the education represented in the public educational policies of integration of local contents needs attention, both with respect to the professionalization and the teaching valorization, as well as in the formative process that is being promoted.

Keywords: Public educational policies. Innovation in teaching. Integration. Local interest.

Introdução

O presente artigo intitulado “Os desafios das Políticas Públicas Educacionais em Moçambique na inovação do currículo do ensino secundário geral: Uma reflexão sobre a Integração de Conteúdos de Interesse Local” tem como objectivo geral analisar a aplicabilidade da integração de conteúdos de interesse local no ensino secundário geral em Moçambique. Constituem objectivos específicos interpretar as abordagens de envolvimento da integração dos conteúdos de interesse local e identificar os intervenientes na construção e integração dos conteúdos de interesse local.

A inovação da Integração de Conteúdos de Interesse Local no ensino secundário geral é uma das componentes do Currículo Nacional que preconiza que o aluno deve adquirir conhecimentos a partir da realidade em que se encontra inserido, que são orientados através de hábitos e costumes locais. Neste contexto o professor é orientado a desenvolver os conteúdos programáticos tendo em conta a vida das comunidades locais. É neste contexto que surge a nossa problemática em jeito de pergunta: De que maneira os professores põem em prática a integração dos conteúdos de interesse local nas comunidades?

A nossa hipótese é que a realidade sociocultural do nosso país, aliada a formação deficiente dos professores no contexto da diversidade cultural e do carácter multiétnico da sociedade moçambicana, faz com que os mesmos tenham dificuldades na prática da integração dos conteúdos de interesse local nas comunidades.

Em termos metodológicos, para a elaboração desta reflexão nos cingimos a análise documental como técnica. Portanto, a relevância do uso de documentos numa pesquisa resulta de os documentos não deverem ser considerados simplesmente fonte de informação, mas também recursos e produtos sociais que pela sua análise possibilitam a compreensão de um conjunto, por vezes com substancial complexidade e abrangência, de fenómenos internacionais e interpretativos que estão por de trás da sua produção.

Fazem parte das obras consultadas para a realização deste artigo as seguintes: FREIRE (1972); MONDLANE (1995); MAZULA (1995); GÓMEZ (1999); CASTIANO *et al* (2005); PILETTI (2004); NÉRICI (1989); ROSÁRIO (1989); o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) e o Plano Estratégico da Educação 2012-2016 (PEE).

Contextualização

O Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (2008-2015), designado por PCESG, tem como objectivo, por um lado, garantir a continuidade do processo da transformação curricular do Ensino Básico e, por outro, assegurar uma melhor transição do Ensino Secundário Geral para o Superior ou para o sector laboral.

O principal desafio deste currículo é formar cidadãos capazes de lidar com padrões de trabalho em mudança, de adaptar-se a uma economia baseada no conhecimento e em novas tecnologias, contribuindo assim para o reforço das conquistas alcançadas nos campos político, económico e social e para a redução da pobreza na família, na comunidade e no país.

Entretanto, o PCESG resulta de um processo de consulta a diferentes intervenientes do processo educativo que envolve organizações sociais e profissionais, líderes comunitários, académicos, alunos, professores e técnicos da educação. A construção deste documento considerou as pesquisas, relatórios, contribuições, princípios e resoluções publicados em vários documentos produzidos pelo MEC, Instituições de Ensino Superior e de organizações nacionais e internacionais.

Considerando o carácter flexível do currículo, a sua implementação deve considerar aspectos de interesse local de maneira a responder às necessidades das comunidades. A estratégia de abordagem de conteúdos de interesse locais, neste nível poderá ser através da valorização de experiências locais no processo de ensino-aprendizagem, articulando os conteúdos propostos nos programas de ensino com a realidade local.

Portanto, esta abordagem corresponde a uma parte do currículo nacional com um total do tempo previsto de 20% para cada disciplina, constituída por conteúdos locais mais relevantes. Com essa componente, pretende-se que o aluno seja dotado de conhecimentos que lhe permitam melhorar a sua vida e a vida dos seus familiares, resolvendo problemas básicos de saúde, alimentação,

habitação na sua comunidade (INDE/MINED, 2003). O ensino secundário geral é dividido em dois ciclos: o primeiro compreende da 8^a à 10^a classe. Depois de completado este nível de ensino, o aluno pode continuar os seus estudos no segundo ciclo (11^a e 12^a classes), que antecede a entrada no ensino superior.

Alternativamente, o aluno que completou a 10^a classe pode ingressar no ensino técnico-profissional, nível médio, incluindo os Institutos de Formação dos Professores. Contrariamente ao ensino primário, o ensino secundário não é gratuito.

Perspectivas das políticas públicas educacionais

Pretendemos neste subcapítulo do nosso trabalho, trazer um entendimento sobre o que será uma política pública educacional, mas antes é necessário um esclarecimento sobre o que vem a ser uma política pública, que a partir da etimologia da palavra se refere ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões.

Para buscar o entendimento das políticas públicas direccionadas ao ensino é preciso em primeiro momento compreender as políticas públicas dentro de um contexto amplo da sociedade.

Segundo AZEVEDO (2004), as políticas públicas são praticadas e caracterizadas de acordo com a sociedade e o meio em que estão inseridas, sendo compostas por valores e símbolos de uma realidade específica. Têm suas origens por meio da acção humana e possuem representações sociais dos sujeitos que as formulam, exprimindo normas e práticas sociais de uma determinada cultura.

É interessante pensar que uma política pública pode atender a diversos interesses, muitas vezes contraditórios, além de seu processo de elaboração e implantação não serem momentos imediatos, já que o contexto político e as questões sociais podem ser responsáveis por essa ruptura entre a elaboração e o período de implantação (ROTHEN e CONTI, 2010)

Especificando nas políticas públicas educacionais, AZEVEDO (2004) retoma que a escola é o foco de concretização de tais políticas, estando às mesmas relacionadas ao contexto mais amplo das políticas da realidade social. A política educacional está articulada com o projecto de sociedade de um determinado momento histórico e tem sua construção a partir da evidência de uma necessidade. Assim, há mobilização para a busca das melhores soluções, entretanto, vale ressaltar a existência

de um sistema ideológico que determina as prioridades e o que merece a acção estatal e a prática política.

Em última instância, o professor é responsável por viabilizar ou não as políticas públicas educacionais em sua prática quotidiana e isso nos leva a pensar sobre uma postura de adesão, resistência ou de simulação. O trabalho docente acaba sendo alvo de culpa pelo contexto desfavorável em que se encontra a educação, entretanto, é observada uma falta de articulação entre as políticas públicas educacionais e o trabalho desenvolvido nas escolas. As políticas destinadas ao ensino precisam se deter à organização, a realização e a motivação do trabalho docente, deixando bem claro qual tipo de educação almejam, através da busca de subsídios para contribuir com uma educação de qualidade (ROTHEN e CONTI, 2010).

AZEVEDO (2004) propõe ainda a necessidade de se pensar no percurso de desenvolvimento que a sociedade vem passando e, conseqüentemente, nas políticas públicas que surgem desse contexto de injustiça e desigualdade, já que a política educacional recebe influência dessa ordem social.

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais são um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010).

É importante observar que as políticas públicas educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso dos indivíduos as escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as políticas públicas educacionais influenciam na vida dos indivíduos.

Quando se fala em políticas públicas na educação trata-se de uma abordagem de articulação de projectos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania (GIRON, 2008).

Tem-se que o sistema educativo adoptado e as Políticas Públicas direccionadas para a educação são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente o ensino

público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconómicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

Diante destes aspectos, têm-se que as Políticas Públicas se voltam para o endireitamento dos problemas existentes no quotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação. No entanto, somente o direcionamento destas para a educação não constitui uma forma de efectivamente auxiliar crianças e adolescentes a um ensino de melhor qualidade, posto que existam outros pontos que também devem ser tratados a partir das políticas públicas, como os problemas de fome, acesso a saúde e a igualdade de direitos e oportunidades que vêm se instalando nas escolas em todo Moçambique.

A trajetória das políticas públicas educacionais em Moçambique

O histórico da educação moçambicana é marcado por uma história de dominação colonial, onde as questões de multiculturalismo¹⁶¹ eram ignoradas, senão mesmo excluídas das políticas educativas, o que significa que os aspectos relacionados com a cultura local não faziam parte das matérias curriculares.

A educação pública moçambicana vem demonstrando, especialmente, nas últimas décadas um processo de desenvolvimento no contexto organizacional e de gestão, partindo do princípio que a democracia gera qualidade e oportunidade a todos também no âmbito escolar. Porém, a educação pública necessita mais do que oferecer escolas, mas é imprescindível ter docentes conscientes de seu papel educacional, tanto quanto social, bem como sejam oferecidas às crianças oportunidades de aprendizagem a partir da construção de conhecimento¹⁶².

¹⁶¹ O multiculturalismo, segundo Hall (2003, p. 52), “não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado.” O multiculturalismo “descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabados. Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismos’ bastante diversos.”

¹⁶² A chamada “construção do conhecimento” não é então totalmente livre e aleatória levando à incomunicabilidade. Ela deve corresponder a uma unidade de pensamento, a uma concordância, a um consenso universal. Não se pode imaginar que possa, cada um, “construir” o seu conhecimento de modo totalmente pessoal e independente sem vínculo com a comunidade científica e com o saber universal (HUSSERL, 1980, p. 109).

Neste sentido, se observam que as transformações vivenciadas no cenário educacional moçambicano, especialmente, nas escolas públicas nas últimas décadas, estão directamente ligadas às mudanças ocorridas nos campos social, económico e cultural que originam uma nova situação nas condições de vida da sociedade, seja no campo social ou económico.

MAZULA (1995), no seu estudo sobre “Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique entre 1975-1985”, mostra que as teorias científicas que queiram contribuir para a organização dos sistemas de educação racional em Moçambique, na luta pela sua emancipação, devem remontar ao período colonial. Isso significa que a melhor compreensão da história da educação moçambicana passa, necessariamente, pelo entendimento da posição tomada pelo poder colonial em relação ao sistema educativo, sobretudo, no que concerne aos objectivos que o Estado colonial almejava para as populações locais, que era uma educação centrada nos hábitos costumeiros e ideológicos do povo português.

Por sua vez, CASTIANO, NGOENHA e BERTHOUD (2005), analisando a trajetória da educação no período colonial em Moçambique, observaram as políticas educacionais neste período como sendo orientadas em função dos regimes instaurados em Portugal e notam desde o início uma tendência para uma educação que assume a discriminação racial, onde a raça branca encontrava-se em supremacia.

É neste período que a educação começa a ter um sentido excludente, em que as comunidades locais, consideradas na altura como sendo primitivas (povos sem cultura), deviam ser reintegradas num processo de civilização em que deviam aprender a cultura e hábitos costumeiros de Portugal.

Entretanto, existe um pensamento comum entre os autores que abordam em torno da evolução da história da educação em Moçambique que é a ideia de uma educação discriminatória e injusta assente na desigualdade racial, já que as populações eram educadas somente para servirem como trabalhadores manuais.

Desta maneira, reflectir sobre a integração de conteúdos de interesse local, traz em nós uma abordagem abrangente de educação, mediante um processo pedagógico que se apresenta de forma participativa e permanente, procurando criar no educando uma consciência crítica sobre a

problemática que preocupa de forma geral a comunidade que o rodeia, bem como a de outros lugares.

A política pública educacional de inovação

A literatura que aborda sobre a inovação no sistema da educação distingue duas componentes da inovação: a) a alteração de sentido a respeito da prática corrente e b) o carácter intencional, sistemático e planejado, em oposição às mudanças espontâneas. Também se enfatiza que actualmente a inovação na educação é algo aberto, capaz de adoptar múltiplas formas e significados, associados com o contexto no qual se insere.

Destaca-se, igualmente, que a inovação na educação não pode ser encarada como um fim em si mesmo, mas um meio para transformar os sistemas educacionais. Como corolário dessas premissas tem-se reafirmado a ideia de que a inovação na educação é antes um processo que um acontecimento (FULLAN, 2000).

A partir desses princípios, a inovação é definida como processo multidimensional, capaz de transformar o espaço no qual habita e de transformar-se a si própria. Nesse sentido, diversos autores referem que inovar consiste, antes de mais nada, em uma disposição permanente em direcção à inovação ou de inovar a inovação. Ao mesmo tempo, os teóricos da inovação se interessam pela apropriação por parte dos actores sociais envolvidos no sistema inovativo, pela continuidade dos esforços inovadores e pelo papel integrador que corresponde a um significado compartilhado sobre a inovação. Dessa maneira, a inovação pode cumprir uma função projectiva.

Entretanto, no marco das reformas educacionais, as inovações têm sido mudanças desde cima, mecanismos de ajuste mais que de satisfação das demandas dos actores.

Segundo TEDESCO (1997), as inovações têm sido esforços respondidos, referidos a marcos gerados nos níveis centrais dos sistemas de ensino. Esses marcos não só regulamentam como homogeneizam a inovação. Nesse sentido, FULLAN (2000) destaca que os professores têm de ter uma quantidade inumerável de propostas inovadoras, com o correlativo de dependência que cria essa situação.

Os intervenientes na construção e integração¹⁶³ dos conteúdos de interesse local¹⁶⁴

Constituem intervenientes para a definição dos conteúdos de interesse local: a comunidade local,¹⁶⁵ os professores, alunos, encarregados de educação e as lideranças comunitárias (representantes das igrejas e líderes tradicionais).

Como se pode constatar a participação comunitária¹⁶⁶ é fundamental, podendo esta definir o que gostaria que seus filhos aprendessem. A integração dos conteúdos locais vai com certeza enraizar o aprendizado local, onde diversos actores sociais conhecem a sua realidade sociocultural. Entendemos também que a integração dos conteúdos de interesse local deve estar de acordo com os hábitos e costumes locais que simbolizam a tradição da existência dessas comunidades. Assim sendo, os conteúdos de interesse local devem agrupar os vários saberes da comunidade, partindo das várias esferas que o estruturam.

As abordagens de integração de conteúdos locais no ensino secundário geral em Moçambique

No currículo do ensino secundário geral, foram elaboradas três abordagens para a integração de conteúdos de interesse local. Iremos reflectir sobre cada uma delas e seu modo de integração às necessidades das comunidades.

A preservação dos valores culturais locais é uma das razões que motivam o surgimento da presente política curricular, a qual reformula a introduzida em 1983, pela Lei no 4/83, de 23 de Março, e revista em 1992, pela Lei 6/92, de 6 de Maio. O centro de atenção desta política é o respeito pela diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais (RM, 1992).

¹⁶³ O termo integração é correctamente usado na literatura sociologia para designar, no plano micro, o modo como os actores sociais são integrados num espaço social comum, e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais.

¹⁶⁴ O local implica um espaço com características peculiares, que evoca sentimentos de familiaridade e vizinhança, congrega identidade e história BOURDIN (2001:25).

¹⁶⁵ WEBER (1973:140) chama de comunidade “uma relação social quando a atitude na acção social no caso particular, em termo médio ou no tipo puro inspira-se no sentimento subjectivo (afectivo ou tradicional) dos participantes da constituição de um todo”. Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento da situação comum, a acção está reciprocamente referida, não bastando a acção de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância, e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

¹⁶⁶ De acordo com ORNELAS (2002) participação comunitária não é simplesmente a oferta voluntária de tempo ou recursos, mas resulta da participação dos cidadãos nos processos de decisão a favor da comunidade, implicando um envolvimento efectivo nos processos de decisão nos grupos, organizações e comunidades.

Na óptica de YUS (2011), a política de integração curricular ocorre quando duas ou mais disciplinas se integram em torno de um tema ou de um problema, fazendo desaparecer momentaneamente suas fronteiras. Este é o princípio do desenvolvimento integral, buscar a solução de determinados problemas, independentemente do campo de saber em que se precisa penetrar.

Valorização de experiências locais no processo de ensino aprendizagem, articulando os conteúdos propostos nos programas de ensino com a realidade local

Esta constitui a primeira abordagem para a integração de conteúdos de interesse local, onde as experiências¹⁶⁷ locais devem ser postas na tónica do processo de ensino e aprendizagem. A valorização de experiências locais deve ser um processo dinâmico, uma acção recíproca entre matéria, ensino e estudo dos alunos. As experiências¹⁶⁸ devem ser significativas, isto é, interessantes, expressivas, incluir elementos da realidade vivida pelos alunos, de modo a facilitar sua assimilação de forma activa e consciente. O domínio de conhecimentos comunitários visa o desenvolvimento das funções intelectuais do aluno, como pensamento independente e criativo.

A planificação destes conteúdos observa assim a participação dos seguintes actores: os professores (fazem a recolha e sistematização da informação); os líderes e autoridades locais; alunos, pais e/ou encarregados de educação; representantes de diferentes instituições afins e organizações comunitárias (que sugerem conteúdos que correspondam às necessidades locais de aprendizagem).

¹⁶⁷ DUBET (1994) define a experiência como uma combinatória de lógicas de acção que vinculam o actor a cada uma das dimensões de um sistema. O actor deve articular estas lógicas de acção diferentes e a dinâmica que resulta desta actividade constitui a subjectividade do actor e sua reflexividade.

¹⁶⁸ As experiências tornam-se transmissíveis, através de um processo de sedimentação, visto que, estão presentes na memória de cada indivíduo. É necessária a objectividade nos processos linguísticos, pois, “permite a sua incorporação num conjunto mais amplo de tradições” (BERGER et al., 1976, p. 79).

A experiência é uma construção social¹⁶⁹ dinâmica e localizada. A visão que se tem do aluno, cultura e função social da educação expressa os valores que a escola difunde através dos conteúdos seleccionados na transmissão oral.¹⁷⁰

É importante perceber o alcance das experiências locais no processo de ensino e aprendizagem, pois, podemos lembrar que a educação, no sentido lato, começa na família ou na comunidade, sociologicamente designado por socialização primária.¹⁷¹ Em muitas tradições africanas, mais concretamente, as moçambicanas, ela é transmitida oralmente e tem demonstrado, ao longo dos tempos, que é eficiente ou pelo menos tem conseguido alcançar os objectivos das chamadas comunidades tradicionais. Então, a sua utilização no ensino faz todo sentido e é de grande relevância no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Círculos de interesse orientados pelo professor integrando, para além de alunos, pessoas da comunidade visando o desenvolvimento de actividades de carácter social, como debates, palestras e sensibilização em relação a diferentes assuntos de relevância social¹⁷²

Segundo o MINED (2003, p. 27), a integração dos conteúdos locais deve ser estabelecida em conformidade com as aspirações das comunidades, o que implica uma negociação permanente entre as instituições educativas e as respectivas comunidades, integrando as matérias propostas numa planificação adequada das lições.

¹⁶⁹ A sociedade é construída com base numa realidade objectiva, defendida por Émile Durkheim, visto que “O facto social é anterior, exterior e coercivo ao indivíduo”, sendo o Homem produto da sociedade e, de acordo, com uma realidade subjectiva, defendida por Max Weber, visto que o Homem é um actor social, onde a sociedade é produto do Homem.

¹⁷⁰ Na sociedade africana, em particular a campesina, onde a tradição oral é o veículo fundamental de todos os valores, quer educacionais, quer sociais, quer político-religiosos, quer económicos, quer culturais, apercebe-se mais facilmente com as narrativas que são a mais importante engrenagem na transmissão desses valores. A sua importância advém do seu valor exemplar. Quer isto dizer que é nas narrativas que se encontram veiculadas as regras e as interdições que determinam o bom funcionamento de uma comunidade e previnem as transgressões. Essas regras e interdições formam conjuntos que variam ..., mas apresentam algumas constantes demonstrando que as narrativas na tradição oral, em geral, estão ligadas à própria vida (ROSÁRIO, 1989, p. 47).

¹⁷¹ A socialização primária mostra que os indivíduos nascem numa determinada realidade (objectiva), dentro da qual existem significativos que se encarregam do processo de sociabilidade, que lhe são impostos. Eles, os significativos, estabelecem mediações entre o indivíduo e o resto da sociedade, pois, desenvolve-se no período da infância e da instituição familiar. Deste modo, o ser humano nasce numa estrutura social objectiva.

¹⁷² Entendemos por relevância social o contributo que uma determinada actividade pode trazer de alguma forma, para melhoria das condições de vida das comunidades locais, para compreensão do mundo em que vivem ou ainda para desenvolvimento e emancipação do género.

Esta abordagem lança um desafio aos professores, face às necessidades reais das comunidades, aliando aos conhecimentos adquiridos por estes no decorrer das suas formações, daí que o professor deve orientar pequenas actividades de carácter social na comunidade em que está inserido, de modo a desmitificar certos conhecimentos populares e inerentes ao desenvolvimento da comunidade, bem como de necessidades desconhecidas por elas, mas que possa contribuir na vida delas.

Por exemplo, no que tange a orientação de debates com a comunidade local, o professor pode promover debates sobre o uso sustentável dos recursos naturais existentes na comunidade, onde a comunidade partilha os seus conhecimentos e a relevância da existência desses recursos e o professor através das suas pesquisas pode ilustrar de forma comparativa uma actividade semelhante em outras regiões que tenham tido sucesso na sua implementação.

Nas palestras, o professor pode escolher um tema da actualidade e relevante para a comunidade em que está inserido e, por sua vez, convidar um especialista na temática para orientar o debate. E um dos temas a título de exemplo que pode ser desenvolvido nas comunidades advêm da desistência da rapariga na escola, uma temática pertinente e que constitui um grande entrave no desenvolvimento da rapariga moçambicana.

Desta maneira, esta abordagem traz uma concepção de uma escola voltada para a construção de uma cidadania comunitária construtiva, consciente e activa, oferecendo aos alunos e a comunidade no geral as bases culturais que lhes permitam identificar e se posicionar frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva das comunidades. Ela reforça também a concepção do professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitando sua diversidade pessoal, social e cultural e ligando os saberes teóricos à prática.

Desenvolvimento de projectos específicos de interesse comunitário orientados pelo professor, integrando alunos e pessoas da comunidade, com o objectivo de desenvolver actividades de carácter prático que tenham relevância socioeconómica

Constitui a última abordagem da integração de conteúdos de interesse local, em que o professor deve planificar acções em jeito de projectos que promovam o desenvolvimento das comunidades e aquisição de saber fazer por parte dos alunos.

Por exemplo, na política actual do “distrito como pólo de desenvolvimento”, em que as comunidades são ou deviam ser o “elo das atenções prioritárias”, o professor deve manter um contacto directo de modo a elaborar projectos financiáveis para o melhoramento da vida das mesmas. Entretanto, a elaboração desses projectos deve ser de forma integrada, isto é, com a participação dos membros da comunidade e os alunos, onde identificam as diferentes potencialidades socioeconómicas da comunidade de modo a expandir a sua produtividade.

Considerações Finais

O presente trabalho permitiu compreender que as políticas públicas direccionadas ao meio educativo são complexas, pois envolvem diferentes sujeitos e limites teóricos e metodológicos. A educação como direito social engloba a sociedade civil e política, cada qual com suas funções no campo educativo. Que as políticas públicas retratam escolhas e interesses tanto do meio escolar, como do Estado, do sector produtivo e da sociedade como um todo. Estão articuladas à realidade social mais ampla, expressando-se como actos políticos e embates históricos.

A escola tanto é agente de reprodução de estruturas de dominação, como de transformação em prol de práticas colectivas que superem preconceitos e que promovam o direito de permanência e acesso a educação escolar. Nesse sentido, é importante ter conhecimento do contexto histórico e actual em que as políticas públicas direccionadas para o ensino são formuladas, analisando o quotidiano escolar e sua estrutura e função primordial de oferecer acesso e aprendizagem através de um meio educativo de qualidade.

As mudanças sociais no mundo actual são cada vez mais rápidas devido às transformações técnico-científicas. Para acompanhar este dinamismo, desde a proclamação da independência nacional, Moçambique tem vindo a elaborar e a desenvolver uma série de instrumentos normativos de planificação com vista a garantir não só o acesso dos cidadãos à educação, mas também a uma educação desejada. É neste contexto que em 2004, no Ensino Secundário Geral foram introduzidas inovações tais como: o carácter profissionalizante, nova abordagem dos ciclos de aprendizagem,

ensino-aprendizagem integrado, integração de conteúdos de interesse local, introdução das línguas moçambicanas, temas transversais, actividades co-curriculares.

Estas inovações sugerem ao professor do ensino Secundário Geral a leccionar as aulas partindo da realidade circundante do aluno, isto é, do conhecimento local, das características de cada comunidade ou grupo social. Nesta perspectiva, o professor é orientado a desenvolver os conteúdos programáticos tendo em conta a vida das comunidades locais.

Da análise feita neste artigo, concluímos aceitando a nossa hipótese segundo a qual a realidade sociocultural do nosso país, aliada à formação deficiente dos professores no contexto da diversidade cultural e do carácter multiétnico da sociedade moçambicana, faz com que os mesmos tenham dificuldades na prática da integração dos conteúdos de interesse local nas comunidades. Pois, devido a contratação dos professores que não obedece um critério rectilíneo das diversidades culturais do nosso país, leva os professores a trabalharem em comunidades que nunca antes tenham mantido um contacto directo, isto é, sem conhecimentos da língua e hábitos costumeiros da mesma. Daí que estes encontram dificuldades para a implementação dos conteúdos de interesse local. Por outras vias, em algum momento os professores não tiveram formação na área o que leva, de igual modo, a terem dificuldades na implementação das acções junto das comunidades.

É nítido que o campo das políticas públicas educacionais em Moçambique está construindo a ideia da busca constante de resultados, a tão almejada qualidade no ensino oferecido. Em contrapartida, precisamos de políticas construídas pelos verdadeiros actores educacionais, que estão no contacto directo com a realidade escolar, já que possuem conhecimento das necessidades e dificuldades quotidianas.

A educação representada nas políticas públicas educacionais de integração de conteúdos locais precisa de atenção, tanto com relação à profissionalização e a valorização docente, como no processo formativo que está sendo promovido. Portanto, este trabalho vem questionar o que esperamos do processo educativo que está sendo ofertado nas instituições de ensino e quais as novas possibilidades de políticas públicas educacionais, focalizadas na construção de sujeitos para o diálogo, a criatividade crítica e a participação activa de todos os sujeitos envolvidos no sistema educacional.

Bibliografia

- BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.
- CASTIANO, J. P. NGOENHA, S. F.; BERTHOUD, G. A longa marcha dum educação para todos em Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.
- CASTIANO, J. Relatório final. Estudo sobre as percepções e o processo de implementação do “Currículo local”: o caso da Província de Manica. Chimoio, 2003.
- CASTIANO, José P. Currículo Local do Ensino Básico em Moçambique: finalmente os saberes locais vão entrar oficialmente na escola? In: Síntese nº 6 ano II, 2008, pg.7-14.
- DEMO, P. Desafios modernos da educação. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- FORQUIN, J. C. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. Revista de Educação. PUC-Campinas. Campinas. n.24. jun. 2008.
- MAZULA, B. Educação, cultura e ideologia em moçambique 1975-1985. Maputo: Edições Afrontamento, 1995.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Estratégico de Educação 2012-2016.
- MOÇAMBIQUE. Lei nº 4/83, de 23 de Março, aprova o Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação.
- MOÇAMBIQUE. Lei nº 6/92, de 6 de Maio, sobre o Sistema Nacional de Educação.
- MOÇAMBIQUE. Plano Curricular do Ensino Secundário Geral. Maputo: INDE, 2008.
- MONDLANE, E. Lutar por Moçambique. 1ª Edição. Maputo: Colecção Nosso Chão, 1995.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didáctica. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (RM). Boletim da República I Série nº 19. Lei nº6/92. Reajusta o quadro geral do Sistema Nacional de Educação (SNE) e adequa as disposições nela contidas. Maputo, Maio 1992.
- WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002

Crimildo Felisberto Muhache¹⁷³

RESUMO

O presente artigo é intitulado *Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002* tem como objectivo geral compreender a influência que o poder político exerce no processo educacional do subsistema do Ensino Primário, no que diz respeito à elaboração de políticas educacionais, objectivos e currículos formulados e implementados no período compreendido entre a proclamação da independência nacional (1975) até 2002, altura em que foi realizada uma das revisões curriculares de raiz, alterando profundamente os primeiros planos curriculares aprovado em 1983, com o lançamento do Sistema Nacional de Educação (SNE). Conclui-se neste artigo que o poder político influenciou no processo educacional em Moçambique, sobretudo desde a independência até meados da década de 1980. Depois deste período, esta influência tende a diminuir, como resultado da fraca capacidade financeira para fazer face às necessidades do sector da educação. Esta fraqueza levou à liberalização do sector, associada à entrada de organismos internacionais de financiamento e cooperação, como o FMI, BM, UNICEF, UNESCO, etc., que acabam sendo os mais fortes na definição de políticas para o sector de educação no país.

Palavras-chave: Ideologia. Poder Político. Políticas Públicas. Políticas Educacionais.

Abstract

The present article is entitled *Influence of Political Power in the Educational Process in Mozambique, 1975-2002*, and its general objective is to understand the influence that political power exerts on the educational process of the Primary Education subsystem, with regard to the elaboration of educational policies, objectives and curricula formulated and implemented in the period between the proclamation of national independence (1975) until 2002, when one of the curricular revisions was carried out from scratch, profoundly altering the first curricular plans approved in 1983, with the launch of the Sistema Nacional de Educação (SNE). This article concludes that political power influenced the educational process in Mozambique, especially from independence until the mid-1980s. Since then, this influence has propensity to decrease because the state is not economically stable in order to meet the needs of the education sector. Such financial weakness led to the liberalization of the sector, as it relies on international funding and cooperation, such as the IMF (International Monetary Fund), World Bank, UNICEF, UNESCO. Therefore these institutions end up being the more powerful in shaping the policies for the education sector in the country.

Keywords: Ideology. Political Power. Public Policy. Educational Policy.

¹⁷³ Doutor em História, docente na Universidade do Save, Moçambique.

Introdução

A educação é um sector chave para o desenvolvimento económico, político e social de um país. O governo de Moçambique, saído da independência em 1975, herdou um sistema de educação discriminatório e elitista, onde cerca de 98% da população adulta era praticamente iletrada. É neste contexto que o governo da FRELIMO empreendeu um grande esforço, no sentido de criar um sistema de acesso à educação a todos os moçambicanos, rompendo deste modo com a educação colonial. Ao passar a dirigir todo o processo educativo, o governo uniformizou o sistema de ensino, criando bases para a sua democratização e procurando implementar um novo tipo de educação, diferente da educação colonial.

Em Fevereiro de 1977, com a realização do III Congresso da FRELIMO, foram definidos princípios que para o sector de educação reforçaram a necessidade da criação de um sistema educativo adequado aos projectos definidos para o país. É da implementação das decisões do congresso que foi elaborado o Sistema Nacional de Educação (SNE), promulgado pela Lei 4/83, de 23 de Março. O objectivo central do SNE era a formação do Homem Novo, um Homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assumisse os valores da sociedade socialista.

Em 1992, ao abrigo da Lei 6/92, o SNE foi reajustado com vista a adequação das suas disposições às novas condições económicas, políticas e sociais que o país foi conhecendo desde o início dos anos 80. A lei de 1992 reformulou a estrutura do SNE, onde expressões como ‘educação socialista’, ‘Homem Novo’, entre outras, foram retiradas do texto da nova lei. Em 2002, teve início um novo processo de revisão curricular em Moçambique. É neste contexto que aparece o documento intitulado “Plano Curricular do Ensino Básico: objectivos, política, estrutura e planos de estudos e estratégia de implementação”, de Outubro de 2003.

Perante esta realidade que inicia em 1975, com a realização do primeiro seminário da educação até 2002, com o início de mais um processo de revisão curricular, a educação conheceu vários processos de reformas. Em 1983 entrou em vigor o SNE, em 1992 foi reformulado e em 2002 apareceu uma nova reforma curricular. É face a estas mudanças que nos propomos a estudar o

papel do poder político, na definição de políticas educacionais e conseqüentemente nos processos de mudanças curriculares que vêm acontecendo no país desde 1975 a 2002. O estudo visa compreender o papel que o poder político exerce no processo educacional em Moçambique, entre 1975 e 2002. Especificamente, o estudo visa analisar as políticas educacionais traçadas ao longo do período em estudo; analisar os currículos do ensino primário; relacionar as políticas educacionais com os currículos e os programas de Ensino Primário.

Para o desenvolvimento do estudo tomar-se-á como base as seguintes perguntas de partida: que influência o poder político exerce no processo educacional em Moçambique, desde a definição de Políticas Educacionais, elaboração de objectivos e conteúdos a serem leccionados nas escolas, no período compreendido entre 1975-2002? De que forma os objectivos definidos nas políticas educacionais reflectem os interesses políticos da Frelimo? Foram tomadas como base para a pesquisa as seguintes hipóteses: o processo de definição de políticas educacionais em Moçambique é determinado pelo poder político, procurando incutir na sociedade moçambicana os valores políticos, ideológicos e culturais que a elite dirigente considera ideais, através da elaboração de políticas, objectivos e selecção de conteúdos a serem leccionados; os objectivos definidos nas políticas educacionais reflectem os interesses políticos da Frelimo na medida em que são usados como base para a legitimação do seu poder, garantindo desta forma a sua permanência no poder; a definição de políticas educacionais em Moçambique (1975-2002) não é apenas determinada pelo poder político, mas também por outras forças como as financeiras do Bretton Woods - FMI e BM; a definição de políticas educacionais em Moçambique é feita em função de uma combinação de factores internos (política e ideologia da elite dirigente, democratização da sociedade, problemas financeiros, etc.) e externos (mudanças curriculares a nível regional e internacional, pressão dos financiadores, etc.);

A pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo foram as principais técnicas aplicadas para a elaboração do presente artigo. A revisão bibliográfica consistiu na consulta da documentação primária e secundária sobre a temática, tendo permitido obter informações sobre o quadro teórico conceptual, análises de vários autores sobre o processo educativo em vários contextos da história da educação em Moçambique e sobretudo das políticas educativas no país. O trabalho de campo consistiu na realização de entrevistas à gestores educacionais no activo e reformados, nos níveis central, provincial e distrital, professores no activo e reformados e membros da comunidade, o que

permitiu colher informações daqueles que directamente participaram e vivenciaram os processos educativos no país.

Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002

Em Janeiro de 1975, um pouco antes da proclamação da independência nacional, foi realizado o primeiro Seminário Nacional de Educação, na cidade da Beira cujo objectivo principal era elaborar e propor ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) as principais alterações a serem efectuadas nos currículos escolares. Tratava-se de mudar os programas de ensino do período colonial, no sentido de romper completamente com a educação colonial. Foram analisados os programas em vigor até então visando a elaboração de novos que fossem ao encontro à ideologia da FRELIMO. De acordo com GÓMEZ (1999, p. 238), foi aqui onde foram dados os primeiros passos para a elaboração do SNE, com a criação do gabinete do SNE destinado ao estudo da educação no tempo da luta armada.

Em Fevereiro de 1975 foi realizada a Primeira Reunião Nacional dos Comités Distritais em Mocuba, onde mais orientações foram traçadas para o sector da educação, sobretudo no que diz respeito à disciplina de Educação Política, pois, de acordo com as recomendações deste encontro, devia ser orientada e controlada pela FRELIMO. Os professores da disciplina deviam ter “aprovação da FRELIMO, cabendo aos responsáveis políticos locais zelar pela aplicação da linha política nos centros educacionais” (Tempo, 1975, p. 34).

Estes dois encontros realizados durante o Governo de Transição mostram claramente a preocupação do poder político em se servir da educação como principal vector de transmissão da sua ideologia, a partir da elaboração de programas que visavam a difusão da ideologia da FRELIMO. Também é notório a partir da selecção dos docentes que deviam leccionar algumas disciplinas, como é o caso da Educação Política, que deviam ser indivíduos aprovados ou seja, da confiança do partido.

A nacionalização do ensino a 24 de Julho de 1975 resultou na criação de um sistema de educação único e centralizado em que o Estado detém o monopólio da educação. Esta nacionalização e consequente massificação do ensino, veio a ser consolidada com a criação do SNE pela Lei 4/83, de 23 de Março. De acordo com NGOENHA (2000, p. 80), com a massificação, o ensino tornou-se

um instrumento privilegiado para servir o interesse último do poder político: a criação do sentido de pertença a uma única nação moçambicana.

Em Fevereiro de 1977 realizou-se o III Congresso da FRELIMO, tendo decidido pela transformação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Partido de Vanguarda, sob designação de Partido Frelimo¹⁷⁴ e pela adopção do marxismo-leninismo e do socialismo científico como ideologias do Estado. O congresso definiu princípios para o sector da Educação, os quais reforçaram a necessidade da criação de um novo sistema educativo adequado aos projectos que haviam sido definidos para o país.

Foi na sequência do cumprimento das decisões saídas do III Congresso da Frelimo, que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) preparou as Linhas Gerais do SNE que foram aprovadas pela Assembleia Popular sob resolução 11/81, de 17 de Dezembro, sendo que o SNE foi aprovado através da Lei 4/83 de 23 de Março (Lei do SNE). De acordo com a lei do SNE, o objectivo central do Sistema era a formação do ‘Homem Novo’, um Homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assumisse os valores da sociedade socialista (Lei 4/83, p. 14).

Portanto, como podemos depreender dos objectivos gerais patentes na Lei do SNE (ver lei 4/83), nas suas alíneas a), e) e i) nota-se que o mesmo, para além da formação científica do homem, visava formar política e ideologicamente o ‘Homem Novo’. É sobretudo esta formação política e ideológica inspirada no marxismo-leninismo que iria assegurar a implementação do projecto político, que era a construção do socialismo em Moçambique. Está patente nos objectivos gerais do SNE a influência do poder político em assumir a educação como um dos seus aparelhos mais privilegiados para a difusão da ideologia da classe dominante.

Reajustamento do SNE

Em 1992, o SNE foi reajustado com vista a adequação das suas disposições às novas condições económicas e políticas que o país foi conhecendo desde o início dos anos 80. Este reajustamento

¹⁷⁴ FRELIMO em maiúsculas refere-se ao movimento de libertação, de 1962, com a sua fundação, até 1977, com a realização do III Congresso. A partir do III Congresso, encontramos Frelimo com minúsculas, já como um partido de vanguarda, marxista-leninista.

foi feito ao abrigo da Lei 6/92, de 6 de Maio. De acordo com CAPECE (2001, p. 46), este processo deveu-se a vários factores, de entre eles a guerra (entre o governo da Frelimo e a RENAMO) que desarticulou toda a produção de bens alimentares, provocando um declínio da produção agrícola e industrial no país. A seca prolongada que abateu o país tornou o cenário económico sombrio.

Como resultado da crise económica e social, sobretudo a partir de 1983 aliada ao agravamento da guerra, a área social (educação e saúde) foi seriamente afectada, conduzindo o país a um colapso quase total. Na educação, por exemplo, havia falta de meios financeiros suficientes para sustentar o sistema concebido. É neste contexto que a partir de 1987 Moçambique adere aos Programas de Reajustamento Estrutural impostos pelas instituições de Bretton Woods (FMI e o BM). Esta adesão às Políticas de Reajustamento Estrutural teve como consequências, de entre as várias, a desvalorização da moeda e uma drástica redução do orçamento direccionado ao sector social, sobretudo na área da educação (para cerca de 1,6% do Produto Interno Bruto - PIB) e saúde. Foi esta redução do orçamento que abriu espaço para a liberalização da educação (CAPECE, 2001: 49). Com a liberalização deste sector, abriu-se espaço para o surgimento de várias instituições privadas. Esta liberalização marca um certo recuo naquilo que era a política centralizadora introduzida pelo poder político com as nacionalizações, com o III Congresso da Frelimo e das recomendações dadas ao MEC na definição central dos números de alunos e escolas. A partir desta altura, o sector de educação passa a contar com outros intervenientes.

Outras medidas foram tomadas com o objectivo de adaptar a Constituição do país ao ajustamento e à liberalização económica. Em 1989, a Frelimo distanciou-se do ideal de partido de vanguarda e do marxismo-leninismo como ideologia do Estado e adoptou a economia do mercado. Em Novembro de 1990 é adoptada uma nova Constituição que introduz o multipartidarismo, institui princípios de economia de mercado, inclui regras sobre liberdade de imprensa e sobre o direito dos cidadãos à informação, autoriza o exercício da greve, entre outras aberturas democráticas (CASTIANO, 2005, p. 45). Entre 1990 e 1992 decorreram em Roma negociações para a paz que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) entre o Governo e a Renamo, a 4 de Outubro de 1992.

Foi no meio deste cenário político-económico que foram introduzidas alterações à Lei do SNE, tendo resultado daí a Lei 6/92, de Maio de 1992, revogando a lei 4/83 de Março de 1983. Assim,

as expressões ‘educação socialista’ e ‘Homem Novo’ foram retiradas do texto desta nova lei. Dois objectivos gerais do sistema deixam de ter a linguagem ideológica que apresentavam anteriormente, passando a uma linguagem aparentemente neutra. Portanto, defendia-se que com esta nova lei, pretendia-se adaptar o sistema de educação às novas condições económicas, sociais e políticas, equilibrar o SNE aos sistemas dos países da África Austral. A educação continuava a ser considerada um direito e dever de todos os moçambicanos.

Uma análise comparativa revela que os objectivos plasmados na lei 4/83 são praticamente iguais às patentes na lei 6/92, com excepção de dois objectivos suprimidos na última. Destes, um defendia a difusão através do ensino, a utilização da língua portuguesa, contribuindo para a consolidação da unidade nacional, e o outro que defendia que se devia fazer das instituições de ensino bases revolucionárias para a consolidação do poder popular, profundamente inseridas na comunidade. Fora disto, notamos a modificação, ou seja, a supressão de algumas expressões/palavras em dois dos objectivos gerais.

Olhando para os objectivos patentes na lei 6/92, percebe-se claramente que eles estão ligados à mudança de orientação política que Moçambique conheceu, dum sistema de economia centralmente planificada e de partido único, para a economia de mercado, num contexto multipartidário. Esta mudança está ligada à adopção do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), visando obter financiamentos do BM e do FMI, na tentativa de reverter o cenário de crise económica e social que o país atravessava. De acordo com CASTIANO, et al (2005, p. 67), é de notar a importância e influência para o reajustamento do SNE à mensagem dada na Conferência Mundial de Educação em Jomtien (Tailândia) realizada em Março de 1990, financiada pelo BM, onde a UNESCO relançou mundialmente o desafio para uma ‘Educação Básica para Todos’.

Esta fase da educação em Moçambique que iniciou com o reajustamento do SNE em 1992 é marcada pela entrada de instituições financeiras internacionais que passam a influenciar a definição de políticas educativas e sobretudo das prioridades a dar, reafirmação do ensino básico gratuito para todos, inspirado da declaração de Jomtien. Estas políticas enquadram-se no contexto do neoliberalismo, preconizando o mercado livre e uma diminuição de despesas para o Estado nos assuntos sociais. É desta maneira que podemos entender algumas mudanças operadas com o

abandono do slogan da educação desde a luta armada - formar o ‘Homem Novo’ – expressão que vai desaparecer com a lei 6/92. A partir deste momento, expressões que identificavam a educação com a política e ideologia do poder político desaparecem dos textos tanto da lei como dos manuais de ensino.

Neste processo, os organismos internacionais (BM, FMI, PNUD, etc.) sempre funcionaram como árbitros nas várias transformações e como parceiros financeiros, disponibilizando ajuda financeira para garantir a concretização destas reformas. É no que diz respeito ao financiamento que o poder político acaba perdendo a sua autonomia devido à presença de organismos internacionais. A educação passa a ser pensada olhando para aquilo que os doadores trazem como prioridades globais, sendo que o poder político se vê obrigado a seguir, sob risco de perder os financiamentos.

A Reforma Curricular de 2002

Antes da realização de um dos últimos processos de revisão curricular de 2002, em 1995, através da resolução 8/95 de 27 de Agosto, o Governo de Moçambique adoptou a Política Nacional de Educação, que operacionalizou o SNE. A Política Nacional de Educação reafirmou mais uma vez a Educação Básica (o Ensino Primário de 7 classes) como sendo a primeira prioridade do governo. Este documento visava assegurar o acesso à educação a um número cada vez maior de utentes e de melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino (MINED, 1995, p. 15-16). É este instrumento que indicou que o currículo do ensino primário que estava em vigor nas escolas estava desajustado ao momento actual e devia ser revisto e adaptado às novas exigências. A Política Nacional de Educação defende que a revisão curricular devia ter em conta não apenas as necessidades nacionais e locais, mas também a evolução do ensino na região em que Moçambique se situa e o contexto mundial (MINED, 1995, p. 23).

A reforma curricular iniciada em 2002 pelo Ministério de Educação com a concepção e introdução de um novo currículo para o Ensino Básico é apoiada pela UNESCO, e tendo o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) como a instituição que orienta o processo de implementação. Com esta reforma, pretende-se “construir um currículo que proporcione aos moçambicanos os conhecimentos e habilidades necessários para a obtenção de meios de

subsistência, acelerando o crescimento económico e reduzindo os índices de pobreza” (INDE, 2003, p. 15).

No que diz respeito à influência do poder político na educação, os nossos entrevistados afirmaram que existe, na medida em que todo o ensino deve reflectir a política desse país. Os currículos devem seguir a filosofia da política desse governo. Os nossos entrevistados admitiram que este poder político está a ficar com poderes reduzidos, devido à pressão exercida pelos parceiros de cooperação, que também determinam o que acham que deve ser a educação em Moçambique. Para Armando MABJAIA¹⁷⁵:

O poder político exerce influência, mas temos que olhar também para os nossos parceiros porque também determinam aquilo que acham que devem ser as políticas da educação. Porque nós podemos ter uma necessidade de realizar o nosso objectivo, mas quando o nosso parceiro diz que tem que ser desta ou daquela maneira, o governo muitas vezes tem ouvido, não porque quer, mas porque está sob pressão. O governo está a ficar com poderes reduzidos. O poder político está a reduzir na educação.

Por sua vez, Luís NAMBURETE¹⁷⁶ defende que o domínio público sobre a educação hoje, não é exclusivamente do Estado, mas sim de forças externas que convergem e gerem a educação no país. É na mesma visão que António MENDES¹⁷⁷ afirma que os últimos programas de ensino não apresentam muita carga política. Para este, de 1992 para cá foi se reduzindo muito a carga política nos programas devido à presença no país de vários interesses políticos partidários, havendo necessidade de respeitar as diversas opiniões.

Há que notar que a presença do partido no poder é maior em todas as escolas, em forma de células de partido, reunindo quase que de forma obrigatória professores e alunos. Esta obrigatoriedade verifica-se na medida em que há uma crença no seio dos professores, segundo a qual a preservação dos seus postos de trabalho bem como a ascensão ou progressão a determinados cargos é feita em função da sua filiação como membro do partido Frelimo. Esta participação activa de alguns

¹⁷⁵ Entrevista, Joaquim Armando MABJAIA. Maxixe, 3 de Setembro de 2011.

¹⁷⁶ Entrevista, Luís Pedro NAMBURETE. Entrevista, Maxixe, 08 de Setembro de 2011.

¹⁷⁷ Entrevista, António Rafael MENDES. Maxixe, 09 de Setembro de 2011.

professores em assuntos políticos transforma-os em agentes políticos, defensores e difusores dos interesses do partido no poder, em detrimento das outras forças políticas.

Para Bernardino PIRES¹⁷⁸, em termos de conteúdos pode haver alguma independência por parte do INDE, mas a influência do poder político nos ingressos está sempre lá. Isto acaba se reflectindo numa baixa qualidade de ensino, pois:

Agora toda gente está a estudar e em termos políticos não se pode falar de altas percentagens de alunos que ficam de fora do sistema. As turmas acabam sendo de 90 alunos, porque os políticos gostam de dizer sempre nas campanhas que nenhum aluno ficou de fora. Isto acaba afectando a qualidade, porque nenhum didacta está em condições de fazer saber 90 alunos numa única turma e sem carteiras, sem quadros pretos convenientes, etc. No dia em que aparecer um director ou professor 100% académico afirmar que na minha escola quero 36 a 40 alunos por turma, e o resto dos alunos ficar de fora, este director tem dias contados.

Isto mostra que as metas por serem atingidas na educação em termos de ingressos e graduados acabam sendo políticas e não exequíveis. São políticas na medida em que o poder político quer apresentar à sociedade moçambicana e aos seus parceiros financeiros que o sector de educação está a crescer num ritmo satisfatório, devendo merecer confiança de todos. Estas metas deixam de ser exequíveis na medida em que a opinião dos técnicos e académicos que lidam com o sector no seu dia-a-dia não são relevantes, sendo que estes acabam sendo transformados em simples executores de metas e medidas traçadas politicamente, com pouco espaço para opinarem.

De acordo com Lúcia MACUCULE¹⁷⁹, é a necessidade de continuidade no poder dos partidos políticos que os levam a fazer algumas cedências que satisfaçam a maioria da população. Para ela, “esta situação piora neste momento em que nos aproximamos das eleições, momento em que os números de alunos matriculados e graduados se tornam matéria de propaganda eleitoral, mesmo que os mesmos não representem a qualidade”. Os números de ingressos e de graduados, aliados às taxas mínimas de aprovação (mínimo de 80%), aparecem como indicadores de bom desempenho do poder político, daí a necessidade de sua continuidade, pois servem como justificativos do poder político perante os doadores, de modo a continuarem a depositar confiança e financiamento.

¹⁷⁸ Entrevista, Bernardino PIRES. Maxixe, 11 de Setembro de 2011

¹⁷⁹ Entrevista, Lúcia Bernardo MACUCULE. Maxixe, 31 de Agosto de 2011

\\\\\\\\CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a 25 de Junho de 1975 Moçambique conquistou a independência, o país herdou um sistema de educação colonial dos mais pobres de África, com um carácter discriminatório e elitista, onde cerca de 98% da população adulta não sabia ler nem escrever. Perante esta situação, o novo governo da FRELIMO que assumiu o poder logo após a proclamação da independência empreendeu grande esforço no sentido de reverter a situação. Procurou garantir o acesso à maioria da população através da nacionalização do ensino e implementação de uma política que visava a massificação do mesmo. Houve uma grande expansão do ensino, o que constituiu uma grande conquista política. Foram elaborados novos programas.

O III Congresso da FRELIMO realizado em Fevereiro de 1977 definiu os princípios para a criação de um novo sistema educativo para o país. A educação tornou-se um veículo preferencial para a difusão da ideologia da elite dirigente. É neste contexto que foi concebido o SNE cujo objectivo central era a formação do ‘Homem Novo’, um Homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assumisse os valores da sociedade socialista. Portanto, estava clara a ideia de tomar a educação como instrumento de difusão da ideologia marxista-leninista adoptada pela FRELIMO no III Congresso.

A partir de 1987, como resultado de uma profunda crise económica e social provocada pela guerra, o país abandonou o marxismo-leninismo passando para uma economia de mercado livre, como resultado da sua adesão aos Planos de Reajustamento Estrutural financiados pelo BM e FMI. Estas duas instituições vão defender a redução dos custos nos sectores sociais, o que se traduziu na redução do orçamento da educação e saúde. Esta redução obrigou o governo a liberalizar estes sectores.

A promulgação duma nova Constituição em 1990, abriu espaço para o multipartidarismo e uma maior democratização da sociedade, o que deixou o SNE desajustado à realidade que o país passou a viver, sobretudo no que diz respeito a alguns objectivos e conteúdos até então patentes na lei e nos manuais de ensino. O SNE foi reajustado ao abrigo da lei 6/92, de 6 de Maio, visando enquadrar o sistema de ensino à nova situação política, responder às diferenças de opinião que já

se manifestavam no país. A lei do SNE, os programas e os manuais de ensino deixam de ser formulados de forma política e ideológica.

Apesar de os instrumentos que norteiam a educação continuarem sob a alçada do poder político, estes sofrem uma grande influência dos financiadores, devido a imposição de condições para o acesso aos financiamentos. Isto leva o poder político a fazer muitas cedências em termos de modelos de formação em todos os níveis de educação, modelos que em muitos casos não vão de encontro com a realidade moçambicana.

Esta redução da influência do poder político e consequente passagem para instituições financiadoras surge devido à fraca capacidade financeira do Governo. É assim que podemos perceber a reforma curricular iniciada em 2002, financiada pela UNESCO e encarregue ao INDE, que de entre várias inovações traz a questão da progressão por ciclos de aprendizagem, fusão de disciplinas, a distribuição de professores em que cada um deve leccionar três a quatro disciplinas no segundo grau do ensino básico, etc.

Bibliografia

CAPECE, Jó António. *O Resgate do Saber das Comunidades Locais Para a melhoria da Qualidade de do Ensino de Ciências Naturais do Primeiro grau do Nível primário, em Moçambique*. Tese de Doutoramento em Educação/Currículo São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CASTIANO, José. *Educar para Quê? As Transformações no Sistema de Educação em Moçambique*. Maputo, INDE/Imprensa Universitária, 2005.

CASTIANO, José; NGOENHA, Severino e BERTTHOND, Gerarld. *A Longa Marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique*. Maputo, Imprensa Universitária, 2005.

GÓMEZ, Miguel Buendía. *Educação Moçambicana. História de um Processo: 1962-1984*. Maputo, Livraria Universitária, 1999.

INDE. *Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB): Objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégia de implementação*. Maputo: Diname, 2003.

INDE/MINED. *Programa das disciplinas do Ensino Básico, III ciclo, 6ª e 7ª classes*. Maputo, INDE/MINED, 2008.

MINED. Instrução Ministerial nº 1/97 Sobre o ano Escolar de 1997. Maputo, Janeiro de 1997.
Ministério da Educação. Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o ano Lectivo de 1975.
Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1985.

NGOENHA, Elias S. *Estatuto e axiologia da educação em Moçambique: o paradigmático questionamento da missão suíça*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. *Sistema Nacional de Educação: Linhas Gerais*.
Maputo, Minerva Central, 1985.

Revista Tempo, (248), 6 de Julho de 1975

Fontes Orais (Entrevistas)

MACUCULE, Lúcia Bernardo. Entrevistada em Maxixe, a 31 de Agosto de 2011.

MENDES, António Rafael. Entrevistado em Maxixe, a 09 de Setembro de 2011.

NAMBURETE, Luís Pedro. Entrevistado em Maxixe, a 08 de Setembro de 2011

PIRES, Bernardino. Entrevistado em Maxixe, a 11 de Setembro de 2011.